

Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Érika Cecília Soares Oliveira
Marcos Ribeiro Mesquita
Jaileila de Araújo Menezes
(Org.)



psicologia em tempos de pandemia

✓ **Edufal**



Cartas Feministas

psicologia em tempos de pandemia

 **Edufal**
Editora da Universidade Federal de Alagoas

Maceió/AL

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

José Ivamilson Silva Barbalho

Conselho Editorial Edufal

José Ivamilson Silva Barbalho (Presidente)

Fernanda Lins de Lima (Secretária)

Amaro Hélio Leite da Silva

Anderson de Alencar Menezes

Bruno César Cavalcanti

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Flávio Augusto de Aguiar Moraes

Janayna da Silva Ávila

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Marcos Paulo de Oliveira Sobral

Mário Jorge Jucá

Murilo Cavalcante Alves

Rachel Rocha de Almeida Barros

Victor Sarmento Souto

Walter Matias Lima

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima

Larissa Carla dos Prazeres Leobino

Mariana Lessa de Santana

Sâmela Rouse de Brito Silva

Projeto gráfico: Mariana Lessa

Editoração eletrônica e Capa: Mariana Lessa

Revisão de Língua Portuguesa: Carol Almeida

Revisão da ABNT: Carol Almeida

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

Núcleo Editorial

Bibliotecária responsável: Sâmela Rouse de Brito Silva – CRB-4/2063

C322 Cartas feministas : psicologia em tempos de pandemia / [organizado por] Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Érika Cecília Soares Oliveira, Marcos Ribeiro Mesquita, Jaileila de Araújo Menezes. – Maceió : Edufal, 2023.
248 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5624-181-4 (E-book).

1. Feminismos. 2. Pandemia. 3. Psicologia. I. Souza, Tatiana Machiavelli Carmo, org. II. Oliveira, Érika Cecília Soares, org. III. Mesquita, Marcos Ribeiro, org. IV. Menezes, Jaileila de Araújo, org. V. Título.

CDU 159.9:614

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

CIC - Centro de Interesse Comunitário

Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, sem autorização prévia por escrito da editora, sejam quais forem os meios empregados.

Sumário

Para início da conversa6

Cartas do início: escritas em tempos pandêmicos

Restos de Carnaval: alegorias e alegrias da escrita17

Jaileila de Araújo Menezes

Lisandra Espíndula Moreira

Carta-manifesto40

Ruth Tainá Aparecida Piveta

Rafael Siqueira de Guimarães

Herbert de Proença Lopes

Flavia Fernandes de Carvalhaes

Cartas do meio: trabalho e pandemia

Para as/os acadêmicas/os, uma carta sobre Cleonice, a Covid-19 e a Psicologia57

Jeanyce Gabriela Araújo

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Beatriz Borges Brambilla

Carta a uma jovem terapeuta feminista: memórias de projetos, redes e afetos78

Cristina Vianna Moreira dos Santos



Cartas de amor e de luta: escritas, partilhas, resistências e encantamentos em tempos de inimizade e pandemia..... 110

Marcos Ribeiro Mesquita

Wagner Leite de Souza

Aline Cecilio da Silva

Carta-convite a uma grande barricada feminista 139

Érika Cecília Soares Oliveira

Késia dos Anjos Rocha

Estamos cansadas... E tu? O cotidiano de trabalho de duas professoras universitárias 165

Bruna Moraes Battistelli

Luciana Rodrigues

Cartas do fim: violências institucionais em tempos de pandemia

Uma carta de raiva e de amor 194

Simone Maria Hüning

Marília Silveira

Milena da Silva Medeiros

Quem vem comigo? Ainda preciso do apoio de todas vocês 225

Madge Porto

Sobre as/es/os autoras/es 247





Para início da conversa...

Queridas/es/os¹ colegas,

Como vocês se encontram?

Este livro-carta nasce da ideia de nos esparrarmos no papel de um modo que a escrita acadêmica geralmente nos impede de fazer: livremente. Estas cartas foram construídas em meio à pandemia de Covid-19 e procuram retratar os esforços que tivemos que fazer enquanto professoras/es, pesquisadoras/es, irmãs/os/es, mães, amigas/os/ues – brasileiras/es/os! que somos.

No convite que fizemos para as/os/es autoras e autores destas cartas, nosso propósito era de que relatassem como tinham vivido o período de crise sanitária e adensamento do autoritarismo por que o Brasil passava (e ainda passa). Pedimos para que refletissem para quem gostariam de enviar a carta escrita, nos contando sobre suas experiências como docentes e pesquisadoras/es em um momento tão singular de isolamento social. Quais dispositivos de ensino,



1 Por acreditarmos na escrita como um instrumento capaz de produzir outras gramáticas políticas e de existência, reconhecendo a pluralidade que nos constitui, incorporamos, na apresentação deste livro, a linguagem não binária, sinalizando o projeto de sociedade a que estamos associadas/es/os e que construímos cotidianamente nos mais diferentes espaços.

pesquisa e extensão em Psicologia estavam desenvolvendo? Quais estratégias de encantamento estavam utilizando para produzir resistências dentro da Universidade, da Psicologia e, também, em suas vidas e nas daquelas/es pelas/es/os quais sentiam afetos? Quais adoecimentos e quais redes e recursos estavam sendo acionados para se fortalecerem? Estariam conseguindo esticar a esperança e pensar num futuro possível?

Para responder a essas questões – e nos colocar outras mais –, convidamos parceiras/es/os espalhadas/es/os por nosso mapa político e afetivo, na tentativa de produzir escritas plurais. Vocês poderão ler estas cartas como quiserem, por isso, em nosso baú, nós as organizamos da seguinte forma: as “cartas iniciais” têm como propósito refletir sobre como é escrever em tempos pandêmicos; as “cartas do meio”, por sua vez, abordarão o trabalho e a pandemia e as “cartas do fim” procuram dar visibilidade às violências institucionais que acontecem no cotidiano das Universidades.

Para vocês que estão aqui conosco, sugerimos que se acomodem, tomem um café ou chá, coloquem uma música e escolham a carta que desejarem.

Cartas iniciais: escritas em tempos pandêmicos

Esta seção é composta por duas cartas, ambas preocupadas em realçar os afetos que nos atravessam enquanto corpos que



habitam a Universidade pública brasileira em um momento histórico de escalada do ódio no cenário político de nosso país, em meio a uma pandemia que desafia nossos repertórios para lidar com o racismo, o machismo, o sexismo, as tantas desigualdades cada vez mais acirradas no atual contexto.

Na carta “Restos de Carnaval: alegrias e alegorias da escrita”, Jaileila de Araújo Menezes e Lisandra Espíndula Moreira abordam os atravessamentos orgânicos da escrita, o modo como os corpos interagem e reagem a um convite de escrever em meio a uma pandemia que produziu tantas suspensões em nossas rotinas, como a de comemoração carnavalesca. Esta é uma carta que suspira, que hesita, que convoca paisagens da cidade invadidas por salas de trabalho (os famosos e tão divulgados *home office* pandêmicos), ornadas por computadores onde um cursor pisca, anunciando a urgência de uma tarefa, para a qual nem sempre temos a devida inspiração.

A escrita surge, aqui, como trabalho humanizado de conflitos e receios, mas também de alegria registrada em versões de um manuscrito/*googledoc* repleto de marcações e comentários, momento em que se reconhece que tantos outros caminhos seriam possíveis para se dizer alguma coisa. Rosa Montero, Clarice Lispector, Glória Anzaldúa e Conceição Evaristo são algumas lanternas-guias que auxiliam na composição desta narrativa-legado que, entre



outros aspectos, objetiva contribuir para incentivar estudantes universitárias/es/os em seus processos de escrita em tempos de (pós-)pandemia.

Como professoras pesquisadoras, as autoras destacam as dificuldades relatadas e vivenciadas por estudantes de pós-graduação em se manterem conectadas/es/os com suas pesquisas e com o ofício da escrita. A ideia de ofício ganha relevância, na carta, como possibilidade de sustentar um lugar de manufatura, de produção artesanal, de busca de referências bibliográficas, fonográficas, visuais, oníricas, enfim, conexões que unem pontos de uma rede de palavras que colorem o chão como confetes de nossos mais saudosos carnavais.

Na “Carta-manifesto” assinada com os pés de Ruth Tainá Aparecida Piveta, Rafael Siqueira de Guimarães, Herbert de Proença Lopes e Flavia Fernandes de Carvalhaes, experimentamos os movimentos-sanfonas de abrir e fechar que pautaram nossos ritmos em tempos de pandemia. Pulmão, boca, pele, memórias e membranas... Essa escrita nos convoca a olhar para saudades e dores minhas, tuas, das/os/es outras/os/es, nossas.

A imagem das mãos tocando a terra parece buscar sua pulsação, como quem monitora a esperança de que nos seja possível re-territorializar com respiração calma, e que esse possa ser um direito para todas/os/es. A pandemia trouxe para a cena a



vivência coletiva de riscos que, na verdade, já orquestram os dias e as noites de parcela significativa da população mundial, aquela que não lucra nem com o agro, nem com a *tech*, nem com o tik-tok.

A precarização dessas tantas vidas demanda daquelas/es que trabalham com políticas de conhecimento um conhecimento político de “Mais que nomear, sentir [...] Respirar entre novas perspectivas de libertação [...] uma certa incaptura dos conceitos”. Nessa carta-convite, o manifesto é pela conexão com gatos, a bisa, as lápis, para que assim possamos subverter e constituir outras alicerces para as tantas línguas de nossas escritas.

Cartas “do meio”: trabalho e pandemia

Em “Para as/os acadêmicas/os, uma carta sobre Cleonice, a Covid-19 e a Psicologia”, Jeanyce Gabriela Araújo, Tatiana Machiavelli Carmo Souza e Beatriz Borges Brambilla, permeadas pelas implicações das tecnologias e dos afetos suscitados pela pandemia de Covid-19, resgatam memórias de Cleonice Gonçalves, a primeira vítima do coronavírus identificada no Brasil. É a partir da vida-morte de Cleonice que as autoras problematizam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres-negras-trabalhadoras domésticas durante a pandemia. Em uma perspectiva interseccional e com o uso de *cartoons*, o texto destaca as implicações da colonialidade, do patriarcado e do capitalismo na arena do trabalho doméstico.



O capítulo “Carta a uma Jovem Terapeuta Feminista: memórias de projetos, redes e afetos”, escrito por Cristina Vianna, realça o papel estratégico da Universidade na luta pela democracia, pela garantia de direitos e por uma formação crítica e política. Nesse sentido, a autora compartilha uma série de projetos coordenados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que têm como centro o compromisso ético e político com a discussão em torno dos temas das relações de gênero e sexualidades numa perspectiva feminista e dos estudos *queer*.

Num momento em que os discursos de ódio e antigênero se espriam no tecido social, essas experiências nos ajudam a construir redes de resistência e de afeto, tão importantes para a realização dos enfrentamentos necessários e para a produção de um comum em que a diferença, a diversidade e a política se constituam como uma prática.

Entre as inúmeras cartas compartilhadas neste livro, a escrita por Marcos Ribeiro Mesquita, Wagner Leite de Souza e Aline Cecilio da Silva, intitulada “Cartas de amor e de luta: escritas, partilhas, resistências e encantamentos em tempos de inimizade e pandemia”, discute os efeitos da pandemia no aprofundamento das desigualdades brasileiras e a urgência de uma reflexão teórica e política que responda à necessidade de contestar esse cenário e de



construir um esperançar que articula, organiza, politiza e encanta. A troca de cartas entre a autora e os autores nos remete a uma aposta nos fazeres e saberes constituídos nas relações entre docentes e discentes, naquilo que bell hooks (2020) chama de pedagogia engajada, no aquilombamento como estratégia política de afeto e resistência, e numa escrita que transforma e interpela o mundo.

No capítulo “Carta-convite a uma grande barricada feminista”, Érika Cecília Soares Oliveira e Késia dos Anjos Rocha compartilham a perspectiva de que a ação feminista envolve um percurso teórico-prático-afetivo em direção à construção de rupturas epistemológicas. Nesse espírito, as autoras relatam a experiência de pensar uma disciplina com as temáticas de gênero e as pautas LGBTQIA+ no contexto remoto, em tempos de fragilidade democrática dada pelo governo de Jair Bolsonaro e perpassada pelos desafios impostos pela Covid-19. A vivência dessa disciplina, mais que uma prática curricular imposta pela docência, revela-se uma forma de resistência e, nas palavras das autoras, “uma barricada que nos permita ver emergir nosso poder coletivo e, sobretudo, nossa liberdade”.

O capítulo “Estamos cansadas... E tu? O cotidiano de trabalho de duas professoras universitárias”, escrito por Bruna Moraes Battistelli e Luciana Rodrigues, discute, questiona e denuncia o



modo como o projeto neoliberal, patriarcal e supremacista branco exaure os corpos, especialmente os das mulheres, e despotencializa a vida. Em uma troca de cartas, as autoras mostram como as faces desse projeto que tenta desumanizar se apresentam no espaço da Universidade, não só através da lógica produtivista, mas também do racismo e do sexismo que se encarnam no cotidiano das práticas e relações da vida acadêmica. Inspiradas em bell hooks (2021), elas compartilham experiências que movimentam a construção de um projeto de mundo feminista, onde o amor se coloca como “possibilidade e ato político”.

Cartas do fim: violências institucionais em tempos de pandemia

O capítulo “Uma carta de raiva e de amor”, escrito por Simone Hüning, Marília Silveira e Milena Medeiros, traz como finalidade a implosão dos enquadres normativos que fazem parte do cotidiano das Universidades brasileiras. Para tanto, coloca sob escrutínio práticas e experiências vivenciadas pelas autoras e que demonstram que o espaço acadêmico é palco de disputas e de manutenção da branquitude, do sexismo e do elitismo.

O texto é um grito outrora mudo que estoura em palavras e, também, emoções, rompendo com os itinerários de silenciamentos que tantas vezes fazem parte dos pactos



desenhados por aquelas/es que se encontram no poder. Este grito é uma convocação feita por feministas que vieram antes de nós, como Audre Lorde e bell hooks, e que nos chamam para nomear as “coreografias das violências” (MOMBAÇA, 2021) executadas por parte do corpo docente que, tantas vezes, prefere se manter deitada/e/o em suas espreguiçadeiras, tornando-se responsável pela manutenção de epistemologias e práticas racistas, capacitistas, homofóbicas e sexistas.

O texto de Madge Porto, “Quem vem comigo? Ainda preciso do apoio de todas vocês”, é uma carta escrita para as manas que estão nas lutas feministas e que, coletivamente, apoiam umas às outras. Aqui, a autora demonstra a importância de prosseguirmos cada vez mais juntas, com vistas a desancar as violências que acontecem dentro das Universidades e que se voltam contra nós, mulheres. Quando queremos denunciar os abusos sofridos neste ambiente, muitas vezes estratégias de desacreditar nossa palavra e desautorizar nossas denúncias são acionadas, para nos colocar de volta no “nosso” lugar.

Diante do estranhamento inicial e dos cansaços e ansiedades gerados por um mundo que acontecia na frente das telas, a autora relata a importância de participar de projetos, durante a pandemia, que colocassem em pauta questões como saúde mental e o aumento brutal das violências cometidas contra as mulheres, além



do aumento excessivo de trabalho que muitas tiveram que executar, fenômenos que saíram da invisibilidade no período pandêmico.

Esperamos que esta carta-livro encontre vocês bem!

Com carinho,

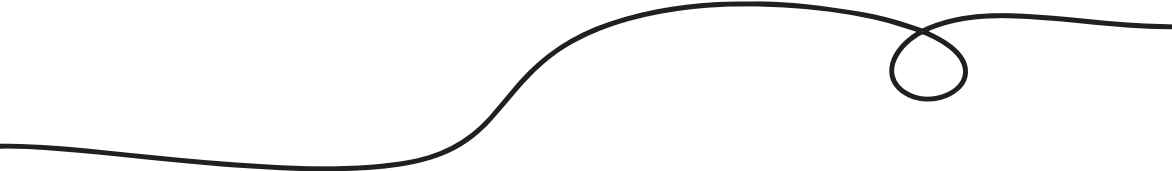
Érika, Tatiana, Marcos e Jaileila.





*Cartas
do início*

escritas em tempos pandêmicos



Restos de Carnaval: alegorias e alegrias da escrita

Jaileila de Araújo Menezes

Lisandra Espíndula Moreira

Queridos leitores,

Estamos juntos nesse processo de composição e, justamente por isso, trarei para cá meus rabiscos quando da nossa² conversa inicial para a escrita deste texto:

Rastros da escrita; apagamentos no/do texto; processo de escrita; *post-it*; realce; borraduras do texto; carta; suportar o momento de caos; confete, serpentina, ludicidade, cidade do Carnaval, restos de Carnaval, o burburinho do processo de escrita!

Nesse formato de escrita-carta, ainda me pergunto se escrevo para minha companheira de carta ou se escrevemos juntas

2 Nossa escrita oscila entre primeira pessoa do singular e do plural, e não tem a pretensão de identificar qual passagem pertence a cada uma de nós, pois a intenção é compormos, com nossas experiências, uma voz de mulheres na docência em tempos de pandemia.



para outras que possam nos ler. Inspiradas em escrevedoras de cartas/carteiras, nos aproximamos da oralidade, “de modo que uma carta funciona como um escrever falando. Assim, habitamos uma escrita de fronteira entre oralidade e grafia para fazer furo na escrita acadêmica hegemônica” (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021, p.679).

Nossa conversa nos fez pensar sobre a escrita, inspiradas no conto “Restos de Carnaval”³, de Clarice Lispector (2016). Há, no conto, a lembrança de uma menina que, por viver a infância com a sombra de uma mãe adoentada, numa realidade onde “ninguém em casa tinha cabeça para carnaval de criança” (LISPECTOR, 2016, p.398), via desfilar à frente dos seus olhos as fantasias da festa profana, estando ela com seu corpo de menina fincado no pé da escada de sua morada. Mas houve um Carnaval diferente: com as sobras de papel crepom da fantasia de uma amiga, ganhou também uma fantasia e, pela primeira vez, “ia ser outra que não eu mesma” (idem, p.399).

Nas horas de expectativa para a festa, a casa entrou em alvoroço com a piora na saúde da mãe e a menina, vestida de rosa, precisou correr para buscar remédio. “A alegria dos outros me espantava... eu fora desencantada” (LISPECTOR, 2016, p.400). Depois, na festa, a menina se encontra com o remorso de tentar

3 O conto integrou o conjunto de histórias contadas ao longo da execução do projeto de extensão “Cada semana conta uma história” (<https://www.instagram.com/conta.1historia>), desenvolvido pela UFPE durante a primeira onda da pandemia de Covid-19, e foi lido lindamente por Lara Almeida (<https://tinyurl.com/cadasemana>).



ficar alegre diante do estado da mãe, até que, em algum momento, um “rapaz” de 12 anos a reconhece: “eu era, sim, uma rosa”. Eis a salvação de não ser ela mesma e poder viver o Carnaval.

A nostalgia de outros carnavais e a inocência de festejar sem preocupações parece nos lembrar, hoje, do peso de nosso tempo. Como ser outra? Como ser outro Brasil num tempo em que se convive com pandemia, desmonte, genocídio e necropolítica? Iniciamos a escrita deste texto a um mês do Carnaval de 2022, aproximadamente dois anos após a declaração de que o mundo estava vivendo uma pandemia com efeitos devastadores nas mais diversas dimensões de nossa existência.

Foram muitos os golpes e alguns deixaram severas feridas expressas na cifra de mais de 625.000 óbitos⁴ por Covid-19 em nosso país, número que expressa muita dor, luto e, principalmente, muita revolta com a política genocida orquestrada pelo governo brasileiro, que desde o início da pandemia tem atormentado, de forma covarde e perversa, todos os que lutam pelo controle e fim do ciclo de contaminação e morte.

O noticiário que inaugurou 2022 divulgava o avanço da variante ômicron da doença e seu impacto nas medidas de flexibilização e reabertura de serviços, comércios, repartições públicas, escolas e Universidades. O vírus Sars-COV-2 colocou-nos

4 Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br>. Acesso em: 28 jan. 2022.



diante de um cálculo ininterrupto dos riscos de sair do isolamento, transitar na rua, (re)encontrar as pessoas. É uma gestão cansativa do cotidiano e tudo o que se deseja é poder quebrar esse círculo vicioso (contagioso) e descansar das tantas preocupações. Sim, as apostas eram altas de que teríamos Carnaval em 2022: o avanço da vacinação, o passaporte de imunização, o esvaziamento dos leitos de UTI e o desmonte dos hospitais de campanha compuseram um cenário de animação e esperança celebrativa, mas o tempo pede espera e cautela.

Como Clarice, parece que vivemos nesse tempo entre-carnavais, o que foi e o que pode ser... E não é fácil escrever nessa circunstância: “E quando a festa ia se aproximando, como explicar a agitação íntima que me tomava? Como se enfim o mundo se abrisse de botão que era em grande rosa escarlate. Como se as ruas e praças do Recife enfim explicassem para que tinham sido feitas” (LISPECTOR, 2016, p.397).

Seguimos na escrita deste texto até o feriado de Páscoa. Aqui, estamos revisando a escrita e pensando sobre o desdobramento da variante, refletindo sobre a efetividade da vacina, sobre o modo como foi possível, apesar de todos os receios que inauguraram 2022, manter a possibilidade de retorno presencial de várias atividades, incluindo as do contexto universitário. Na subversão da lógica



religiosa, alguns carnavais acontecerão após o feriado de Páscoa, anunciando a abertura de botões de rosas escarlates.

Então, este é um texto afetivamente marcado pela nostalgia de pierrôs e colombinas, pela saudade do burburinho das pessoas em ruas, becos e ladeiras, pelo ombro a ombro que tanto nos embala no tempo comum do ritual de iniciar o ano de verdade “só depois que o carnaval passar”. Nesse entre tempos/contratempos, uma das perguntas que nos salta, desde o contexto acadêmico onde trabalhamos, é: de que forma podemos construir ações e escritas que mantenham o encantamento em conjunto com a necessidade de denunciar e cuidar do sofrimento?

Colegas de escrita, nesta carta, queremos pensar também sobre a escrita acadêmica, muito marcada pelo sofrimento expresso em grandes pausas, silêncios chorosos e tristonhas interrogações. É possível abordar a escrita acadêmica em uma perspectiva carnavalesca? Há possibilidade de um modo festivo para a escrita acadêmica? Queremos conversar sobre a alegria de partilhar as escritas conjuntas. Escrita como “polifonia de vozes que se encontram, se chocam e esbarram nas narrativas plurais de nossas experiências como pesquisadoras” (OLIVEIRA *et al.* 2019, p.180).

Em textos escritos em parceria, não raras vezes, no meio do processo, temos um esboço cheio de cores/marcações, vozes/comentários, ideias/fantasias, experimentações que, ao longo do



processo de formatação, vamos, de certa maneira, padronizando, incorporando, referenciando, estruturando, colocando “molduras e metamolduras ao redor dos escritos” (ANZALDÚA, 2000, p.230). Assim, muitas vezes, o texto em si é o resto do Carnaval. O resto ou rastro de um processo de muitas articulações e elaborações.

O convite a pensar a escrita como Carnaval não é tão simples. Na posição de professoras-orientadoras, muitas vezes nos confrontamos mais diretamente com os desafios em falas escutadas e, talvez, às vezes ditas, sobre o sofrimento da escrita. Talvez seja interessante pensar o que há de prazer na escrita ou a importância de resgatar essa alegria de escrever. Mas como sentir prazer numa escrita que, posicionada politicamente, precisa também servir de denúncia? Como se alegrar ao produzir efeitos com palavras que doem? Como pular um Carnaval sem remorso, se estamos sempre diante da dor do outro ou nossa mesma? Essas contradições e dilemas não podem e nem devem ser menosprezados.

faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. o medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. (ANZALDÚA, 2000, p.234).



Reconhecer a resistência e não sucumbir a ela é o chamado que nos leva a escrever. Como nos provoca a própria Anzaldúa, a escrita da revolta é sempre melhor do que a não escrita, que seria, certamente, o apagamento e silenciamento dessa dor pela escrita de outros em histórias mal contadas sobre quem não se apropria das ferramentas de registros.

Essas questões nos remetem à história de uma outra menina, Maria-Nova, no livro *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo. Menina contestadora que se calou quando, na escola, a professora falou sobre a “libertação dos escravos”. Estranhando o alheamento, a professora questionou Maria-Nova, que disse que “sobre escravos e libertação, ela teria para contar muitas vidas”. Tentou, mas lembrou-se de tantas pessoas, de tantas situações.

Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente. (EVARISTO, 2017, p.150-151).

Em tempos pandêmicos, muitas são as vivências difíceis de expressar. Tem sido doloroso escutar as dificuldades de nossos



estudantes e orientandes sobre a inviabilidade de conduzir suas pesquisas. As queixas se referem desde a falta do espaço físico da Universidade, passando pelo corte de bolsas ou a ausência total da perspectiva de um dia vir a ter a pesquisa financiada, até o próprio problema-campo de pesquisa, impossível de acessar em meio ao necessário distanciamento social.

Em nossas conversas, sempre peço que escrevam, registrem o que sentem, o que dói, o que falta, o que desnorteia, que experimentem a escrita vacilante e que assim possam se manter conectadas com o ofício de pesquisar. Entender a pesquisa como ofício é tomá-la na processualidade de um ato que se faz o tempo todo com o alinhavo das palavras, registrando as primeiras ideias, formalizando algumas perguntas, escrevinhando algumas rotas, esboçando roteiros, estranhando a linguagem e a si mesmo a partir dela.

Há também outros impedimentos relacionados com o próprio processo de escrita. Rosa Montero, no livro *A louca da casa*, conta de uma vez em que reservou um dia para a escrita. Um dia sem outros compromissos marcados, podendo se dedicar ao escrever. Quantas vezes programamos momentos como esse? Reservar dias, não agendar nada para realizar a escrita. Um momento idealizado que geralmente nunca chega, assim como não chegou para Rosa Montero. Ao final do que seria seu dia reservado, ela conversa com uma amiga ao telefone.



- Hoje eu queria escrever, tinha o dia todo para escrever, e desperdicei o tempo respondendo e-mails.
- Por que?
- Sei lá. Às vezes a gente evita começar o trabalho. É uma coisa esquisita.
- Por preguiça?
- Não, não.
- Por que?
- Por medo. (MONTERO, 2004, p.36).

Talvez agora mesmo algumas de nós tenham se lembrado de outra demanda que, rapidamente, nos dispersa da tarefa de escrever ou, no caso de quem está lendo o texto, dispersa-nos também da leitura. Sempre há um *e-mail* que não foi respondido. Sempre haverá uma mensagem de Whatsapp que exige resposta. Para algumas, talvez existam os chamados de filhos pequenos, ou grandes, ou de algum outro familiar. Talvez, algunes de nós estejam sós numa casa, assim como nos conta Marguerite Duras (1994), que permaneceu dez anos numa casa, escrevendo. Outras talvez estejam escrevendo com fome, catando palavras e felicidade em condições extremas, como nos relata Carolina Maria de Jesus (2020). Nossa escrita, muitas vezes, luta com o cotidiano que não cabe na escrita, assim como a escrita, às vezes, não cabe na infindável lista de tarefas que assumimos cotidianamente.

Suportar o momento do caos... Retomo esse registro de nossa conversa porque ele me conecta a um dos livros que estou



tentando ler no momento: *Escrever de ouvido: Clarice Lispector e os romances da escuta*, de Marília Librandi (2020). Esse título é uma inspiração e essa tem sido a orientação de busca, algo que se relacione, que metaforize, que referencie a pesquisa, a pesquisadora e o contexto que habitam. Na pandemia, fomos levades a repensar a relação com o tempo e com o espaço, tudo comprimido em telas de computadores e celulares: o trabalho, o estudo, o lazer, o namoro, o sexo... Organizar, reavaliar, priorizar, separar o tempo de dormir do quarto de trabalhar, missão impossível e que nos demanda reconfiguração da órbita de nossas urgências e aprender a lidar com o que interrompe. Sim, são tempos de escrita em burburinho, as ideias da pesquisadora saltam ao som da panela de pressão e pedem registros em pedaços de papel, no editor de textos do celular; é uma escrita atravessada e também de travessia de um tempo de muitos desafios.

A escrita é atravessada por urgências e prazos. Certamente, há urgências, mas também há distrações e fugas.

Distrações todas – alguma coisa me acontece quando estou concentrada no escrever, quando estou quase chegando lá – aquele sótão escuro onde alguma “coisa” está propensa a pular e precipitar-se sobre mim [...] Levantar para acender um incenso, colocar um disco, dar uma caminhada – qualquer coisa para adiar o escrever. (ANZALDÚA, 2000, p.233).



Finalizei o parágrafo e a inclusão da citação acima e me distraí com um barulho. Achei por bem ver onde estavam minhas gatas, que poderiam ter derrubado alguma coisa. Estava tudo bem, olhei o céu e vi que as nuvens estavam ficando mais carregadas. Janeiro, em Belo Horizonte, é tempo de alerta. Voltei e reli o que tinha escrito. Parte de mim desejou apagar os parágrafos anteriores, parte de mim resistiu. Meu receio é que a frase “Certamente, há urgências, mas há também distrações e fugas” possa indicar que o caminho “certo” da escrita seria separar o joio do trigo. Ou seja, resolver o que é urgente e concentrar na escrita, como se a escrita fosse apenas um exercício de foco e concentração.

Nas reuniões em que conversamos para preparar esta escrita, neste momento de trabalho remoto, falamos sobre ter uma rede em casa. Não estamos falando da rede de internet, falamos da rede de deitar, daquela que nos permite colocar os pés para cima e sentir o movimento, falamos da necessidade de pausa, de balanço. Ainda não instalei a minha rede, mas arrisco pensar que ter saído da mesa e procurado as gatas, ter olhado o céu e pensado sobre a cidade me fez voltar e escrever diferente.

Talvez, para algumas escritas, foco e concentração possam funcionar, mas a escrita não é apenas o domínio da razão. A escrita, inclusive a acadêmica, que propõe rupturas e afetações no modo



naturalizado como olhamos para o mundo, talvez precise estar um pouco mais aberta e distraída.

Então, escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva, então, é escrever distraidamente. (LISPECTOR, 2009, p.95).

Assim, o movimento da escrita se compõe com o movimento de não escrita. Distrair-se da escrita. Distrair-se na escrita. Dizer e trair a escrita. O que tanto tememos quando não conseguimos escrever? Anzaldúa confessa que tem medo de escrever, mas tem um medo maior de não escrever. Talvez a gente precise entender o que compõe nossos medos e o que nos retira deles. Investigando de forma mais aprofundada o medo que lhe impediu de escrever num dia todinho preparado para isso, depois da conversa com a amiga, Montero (2004, p.36) encontra sua fantasia de que quando suas ideias ainda não tomam a forma da palavra, elas parecem sempre mais belas, mais vivas:

Não soube explicar, mas ontem, na desproteção extrema da noite, na claridade alucinada da



noite, enquanto me revirava na cama, entendi exatamente o que queria dizer. Por medo de tudo o que você deixa sem escrever uma vez que parte para a ação. Por medo de concretizar a ideia, de aprisioná-la, deteriorá-la, mutilá-la. Enquanto permanecem no rutilante limbo do imaginário, enquanto são somente ideias e projetos, seus livros são absolutamente maravilhosos, os melhores livros que já foram escritos. E só depois, quando você os vai cravando na realidade palavra por palavra, como Nabokov cravava suas pobres borboletas na cortiça, é que se transformam em coisas inevitavelmente mortas, em insetos crucificados, por mais que sejam recobertos por um triste pó de ouro.



Quantas vezes nossas ideias sobre uma pesquisa, sobre um texto ou sobre um tema nos parecem tão maravilhosas, até que a gente faz o exercício de colocá-las em palavras? Uma ideia que se movimenta é como um confete de Carnaval enquanto está no ar: é um instante, são cores, brilhos. A escrita, por vezes, mostra apenas um chão de confetes, como uma imagem paralisada. A escrita é sempre o resto de um Carnaval das ideias? Mas a escrita abre possibilidades, também, para o movimento das palavras.

Como nos diria Manoel de Barros (2013, p.315), talvez seja interessante “avançar para o começo. Chegar ao criancimento das palavras”. O autor, na poesia “O menino que carregava água na

peneira”, convida-nos a experimentar o poder da palavra, pois na escrita podemos fazer “peraltagens com as palavras [...] interromper o vôo de um pássaro botando ponto no final da frase. [...] modificar a tarde botando uma chuva nela” (BARROS, 2013, p.454).

Com quais palavras eu escrevo? Quais códigos eu utilizo? Quais imagens são construídas nos textos? Para quem estou escrevendo? Quem eu deixo de fora da minha escrita porque não a reconheço como possível leitora?

Até que ponto nosso “aprendizado” da escrita nos privou de brincar com as palavras? Não raras vezes escutamos, e talvez também sentimos, que não sabemos mais como escrever. Quais seriam os caminhos para aprender e ensinar a escrita? Clarice Lispector, certamente questionada inúmeras vezes em entrevistas, escreve-nos sobre a sua dificuldade de explicar seu processo de escrita.

Quando não estou escrevendo, eu simplesmente não sei como se escreve. E se não soasse infantil e falsa a pergunta das mais sinceras, eu escolheria um amigo escritor e lhe perguntaria: como é que se escreve?

Por que, realmente, como é que se escreve? que é que se diz? e como dizer? como é que se começa? e, que é que se faz com o papel em branco nos defrontando tranquilo? Sei que a resposta, por mais que intrigue, é única:



escrevendo. Sou a pessoa que se surpreende de escrever. (LISPECTOR, 2010, p.25).

Esse é um resto de Carnaval interessante de lembrar-se: a surpresa da escrita. “A escrita pode ser uma experiência fascinante de descoberta e superação” (DINIZ, 2013, p.63). É difícil explicar como acontece, mas, se entregando ao exercício da escrita, é possível se surpreender com o modo como algumas ideias ganham formas interessantes quando soltamos as palavras em movimentos de dedos no teclado a preencher telas brancas dos programas de edição de texto. Glória Anzaldúa (2000, p.233) relata que, às vezes, percebe que essa surpresa vem quando, depois de tomar café ou vinho, a escrita rompe as defesas e “revela alguma parte de mim que mantive em segredo de mim mesma”.

Numa crônica publicada em 30 de novembro de 1968, Clarice reflete sobre o espanto diante da provocação: “se eu fosse eu”. Uma provocação lançada a si mesma quando não consegue lembrar onde teria guardado alguma coisa, mas que se perde no espanto de ver e tentar reconhecer a si mesma. “Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira em que nos acomodamos acabou de ser levemente locomovida do lugar onde se acomodara” (LISPECTOR, 2020, p.197-198). Seria o exercício da escrita uma porta/espelho para que a gente se enxergue?



“Se eu fosse eu” parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova do desconhecimento. No entanto, tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. E a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais. (LISPECTOR, 2020, p.198).

Talvez a gente esteja diante do nosso maior perigo de escrever: o medo de tocar nossas dores, de nos vermos nas nossas próprias limitações, de não sermos suficientemente boas para as exigências acadêmicas. Uso esse texto da Clarice em aulas introdutórias da Psicologia em outro curso, tentando instigar a complexidade do que nomeamos subjetividade, pensando sobre as camadas que nos compõem. Articulando esse texto com o conto “Restos de Carnaval”, é possível pensar pelo menos dois movimentos na escrita: de um lado, o que ela nos revela do que somos (se eu fosse eu...) e, de outro lado, o que nossa própria escrita nos revela do que nos deslocamos de nós mesmas, como quando vestimos uma fantasia e nos tornamos uma rosa (podemos ser outras, e não nós mesmas). Não são movimentos simples e,



às vezes, nos exigem estratégias, ferramentas para que sejam possíveis de ser realizados.

Café, vinho, música... Em nosso grupo de pesquisa, a produção dos textos tem sido acompanhada de trilhas sonoras, estratégia que se aproxima do que Marília Librandi (2020) chama de “escrever de ouvido”. No momento da escrita deste texto, busco os sons do Carnaval no Recife, os frevos, maracatus, cirandas e coco de roda, mas em um janeiro ainda pandêmico só me chegam as notificações de mensagens no Whatsapp e sigo tentando ignorar esses chamados para conseguir avançar no texto, ganhar tempo sem me dispersar nas redes sociais.

Sim, é muito difícil construir e manter uma rotina de escrita. O que tem me ajudado nesse processo é pensá-la de modo muscular, uma parte de mim que, na ausência de exercício, vai doer! Uma das imagens que aciono, na tentativa de entender o processo de escrita, vem de uma das artes e ofícios mais tradicionais, que é o ato de costurar, e tudo o que ele implica: a modelagem, o corte, o alinhavo, os ajustes.

No livro *Escrever sem escrever: literatura e apropriação no século XXI*, de Leonardo Villa-Forte (2019), talvez eu tenha encontrado algo que nomeie e me permita experimentar uma certa tranquilidade com meus movimentos que antecedem a escrita – esses, sim, são bem disciplinados; eu os executo todas as



manhãs desde o início da pandemia. Início meu dia vendo *e-mails*, respondendo ao possível, retardando a resposta a tantos outros e, nesse movimento, sempre encontro títulos e indicações de trabalhos que me conduzem a abrir uma aba, que me leva a outra e a outra... Esse se tornou meu exercício de dispersão matinal.

Hoje, posso falar tranquilamente sobre isso porque consegui relacionar e nomear esse hábito como “estudo de tendências”. Sim, criei para mim um artifício de pensar que sou uma boa estilista e, como tal, preciso estar atualizada das últimas referências. Só assim pude me conciliar com esse modo de operar durante a quarentena, nesse tempo em que produzo um aquecimento antes de colocar o dedo no teclado de modo mais autoral. Várias abas de pesquisa ficam abertas, mas isso já não me dispersa, e elas funcionam como um certo registro do que pude construir ao longo do dia.

No início, muito me incomodava deixar tantas abas abertas, mas consegui, no diálogo com Villa-Forte (2019), nomear esse movimento de rastros da escrita. Sim, porque a escrita também é composta pelo mundo, que nos afeta de diversas formas: há uma escrita intencional; são os vários textos que tanto imaginamos e desejamos um dia escrever, textos impulsionados pelo que escutamos de outras pessoas, textos embrionários que ocupam a lateral do documento de Word, uma pequena aba que nasce quando clicamos no ícone “revisão – novo comentário”, texto intervenção ou inter(in)venção, escrita onírica.



Permitam-me contar um sonho – aliás, eu muito tenho sonhado desde o início desses tempos de Covid, e a dimensão tátil das imagens oníricas é impressionante. No sonho, estava indo visitar minha tia que mora no Rio de Janeiro. Eu estava sentada no ônibus e abria a bolsa para pegar o celular e passar uma mensagem de texto para ela. Quando olhava para o celular, todas as teclas haviam caído e a angústia em não poder escrever tomava conta de mim.

Pois bem, agora vejo o quão importante era ter registrado a data desse sonho. Será que ele antecedeu alguma dívida de escrita que eu deveria pagar? Essa pergunta me levou a escrever o termo “monetização da escrita” em uma folha-guia que mantenho ao lado do teclado, onde registro as ocorrências durante a feitura deste texto. Vou parar um instante e fazer minha aula de pilates *on-line*... Vamos ver o que os músculos me permitem articular. Até já!

Pensar na escrita como dívida faz muito sentido em nossos tempos. Sobre aquele ditado de que “quem não deve não teme”, talvez esteja uma pista para pensar o quanto a escrita nos amedronta, porque também parece que estamos sempre devendo algum texto. Sempre há um prazo, um novo dossiê, um convite de capítulo de livro ou mesmo dívidas mais difusas de parâmetros de avaliação de publicação. Mas a escrita como dívida parece o desencantamento da menina do conto de Clarice, aquela que, por conta da tristeza de ter a doença na família, não se permitiria ser outra e pular o Carnaval.



Esses dias, na conversa com uma amiga, falávamos sobre o quanto temos encarnado nosso pior vigilante. Incorporamos o pior dos pareceristas, somos nossos piores críticos e essas figuras funcionam como bloqueios para deixar fluir uma escrita mais livre e brincante. Nisso, penso que é possível inverter a provocação de Clarice: “se eu não fosse eu”. Se eu não fosse eu, seria tão crítica comigo mesma? Se eu lesse o que escrevo sem o peso de procurar minhas falhas, aproveitaria melhor o meu texto?

Pensando no fechamento desta carta, propomos mais um atravessamento com a vida e a escrita de Clarice. No final de fevereiro deste ano (2022), foi iniciada uma nova guerra, envolvendo, centralmente, Ucrânia e Rússia. Esse conflito nos faz lembrar que também Clarice e sua família saíram da Ucrânia para fugir da guerra e da fome, mas carregaram a dor dessas violências tão extremas. Um trauma que invalidou a mãe de Clarice (MOSER, 2017). Uma marca que extrapolou a mãe doente e que colocou o peso da guerra também sobre a menina que, num primeiro momento, não conseguiu ser encantada no Carnaval.

Clarice, em 1968, chegou a comentar sobre o quanto seu nascimento foi marcado por uma esperança de curar a própria mãe: “Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado... queria que simplesmente se tivesse feito um milagre: eu nascer e curar minha mãe” (MOSER, 2017, p.45). Difícil sina de ser remédio e cuidado para a violência do mundo.



A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.9).

Só agora à noite consigo retomar a escrita, o corpo já cansado de um dia de trabalho em tela, a irritação ocular é inevitável. Passei parte do meu dia pensando sobre o valor da escrita e, num cálculo bruto de perdas e ganhos, percebo que “E se depressa agarrei-me a ela é porque tanto precisava me salvar” (LISPECTOR, 2016, p.400). Embora, no sonho, eu estivesse num ônibus em movimento, sem a palavra eu não conseguiria chegar ao que eu tinha programado como parada/destino.

Como professora-pesquisadora, parte de minha vida é dar destino às palavras, endereçá-las, fazê-las nascer e, quando elas se derramam na folha ou tela, é bonito de ver o coroamento do novo dizer. Certamente, essa posição de professora-pesquisadora-orientadora nos coloca no exercício de escrever e também de produzir condições de escrita para outres. Um caminho bonito de ver surgir Marias-Novas que se aventuram na arte de costurar palavras e contar muitas vidas.



Referências

ALEKSIÉVITCH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.8, p.229-236, 2000. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/anzaldua.pdf>.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2013.

BATTISTELLI, Bruna M.; OLIVEIRA, Érika C.S. Cartas: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Currículo sem fronteiras**, v.21, p.679-701, 2021. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss2articles/battistelli-oliveira.pdf>.



DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. 2.ed. Brasília: Letras Livres, 2013.

DURAS, Marguerite. **Escrever**. Tradução: Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.

LIBRANDI, Marília. **Escrever de ouvido**: Clarice Lispector e os romances da escuta. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **Crônicas para jovens**: de escrita e vida. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.

LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Organização: Benjamin Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

MONTERO, Rosa. **A louca da casa**. Tradução: Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

OLIVEIRA, É.C.S. *et al.* “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. **Fractal**: Revista de Psicologia, Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, v.31 n.esp., p.179-184, 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043.

VILLA-FORTE, Leonardo. **Escrever sem escrever**: literatura e apropriação no século XXI. Rio de Janeiro: E. PUC-Rio/Belo Horizonte: Relicário, 2019.





Carta-Manifesto

Ruth Tainá Aparecida Piveta

Rafael Siqueira de Guimarães

Herbert de Proença Lopes

Flavia Fernandes de Carvalhaes

Las orillas das cidades, *las orillas* dos gêneros, *las orillas* no campo, as *tekoas*, quilombos, palenques, assentamentos, comunidades, *orillas* dos rios, as fendas feitas das *orillas* – margens, fronteiras, grietas – sempre respiraram num mundo sem respiro de Wetiko (FORBES, 1992). Tivemos que aprender a re-existir pela terra, outra vez. Aprender com nossas ancestrais, num tempo pandêmico em que o que mais prosperou foram as redes de supermercado, às custas da exploração da produção de alimentos e de insegurança alimentar.

Aprender a respirar com/o a terra. Terra de tatus-bola, esse bicho que cria em-si uma fronteira protetiva. Nativo do Brasil, mais especificamente das regiões de Caatinga e do Cerrado, o tatu-bola, quando se sente ameaçado, fecha-se em si para proteger seu corpo com sua carapaça dura. Foi preciso tatubolizar-se. Ensimesmar-se. Habitar-se como tatu na tentativa de arejar a terra.



Aprender dos insetos,
Caramujos.
Formigas, tatu-bolas e minhocas,
Maneiras de criar mundos
Embaixo das pedras, que usam
Pra tentar nos enterrar.

As margens-*orillas* como cápsulas, pílulas de esperança. Nos inspiramos nas cartas escritas pelas irmãs e irmãos zapatistas a defenderem o melhor dos vírus, o da esperança. Em terra nada firme, pouco oxigenada, tomada pela psicose *wetiko*, sempre respiramos. O tatu que cria sua própria fronteira e respira. Como barricadas, não é? Como os avisos zapatistas de que ali Estado não entra. Quem sabe seja um momento de radicalizar, desobedecer, como brada Maria Galindo (2020), sem romantizar a desobediência-dissidência porque prospera muita violência a quem desobedece a um estado de coisas, mas encontrar um outro jeito de aterrar-se sem as telas protetoras de um Estado violento.



Março de 2020. Terra arenosa, areia movediça

Muito cedo, na pandemia, percebemos que estávamos com medo. Nossa partilha, desde o primeiro momento, foi a seguinte: vamos entender o que está acontecendo? Entendemos que o conteúdo era esse. Como tatus, nos fechamos para sentir, para entender o que vinha acontecendo com a terra-Terra-pachamama-Abya Yala-pindorama, desde nossas Angás, desde nossas peles. Aninhar-se coletivamente nas trincheiras. Aterrar.



Não havia como seguir como se nada estivesse acontecendo. E a pandemia revitalizou tudo de Wetiko: o colonialismo, o racismo, o especismo. Ainda que muitas/os de nossas/os colegas estivessem seguindo com uma pequena diferença – agora era *home office* e tudo ia bem –, não nos parecia possível simplesmente seguir.

Terra gira
E o giro
Me desterra



Como é que nós, na Universidade e políticas públicas, lidaríamos com isso? Foi um tempo de ler, ouvir, sentir a nós mesmas, e também de ouvir outras, de nossas companheiras e trincheiras de sempre: como elas estavam compreendendo o que nos passa(va)?

As cores e os cheiros eram de morte, de medo, de precarização. Interrupção que se traduzia em sensação de asfixia, em perda de território, em medo, em saudade do mundo. Tempo sem representação. As bocas, sufocadas pelas máscaras, não encontravam o movimento das palavras. Havia que se tecer em conjunto uma dura carapaça.

Criar carapaças como tecnologia de cuidado de si, de cuidado coletivo. Aproximar-se da terra, esconder-se na fresca e indistinta textura do chão. Foi necessário cavar buracos, habitar o submundo úmido e escuro desse lugar entre, dessa fronteira borrada entre o medo, a aposta num futuro possível, o asfixiamento e as possibilidades de respirar. Havia que escutar o chamamento. Pistas que se desenham(vam) como rastros na terra-gira.

Terra, signo
Assina o corpo,
Inscreve o gesto,
dá ou tira sentido –
o que preciso for.
Quando meu corpo dança
É terra o que vem,
o corpo aterra
a corpa terráreo
de Movimentos-aterro.



Terra
Que não é minha
Que não tem dono
Que não é posse
Que eu sou dela,
E ela é nosse.

Terra
Pó, poeira, ventania
Vida, rumo

Sem eira nem beira.
Terra que desmancha no ar,
Minha teoria ribanceira

Terra tinge
Sou manchado pelas cores-território.
De um pardo sem cor
Ao vermelho, marrom,
Negro arco-íris, multicolor

Terra cuidado
Acolhe meu vento medo
Meu vento medo
Meu medo dentro,
Esvai
A mente nóias
A pele chagas
E deixa
A corpa sã
Acalma em palhas
Acalma as marcas...
Planta – meu pé
Seiva – minha veia.

Terra, minha distante
Sujeira dos meus pés descalços,
Navegantes.
Terra, Minha planetária
Astral subsidiária
Dos meus rumos errantes
Itinerantes



Vezenquando belos
Vezenquando angustiantes
Errantes
Errantes
Errados errantes

Desmedidos
Caminhos nada prontos
Re-territorializantes

Ouvir
rastros pandêmicos.
Reconhecer
rastros na terra.



Enterrar no peito as raízes do mundo.
Tornar-se um corpo-terra.



Silêncio

Conexões interrompidas fisicamente, intensificadas virtualmente. O corpo cortado pela tela. Experimentações de silêncio, do fechar-se em carapaça e estar envolto consigo. Silêncio povoado por notícias, índices, disputas de narrativas. Silêncio marcando um tempo entrecortado, interrompido, descontínuo. Tempo e espaço assumindo outros contornos, outras velocidades.

Silêncio aqui visto como oportunidade, como passo atrás. O encontro com o não predizível pode se consolidar como *orillas*, grietas, brechas para que novos respiros possam circular, para que encontros inusitados consigo e com outres possam se desenhar. Respirar entre texturas.



A pandemia impõe parada. O vírus asfixiante impõe silêncio. Calma, respire.

Mas quem tem o privilégio de parar?

Quais corpos podem respirar?

Respiração ofegante. Soterrar, enterrar.

Pandemia. Experimentação da sensação de risco generalizada com que grande parte da população mundial já convivia. Realidades que sempre existiram e que, agora, precipitaram-se. Os velhos novos

vírus. Políticas da pele, racismos genderizados, desigualdade social, práticas coletivas de risco. Tentativas de silenciamento da população indígena, avanços do agronegócio, queimadas, precarização das relações de trabalho, desmonte de políticas públicas, descarte de corpos ditas não produtivas.

Sensação de asfixia em um Brasil que pauta a política da morte como estratégia governamental. Ranço colonial que habita nossas falas, nossas relações, nossas produções acadêmicas. Vírus Wetiko em marcha, em nome de um imperativo distorcido de desenvolvimento. Vírus itinerante, voraz, que impõe demarcações, instaura fronteiras, invade territórios. Sistemas de guerra, como diria Martin Baró (1984; 2017).

25 de março de 2020. Confirmado o primeiro caso de contaminação de uma jovem de 20 anos, pertencente ao povo Kokama. Quem transmitiu o vírus a ela foi um médico a serviço da Secretaria Especial de Saúde Indígena de Cruzeiro do Sul, no Acre (FARIAS, 2020).

Recife, 2 de junho de 2020. Miguel Otávio, 5 anos, criança negra, filho de Mirtes, colocado pela patroa branca sozinho em um elevador. Cai do 9º andar de um prédio (COUTINHO, 2021).

Alvos. Mercadorias. Subcidadanias. Vidas precárias que se produzem entre muros que dividem. Respirar entre guerrilhas, como diria Rafael Guimarães (2021).



Uma aluna contou, esses dias, que se um beija-flor for preso, morre. Seu coração e metabolismo são rápidos demais para qualquer gaiola. Seu corpo precisa de espaço, movimento. Já não conseguimos respirar dentro da carapaça dura que nos protege. A terra há que girar. Giros epistemológicos. Giros linguísticos. Pombas-giras. As giras e os giros (nos) importam.

Lutar em tempos de pandemia. Frente a sistemas de guerra, inventar máquinas de fazer pássaros.

Lutar com quais corpos?

Tirei uma carta xamânica agora mesmo: o Falcão. O mensageiro. O caiporã. O exu. O comunicador. O que nos comunica esse tempo? Pelo sobrevoo e pelo embolar-se na terra? Que mais há de psicoses com que teremos que lidar-lutando?

Ação de okupação das corpos. Corpos-carapaças que respiram nas trincheiras. Corpos que insistem em gaguejar outras línguas. Corpos que se desenham entre circuitos geopolíticos e políticas de fronteira. Corpos que arejam a terra por debaixo das pedras que insistem em nos soterrar. Criar alianças subterrâneas.

Desaprender, desobedecer, desestabilizar regimes de enunciação e validação do conhecimento. Respirar em aliança com uma máxima Zapatista: um mundo onde caibam muitos mundos. Gaguejar com Cleber Braga Oliveira (2019): portuñolizar, tupinizar um mundo onde cabem muitos mundos.



Mais que nomear, sentir.

Desaprender o excesso.

Construir mosaicos das línguas sudacas estilhaçadas

Dolores Galindo relata a cena de duas crianças indígenas que brincam nas cinzas que restaram das queimadas no Pantanal. Construir conhecimentos nas fronteiras que nos sufocam. Costurar bases comuns de luta em uma racionalidade planetária. Respirar entre novas perspectivas de libertação política, econômica, ecológica, erótica, pedagógica, religiosa.

Criar campos de proteção, estratégias que já temos e que se intensificam. Tecer camadas que sejam porosas. Conectar-se. Articulamos; logo, existimos, como lembra Donna Haraway (1999, p.50).

Sustentar uma corpa que vibra e também uma corpa que não vibra. Fazer mosaicos dos estilhaços. Delicadezas entre espinhos têm sido um modo de respirar. Detalhes que sorriem de canto de boca em meio às cenas de brutalidades. Agradecemos às redes de amigues e alunes que se disponibilizaram ao encontro entre carapaças e construíram possibilidades de comum.

O pulmão se expande e encontra ar.



Crianças brincam com/o os tatus-bola em meio às cambalhotas.

Ailton Krenak anuncia: “viver o agora”

Mosaicos que brotam entre cascalhos e securas

Escrevo. Com dores nos pés, cabeça cansada. Hoje, conheci Rafael, Matheus, Valdete, Ilda, Edna, Aline. Moradoras e moradores de uma ocupação de moradia que vem crescendo no território em que atuo. Hoje, conheci uma viela de terra, cascalho e secura. Desci e subi um morro, na instabilidade dos meus pés, do meu corpo que desequilibra. A vida brota, se multiplica e insiste. Apesar de. Conheci um hamster, alguns cachorros, calopsitas.

Entre terras áridas e paisagens belas, me encontro com a possibilidade e a impossibilidade da vida num país de desigualdades.

Mosaicos que brotam entretelas e desejos

Falávamos de bordas, de transbordar; falávamos de resistência, explorando os sentidos vários deste signo urgente. Falávamos de como autoras e autores nos afetavam, do que produziam suas leituras; falávamos sobre “achismos” e “viagens”, afirmando, e gostando de afirmar, uma certa incaptura dos conceitos.

Eu, sentado em frente ao computador, ligava a câmera, falava algo; desligava a câmera, andava pelo quarto. Em certo



momento, a ansiedade toma o corpo, exige respirações longas; lembrança de que ali havia um corpo físico. O tema centrou-se no aqui e agora. Lembro-me da pandemia, das angústias, das Políticas com P maiúsculo, das políticas com p minúsculo... Por fim, começo a me tranquilizar. No final da aula, comento que “estou sem palavras”. Uma colega diz: “sinto o mesmo”. A aula termina. A imaginação continua.

Mosaicos que brotam nas cercas

Seu Geraldo deixa pendurado um cacho de bananas na cerca. Um presente de vizinho. De quintal para quintal. Potássio, doçura e beleza.



Mosaicos que brotam entre lápis de cor

Bisa, te escrevo esta carta após uma noite mal dormida. Meu sono tem sido curto, sono de quem tem pressa. O dia amanheceu com uma chuva também apressada, que veio me lembrar do cheiro da grama molhada, da fatia de pão caseiro, da xícara de café sem açúcar.

Meu gato Chico insiste em deitar ao lado do computador enquanto eu escrevo. Ele e as palavras têm me feito companhia desde o início da pandemia. Faz seis dias que perdi uma amiga, bisa.

Ana tinha uma mão grande, eu cabia dentro. Minha mãe disse que somos mulheres-bambus, mas sinto minhas pernas bambas.

A carteira me trouxe uma carta. Uma pesquisadora artista chamada Bruna me convidou a desenhar junto com ela. Lápis de cor entre quatro mãos. Aceito o chamado. Sento-me, decidida a iniciar esse desenho. Distraindo-me rapidamente com a sonoridade do início do nome dela – B R U – e o efeito de ventania em minha boca. Acho graça e conto para a carteira, ela não presta atenção, então, eu a ofereço um pedaço de pão com manteiga. Ela aceita, pede uma xícara de café e me conta que ainda tem muitas cartas para entregar.

Foco, a que desenhar com Bruna.

As lápis de cor pretas e marrons me lembram de que não há como desenhar apenas em quatro mãos. Eu e Chico paramos para escutá-las, atentos. Elas nos contam, calmamente, que não há autoria entre as cores e que as palavras são como aquarela no papel. Contam que há sempre multidões entre as histórias, entre as mãos, entre os punhados de lápis e de palavras. Chico concorda.

Elas sugerem que eu te convide para desenhar comigo e com Bruna. Sinto medo que você ache perda de tempo desenhar, mas a lápis verde me explica que não tenho escolha, que somos gaia, que os traçados se fazem sem que eu decida, que os desenhos já começaram há tempos atrás.



Distraio-me novamente com a sonoridade do PER DA DE em minha boca. Mas o lápis de cor azul me interrompe, esbaforido. Ele diz (em voz alta): O EU É UMA FICÇÃO! HÁ SEMPRE MULTIDÕES! O lápis branco concorda, balançando a cabeça em movimentos curtos e apressados. Chico move as orelhas para trás.

A lápis de cor vermelha me olha nos olhos e, sem palavras, me conta que os lápis azul e branco sentem culpa, que eles ainda precisam do ponto de exclamação, que ainda precisam dizer em caixa alta, que não conseguem aquarelar. Na mesma hora, a chuva chega novamente, mas eu já não a escuto, me lembro da Ana, da lista de tarefas, penso rapidamente em me desfazer dos lápis azul e branco, a mão sua.

A lápis laranja, percebendo que eu amarelei, diz que é tempo de nos perdermos nos desenhos. Noto que a lápis de cor verde já desenhava de modo distraído. A lápis de cor roxa sorri, já estava cansada de tanto converseiro. Os lápis de cor azul e branco, ainda irritados e hesitantes, traçam um rabisco. Chico adormece ao som do bailado.

Com amor,

Por fim...

...Ao que parece.

Trair as regras do jogo

Encontrar sentidos



Nas trocas,
Vidas compostas

Expandir o corpo
Pouco a pouco

Reconstruir
Com zelo e calma
Com pressa e força

Um mundo
A se habitar



*Ruth Tainá Aparecida Piveta
Rafael Siqueira de Guimarães
Herbert de Proença Lopes
Flavia Fernandes de Carvalhaes*

Referências

COUTINHO, Katherine. **Caso Miguel**: mãe de menino que caiu de prédio diz que ex-patroa a chamou de ingrata em depoimento. 15 set. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/caso-miguel>.

FARIAS, Elaíze. **Sesai confirma primeiro caso de coronavírus em indígena brasileiro**. 04 abr. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/covidindbr>.

FORBES, Jack D. **Colón y otros canibales**: la enfermedad Wétiko – explotación, imperialismo y terrorismo. New York: Seven Stories Press/Siete Cuentos Editorial, 1992.

GALINDO, Maria. **Desobediência, por tua causa vou sobreviver**. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/sobrevivermg>.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. Pandemia e guerrilhas estéticas. **Revista Espaço Acadêmico**, n.20, p.92-101, 2021.

HARAWAY, Donna. Las promesas de los monstruos: uma política regeneradora para otros inapropiados/bles. **Política y Sociedad**, n.30, p.121-163, 1999.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Cleber Rodrigo Braga. **Fantasmografias**: sexílio, arte e ativismos cuirdedecoloniais na transfronteira méxicobrasileira. 2019. 373f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.





*Cartas
do meio*

trabalho e pandemia



Para as/os acadêmicas/os, uma carta sobre Cleonice, a Covid-19 e a Psicologia

Jeanyce Gabriela Araújo

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Beatriz Borges Brambilla

Brasil, outono de 2022.

Querida/o acadêmica/o,

Nestes tempos tão sombrios, sofridos e desafiadores, esperamos que esta carta lhe encontre com saúde, apesar dos pesares da pandemia, das mortes, da fragilidade de nossa democracia, das lutas pela manutenção de nossas frágeis vidas. Desejamos que este texto se traduza em uma conversa e que ela possa renovar as esperanças, tarefa feminista imperativa!

A escrita desta carta foi precedida de angústias e dúvidas, querido/a leitor/a. Para que você compreenda, permita-nos uma rápida apresentação. Somos mulheres de uma mesma geração, mas com saberes e trajetórias plurais. Viemos de lugares diferentes, com lutas diferentes, e nos encontramos nos caminhos da Psicologia Sócio-histórica, dos Feminismos e da Universidade.



Nos conhecemos e nos articulamos, por meio das tecnologias da informação, durante a pandemia de Covid-19. Nossas trocas sobre as dores e delícias – sim, para nós, elas existiram, usufruímos desse privilégio – das experiências que margearam esse período pandêmico nos trouxeram a esta carta. Nos vimos diante da tarefa acadêmica de revisitar as práticas educacionais e profissionais; tivemos dias para transformar uma vida cheia de cheiros, toques, olhares e presença em *links*, plataformas educacionais e de comunicação. Nosso dilema: e se faz Educação e Psicologia a distância? Mas pode? Tem limites?

Do dia para a noite, além de polêmicas e absurdos do Governo Bolsonaro, um dos assuntos mais falados era: saúde mental. Fomos bombardeadas de solicitações para entrevistas, elaboração de planos de contingência, supervisão, atendimento, pesquisa, e todas as pessoas demandavam: como cuidar da saúde mental em tempos de Covid? loga ajuda? *Happy hour on-line*? Alugar casa na montanha ou na praia? Jogos *on-line*? Plataformas de *Streaming*? Meditação? *Skin care*? Novas práticas sexuais? Cursos e novos *hobbies*? A mídia, em especial, teve papel fundamental nessa proliferação de práticas de cuidado com terminologias em inglês indicadas indiscriminadamente para a população brasileira.

No entanto, que população? Foi na pandemia que vimos o crescimento do adoecimento em saúde mental. Coube-nos perguntar: de que saúde mental se está falando? Bock, Brambilla e



Gonçalves (2022) criticam o uso da explicação de que haveria uma nova crise decorrente da Covid-19: o adoecimento/a saúde mental da população, explicitando que houve uma a psicologização da crise sanitária (humanitária), configurando-se como uma arma precisa, que afirma que se o sujeito (frágil) adoece, de quem mais pode ser a responsabilidade (ou culpa) senão dele mesmo?

Afirmções como “Não soube se adaptar”, “Isto apenas acentuou transtornos de base”, “É por conta da convivência em casa” ou “Tem dificuldades de funcionar sob pressão” passaram a ser utilizadas de forma recorrente, conferindo uma dimensão de mérito – ou demérito – individual ao que não o é, enquanto o que sustentou o agravamento em saúde mental foi a desigualdade social, os (re)arranjos sociais, políticos e econômicos que subjazem a realidade brasileira, o desemprego, a violência, as iniquidades em Saúde, a falência do Estado brasileiro, a precarização da vida, a fome, o medo e o luto, expressões do neoliberalismo e do colonialismo tardo-moderno que nunca descansam.

Essa conversa é e não é sobre você que duramente sofreu as mazelas da Covid-19; é sobre como todas as pessoas, na coletividade, viveram os danos e impactos psicossociais indiscutíveis, ocultados e anulados no decorrer da pandemia. Fala-se de ansiedade, depressão, estresse, sem uma análise contundente sobre as incalculáveis relações com a total insegurança social, instabilidade política e econômica e a ameaça à vida que nos ronda.



Ignorar a dimensão subjetiva da desigualdade social no conjunto de sentimentos, afetações e emoções vivenciadas pela população brasileira e nomear a saúde (ou o adoecimento) mental como resultado ou fator responsável pela crise pandêmica civilizatória é ideologizar e naturalizar as formas de dominação-exploração social, pela via do discurso médico-psiquiátrico individualizante.

Queremos, aqui, falar sobre o que muitas vezes escapou à compreensão nos últimos anos, sobre o que aconteceu com nossas vidas, mas, para isso, precisamos falar sobre a vida das mulheres-negras-periféricas-trabalhadoras domésticas. Mas por que elas? Especialmente, porque as mulheres-negras-periféricas-trabalhadoras domésticas, com suas vidas já intensamente marcadas por um sofrimento ético-político, historicamente constituído, têm sido expropriadas do direito de bem viver também nesse momento pandêmico.

Diante desse cenário, recuperamos, em nossas memórias, parte da trajetória de Cleonice Gonçalves, a primeira vítima identificada da pandemia de Covid-19 no Brasil. Esta carta é sobre ela, mas também é sobre outras muitas mulheres-negras-periféricas-trabalhadoras domésticas e sobre nós, mulheres-psicólogas-acadêmicas e nosso lugar frente às desigualdades que estruturam nossas vidas. Esta é uma carta-memória, uma carta-denúncia.



Muitas vezes, foi cozinha para limpar, banheiro para lavar, roupa para estender, casa para varrer, comida para fazer. Covid, pandemia, isolamento. Aula *on-line*, reunião *on-line*, festa *on-line*. Faz pão, faz bolo. Álcool em gel e máscara. Família toda confinada em casa, criança gritando. Medo de morrer. Morrer de nervoso, morrer de estresse, morrer de depressão. Sairemos dessa pandemia melhores.

Também foi cozinha para limpar, banheiro para lavar, roupa para estender, casa para varrer, comida para fazer. Covid, pandemia, conta atrasada para pagar, o trabalho presencial não pode faltar. Cadê o pão na mesa? Cadê o álcool em gel? Faltam máscaras. Crianças sem aula, sem celular, sem internet. Medo de morrer de Covid, medo de morrer de fome. A desigualdade se reproduz.

Cleonice, eu cheguei da Itália e não estou muito bem, gostaria que você viesse trabalhar hoje!

E foi assim que morreu a primeira vítima da Covid-19, em março de 2020, no Brasil: Cleonice, mulher negra, 63 anos, empregada doméstica, periférica⁵. Percorria mais de 120 quilômetros para chegar ao seu trabalho, que ficava na Zona Sul do Rio de Janeiro. Há a hipótese de que o contágio tenha ocorrido na casa da patroa, que havia acabado de chegar da Itália, país que, na época, tinha um dos maiores índices de contaminação e morte por Covid-19 no mundo.

5 Cleonice Gonçalves foi, inicialmente, identificada e reconhecida como a primeira morte por Covid-19 no Brasil. Posteriormente, a revisão de datas, em virtude de divergências no registro de mortes junto à Vigilância Epidemiológica, levou à identificação de outras mortes em datas anteriores.



Cleonice tinha várias comorbidades: obesidade, hipertensão, diabetes e infecção urinária. Começou a trabalhar aos 13 anos. Durante a pandemia, não podia parar de trabalhar, não tinha direito à aposentadoria, precisava sobreviver (LEMONS, 2020). Querido/a leitor/a, grave bem estas informações, pois, mais adiante, problematizaremos as intersecções: RIO DE JANEIRO, DOMÉSTICA, 63 ANOS, MULHER NEGRA.

Tivemos um show de manifestações públicas, não paravam de ser publicados atos normativos, documentos federais, estaduais e municipais – dentre eles, leis, decretos, portarias e resoluções regulamentaram a vida social, especialmente as formas de trabalho, no decorrer dos dois anos e dois meses em que o Estado brasileiro decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pela pandemia de Covid-19⁶. Em todo esse período, o trabalho doméstico não foi considerado um serviço essencial⁷ (BRASIL, 2020); contudo, às trabalhadoras domésticas, diaristas, passadeiras, babás e faxineiras/diaristas, profissionais do cuidado e da limpeza, não foi garantido o



6 Para mais informações, consultar: <https://tinyurl.com/covidlegpp> e <https://tinyurl.com/msfimespin>.

7 A Medida Provisória 926 (BRASIL, 2020), decretada pelo Governo Federal, regulou os serviços essenciais, ou seja, que não deveriam deixar de funcionar. O trabalho doméstico não foi incluso como essencial. A referida MP foi alterada no curso da pandemia de Covid-19, entretanto, a condição das trabalhadoras domésticas não mudou.

direito ao isolamento social (principal medida de contenção da disseminação do coronavírus) ou o *home office* (pela natureza do trabalho doméstico, essas trabalhadoras não poderiam trabalhar de suas próprias casas). Essas profissionais tinham como opção correr os riscos de morrer de Covid ou morrer de fome⁸.

Mas quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil? São elas: as mulheres pobres, negras e periféricas. O trabalho doméstico – promotor da manutenção da vida – aumenta ou mantém a liberdade de outra pessoa. Segundo Vérge (2020), esse trabalho se baseia na violência e na arbitrariedade, faz das mulheres negras seres descartáveis e é indispensável para a perpetuação da sociedade patriarcal, racista e capitalista.

É isso, caro/a leitor/a, o trabalho doméstico é interseccionado por classe, gênero, raça/cor e territorialidade! É o que chamamos de análise interseccional, uma perspectiva teórico-metodológica e política, oriunda dos feminismos negros, que busca compreender as opressões, dominações e desigualdades decorrentes do entrecruzamento das variadas estruturas de poder (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002). Assumir a perspectiva interseccional implica entender que as experiências de raça, classe e gênero contribuem para estruturar a vida e as relações sociais e humanas. Assim, as trabalhadoras domésticas,

8 Até o final de janeiro de 2021, as vacinas contra a Covid-19 não estavam disponíveis para a população brasileira. Em nenhum momento da pandemia as trabalhadoras domésticas foram incluídas como grupo prioritário para a vacinação.



em nosso país, constituem uma categoria formada majoritariamente por mulheres negras (pretas e pardas) e periféricas.

Segundo dados disponíveis no *site* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, das 6,158 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os, em 2016, 92% eram mulheres e 71% eram negras. Apenas 42% contribuíam para a previdência social, 32% possuíam carteira de trabalho assinada e 4% estavam sindicalizadas.

No contexto da pandemia de Covid-19, as mulheres-negras-trabalhadoras domésticas não tiveram o privilégio racial e classista do “fique em casa”, “fique em segurança”, discurso proferido a partir das várias recomendações sanitárias. Como diz Lélia Gonzalez (2020, p.218), “e a trabalhadora negra, cumé que fica?”. A trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: “ocultada, invisível, na cozinha” ou morta como as Cleonices, Marias, Fátimas...

A história de Cleonice não se trata de uma experiência isolada. O que ela passou em vida como empregada doméstica e sua morte pela Covid-19 são “[...] algo dolorosamente comum a milhões de mulheres” (GONZALEZ, 2020, p.140). A realização de uma busca rápida pelo Google nos leva a várias manchetes em que empregadas domésticas são destacadas como sendo o grupo de trabalhadoras que mais morreu por Covid-19⁹.

9 Ver: <https://tinyurl.com/vejacovid>; <https://tinyurl.com/polismsp>; <https://tinyurl.com/abusosbr>.



De acordo com pesquisa realizada na cidade de São Paulo pelo Instituto Pólis, a mortalidade por Covid-19 de trabalhadoras/es domésticas/os indicou que 90,8% eram mulheres, 52,8% eram negras, 67,8% tinham mais de 60 anos e 89,8% não haviam concluído a Educação Básica, sendo que 14% do total não possuíam nenhuma escolaridade. Ademais, esse grupo de trabalhadoras/es representou 2,3% das mortes, mas correspondeu a 2% da população no município de São Paulo, o que indica grande impacto.

A desigualdade racial e de gênero é marca estrutural da sociedade racista-patriarcal-capitalista e, na ótica de Doellinger e Hahn (2021), o trabalho doméstico é interseccionado por essas diferentes estruturas de opressão:

É, portanto, uma ocupação que se constitui historicamente na intersecção de três grandes pilares produtores de desigualdade: o racismo – dadas suas origens escravocratas; o patriarcado – que assume que o trabalho doméstico é naturalmente uma habilidade feminina; e a distribuição de renda, que, no caso brasileiro, é tão desigual que possibilita que um trabalhador assalariado utilize seu próprio salário para pagar outro trabalhador assalariado. (DOELLINGER; HAHN, 2021, p.8).

O trabalho doméstico é, então, uma síntese das desigualdades de classe, gênero e raça. Retomemos aqui as palavras que grafamos



em caixa alta no início desta carta: RIO DE JANEIRO, DOMÉSTICA, 63 ANOS, MULHER NEGRA. Não se trata de mera coincidência que a primeira pessoa identificada a morrer por Covid-19, no Brasil, tenha essas características territoriais, laborais, etárias, de gênero e étnico-raciais. A vida e a morte de Cleonice foram carregadas de muitos elementos simbólicos que atravessam a constituição do nosso país, especialmente de negras e negros.

Convidamos você, leitor/a desta carta, a dar um passeio, um *rolê*, um *tour*, uma volta ao passado para compreendermos como ele se faz presente. Voltarmos os nossos olhares para o processo histórico e cultural da construção do Brasil se constitui em exercício importante para entendermos o presente e, também, para buscarmos rompimentos – ainda que pequenos e localizados – com as trajetórias de violências e exclusões.

No período colonial, a economia brasileira era muito dependente da força de trabalho humano. Nessa conjuntura, grande quantidade de mulheres escravizadas eram alocadas em trabalhos nos domicílios. Já na pós-abolição, a “escravidão doméstica permaneceu como prática aceita e utilizada nas diferentes camadas sociais, e como fenômeno disseminado nos espaços urbanos” (SOUZA, 2012, p.245).

A maior parte da população escravizada do Rio de Janeiro, no período colonial, estava empregada em trabalhos domésticos e



o “Rio de Janeiro chegou a ser a principal cidade escravagista das Américas, com um enorme agrupamento de africanos, os escravos domésticos formavam o maior contingente da população cativa” (SOUZA, 2012, p.246).

Outro elemento histórico que merece atenção é o fator idade: 63 ANOS. Senhoras idosas, no período pós-escravidão, eram consideradas mão de obra barata. Qual é o valor da vida de Cleonice? Elza Soares denunciou: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

Entre o período pré e pós-abolição, possuir escravas/os domésticas/os era sinônimo de *status* social. As famílias com maior poder aquisitivo possuíam mais de 10 escravas/os domésticas/os; as menos providas, entre 2 e 4. Com o fim do tráfico de africanos/as, a economia mudou e muitos já não conseguiam comprar escravas/os domésticas/os, pois custavam caro. Para manter o *status* social, alugavam sua força de trabalho. Alugar virou também um negócio lucrativo:

[...] a escravidão estava em declínio progressivo e a partir daí, surgiram as agências ou casa de comissão, onde os escravos eram negociados por agenciadores. E nos jornais da época era possível encontrar anúncios:

“Alugam-se criadas e criados para todo serviço doméstico; na Rua Larga de S. Joaquim n.137, Empresa de Serviços Domésticos (*Jornal do Commercio*, 14 jul.1888)”. (SOUZA, 2012, p.249).



Nesse processo sócio-histórico, o aluguel de pessoas escravizadas se transmutou em trabalho doméstico (mal) remunerado e espaço de inserção de mulheres, especialmente as negras, no mercado de trabalho. O trabalho doméstico “[...] sempre constituiu o principal setor de inserção das mulheres no universo do trabalho no decorrer da formação da sociedade brasileira” (SOUZA, 2012, p.244). É assustador identificar que o século XXI ainda perpetua essa herança de dominação-exploração.

MULHER NEGRA, nossas últimas palavras em caixa alta, e não menos importantes. O trabalho doméstico, no período colonial, era fundamentalmente realizado por mulheres pretas e pardas, pelos seguintes motivos: era uma prática escravista, associada às questões de gênero, dada a divisão sexual do trabalho que fomenta a equivocada crença de que as atividades domésticas são de natureza feminina, e pelo fato de essas atividades, muitas vezes, já serem realizadas pelas mulheres no interior de suas próprias casas.

Se, no passado recente brasileiro, as mulheres-negras tiveram seus corpos colonizados e domesticados, no momento presente, sob diferentes roupagens e, talvez, com certa glamourização, as mulheres-negras continuam a serem expropriadas, marginalizadas, vulnerabilizadas. Violências essas que se intensificaram, na pandemia de Covid-19, no campo do trabalho doméstico.



Recuperamos aqui a célebre frase de Marx (2011) “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”¹⁰. Veja a ilustração de Leandro Assis (Figura 1), estimado/a leitor/a. Parece haver muitas permanências históricas: as mulheres-negras continuam sendo aquelas a assumir locais de servidão e subalternidade.

Figura 1 - Depois de Debret



Fonte: ASSIS, L. Disponível em: <https://tinyurl.com/depoisdedebret>. 19 jan. 2021.

Acesso em: 30 mai. 2022.

¹⁰ A famosa frase de Karl Marx está inscrita na abertura de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, de 1852. Refere-se a outros contextos sociais e políticos; contudo, continua atual e nos ajuda a compreender os processos de exploração do trabalho das mulheres negras no curso da história.

O próprio uso das expressões “trabalho doméstico”, “empregada doméstica”, “trabalhadora doméstica” é permeado por significativos tensionamentos. A gênese do termo “doméstico” encontra-se vinculada ao processo de domesticação, pacificação e adestramento de animais. O Portal Geledés nos adverte:

A palavra, usada hoje para retratar secretárias do lar, vem do termo “domesticado”, que é tudo aquilo que o homem pode domesticar, incluindo animais. Surgiu em meados do século XVI, da necessidade de patrões brancos encontrarem um termo para classificar as escravas negras que trabalham para eles e eram domesticadas através da tortura.



Se, por um lado, a adoção da expressão “trabalhadora doméstica” parece incorreta, por outro, diferentes movimentos sociais e sindicatos evocam o uso do termo, em um movimento político de tentar visibilizar as/os trabalhadoras/es que atuam no campo dos cuidados, da limpeza, das tarefas da casa e da vida privada e garantir seus direitos. Nesse último caso, é importante destacar que somente na história recente do país, por meio da Lei nº 11.324 (BRASIL, 2006), as/os trabalhadoras/es domésticas/os tiveram seus direitos equiparados a/aos demais trabalhadoras/es urbanos e rurais. Talvez, querido/a leitor/a, o nosso grande desafio

nesse campo seja a efetivação de uma segunda abolição, que permita que os cuidados sejam efetivados por cada um/a de nós¹¹.

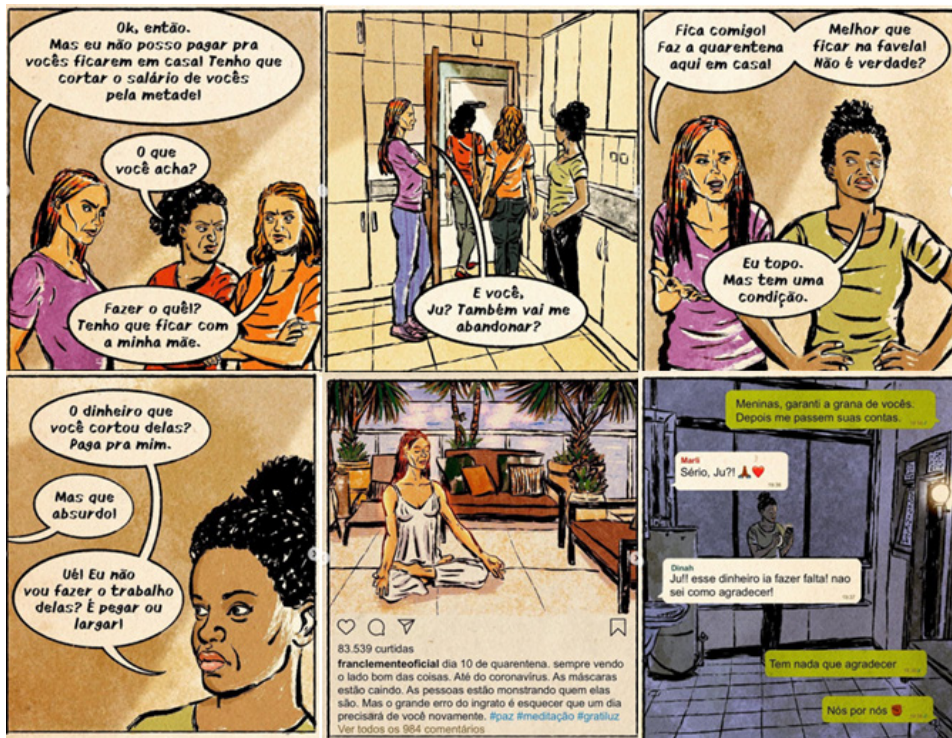
A história do trabalho doméstico tem sido tecida por elementos paradoxais. Questionamos a você: seria possível passar pela condição de empregada doméstica sem ocupar subjetivamente a posição de empregada doméstica? Como resposta, Collins (2019, p.179) recupera a fala de Ella Surrey, trabalhadora doméstica, negra e idosa: “Sempre fomos as melhores atrizes do mundo [...] Acho que somos muito mais inteligentes que eles, porque sabemos que temos de jogar o jogo. Sempre tivemos de viver duas vidas – uma para eles, outra para nós mesmas”.

A experiência de Ella pode ser compreendida a partir da Figura 2.



11 Sobre isso, consultar DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Figura 2 - Confinada



Fonte: ASSIS, L.; OLIVEIRA, T. **Confinada**, ep.4: "As ingratas". 24 abr. 2020.

Disponível em: <https://tinyurl.com/confinada>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Novamente, a interseccionalidade como ferramenta analítica nos ajuda a identificar o outro lado da história que tentam matar e apagar a partir de epistemologias racistas. Como mencionado anteriormente, os escravagistas atribuíram sentidos, significados e ações negativas à palavra "doméstica". Nós perguntamos a você: se pudéssemos voltar na história, quais os sentidos, significados e

ações que as pessoas escravizadas atribuíram a essa palavra? Para Davis (2016, p.29):

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso – e porque, assim como seus companheiros, também eram trabalhadoras –, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal qual como acontecia com as mulheres brancas. Ao contrário dessas, aquelas não podiam ser tratadas como meras “donas de casa”.



É importante pensarmos nas estruturas que constituem a sociedade racista-patriarcal-capitalista, como as subjetividades são (re)produzidas e, a partir delas, quais resistências são criadas. Precisamos nos deslocar dos determinismos e escutar as vozes das trabalhadoras domésticas, uma vez que elas não são vítimas indefesas, mas sobreviventes.

Para Collins (2019, p.180), “[...] a ideia de que a objetificação das mulheres negras como o Outro é tão absoluta que nos tornamos participantes voluntárias de nossa própria opressão”. Essa existência condenada à não existência é como uma forma de expulsão da humanidade de corpos específicos, como o que vivemos nessa pandemia de Covid-19.

Nós, você, nossas pessoas queridas, Cleonices, Fátimas, Marias e Josés, pessoas afetadas por um vírus, mas, principalmente, afetadas pela impossibilidade de proteção, de segurança, de acesso à Saúde, de vida, situação essa absolutamente agravada pela desigualdade social, que segregou, selecionou, hierarquizou e exterminou vidas. E, nesse rumo, nos remetemos aos desafios da práxis psicológica em tempos pandêmicos, de abismos entre modos de vida e privilégios. Como reconhecer a pluralidade de vivências? Como não esquecer Cleonice? Como pensar um saber, uma prática que se construa como condição analítica e uma política? Como fazer da perspectiva interseccional uma realidade? Como construir política, vivência, ação em saúde mental que dê conta do nosso povo?

Françoise Vérges (2020) nos inspira, nos leva à esperança, a um convite para sonhos emancipatórios, nos convoca a rupturas, à ousadia de defender uma força criativa, insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento. É assim que fazemos e seguiremos fazendo Psicologia: ecoando as memórias e narrativas anuladas e apagadas, reivindicando espaços, nos organizando coletivamente, no encontro, ombro a ombro, sustentando a utopia de ventos revolucionários, em que não mais precisemos lutar para que a vida tenha valor.

Com nosso abraço feminista,

Jeanyce Gabriela Araújo
Tatiana Machiavelli Carmo Souza
Beatriz Borges Brambilla



Referências

ASSIS, L.; OLIVEIRA, T. **Confinada**, ep. 4: “As ingratas”. 24 abr. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_ZtNfYp9nh. Acesso em: 30 mai. 2022.

ASSIS, L. **Depois de Debret**. 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKOzzhmJYVo>. Acesso em: 30 mai. 2022.
AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOCK, A.M.B.; BRAMBILLA, B.B.; GONÇALVES, M.G.M. A dimensão subjetiva da desigualdade social na pandemia. In: SOUZA, J.; XIMENES, S.; PIZA, S. (Orgs.). **Pandemia desigual**. Curitiba: Kotter, 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.324, de 19 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm. Acesso em: 27 mai. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 926, de 20 de março de 2020**. Altera a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de Saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpcovidbr>. Acesso em: 29 mai. 2022.

COLLINS, P.H. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos**



Feministas, v.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOELLINGER, C.V.; HAHN, M.G. Apresentação. In: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.P.; POSTHUA, A.C. (Orgs.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea/OIT, 2021.

GONZALEZ, L. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Lélia Gonzalez**. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

INSTITUTO PÓLIS. **Trabalho, território e Covid-19 no MSP**. Disponível em: <https://tinyurl.com/instpolis>. Acesso em: 29 mai. 2022.

LE MOS, V. **Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus**. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/covidnabr>. Acesso em: 27 mai. 2022.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho doméstico**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 30 mai. 2022.



PORTAL GELEDÉS. **13 palavras e expressões da língua portuguesa para não usar mais.** Disponível em: <https://tinyurl.com/geledesport>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SOUZA, F.F. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, G.; FARIAS, J.B.; GOMES, F. (Orgs.). **Mulheres negras:** no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012.

VERGÉS, F. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu, 2020.





Carta a uma jovem terapeuta feminista: memórias de projetos, redes e afetos

Cristina Vianna Moreira dos Santos

Querida amiga, quanta saudade!

Às vezes, para a gente manter a esperança, o coração tem que sair do peito e encontrar a outra pessoa. Assim, saudosa de você, mocinha, te escrevo porque quando a gente acha que perdeu muito e não tem mais nada, as palavras ainda podem fazer algum sentido e nos presentear com a presença.

Como você está? Espero que bem, vacinada por completo e com boa saúde. Saudade de nossas conversas, cheias de inquietações e afetos porque pensamos sobre o que nos afeta. Agora, com você, egressa do curso de Psicologia e terapeuta recém-formada, estou certa de que nossa prosa seguirá ainda mais comprida. Caminho com novas e velhas reflexões sobre feminismo, gênero, sexualidade, interseccionalidades, e sigo produzindo modos de resistência a partir do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Preciso te contar o que fizemos durante a pandemia, e aproveito para resgatar a memória da nossa história compartilhada.



Desde que a ofensiva antigênero tem se espalhado por diversos setores da sociedade brasileira e, nos processos educacionais, vem se articulando nas tentativas sistemáticas de suprimir o debate sobre gênero e sexualidade, discursos conservadores com convicções, especialmente ancoradas no fundamentalismo religioso, acerca das identidades de gênero e da diversidade sexual, têm produzido estratégias para aterrorizar as pessoas das consequências nefastas de se discutir educação sexual, direitos sexuais e reprodutivos nas escolas e nas Universidades. Esse pânico moral se configura em disputas acerca de condutas e valores sexuais de um grupo social, onde o direito à sexualidade e à identidade de gênero ainda é entendido como um direito divino, não civil ou social.



No que concerne a essa disputa, as instituições religiosas tomam o pânico moral como parte de estratégias, buscando veicular essa política por meio de mensagens e imagens que incitam ao medo como uma arma política, opondo religiosos e pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexos, assexuais e toda diversidade sexual) (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

Nesse cenário obscuro de violações de direitos e banalização da violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, alimentado por discursos fascistas e de ódio, a Universidade pública, gratuita

e de qualidade tem papel fundamental na luta pela democracia, na resistência pela garantia de direitos e no compromisso com a formação crítica e política. Por isso, discutir gênero, sexualidade, feminismo e estudos *queer* nas licenciaturas e bacharelados torna-se urgente em nossas Universidades, no sentido de combater a violência e as violações aos direitos humanos, visando ao conhecimento crítico e humanamente emancipador.

Em tempos de ataques à educação pública, por meio de cortes orçamentários e de destituição das agências de fomento à pesquisa, resistir é agir na contramão, é fortalecer os processos democráticos, é propor ações educativas de combate ao fatalismo e à conformidade, que incentivem a autonomia, a produção coletiva e a potência da partilha, dando visibilidade aos processos de gênero e sexualidade. Nos posicionamos como pesquisadoras e educadoras feministas que apostam em formação e resistência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

Você lembra que participou da primeira turma da disciplina Gênero e Sexualidade? No contexto do ensino, permaneço ministrando essa disciplina, que propõe uma reflexão sobre diversidade sexual, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de discriminação e violência. Gênero e Sexualidade está



inserida na grade curricular como disciplina obrigatória no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFT. O objetivo da disciplina é promover um debate sobre gênero e sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, refletindo sobre diversidade sexual, por meio do compromisso ético e político da Psicologia com os Direitos Humanos (VIANNA *et al.*, 2020).

Ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2018, a disciplina teve o objetivo de promover um debate sobre gênero, sexualidade, interseccionalidades, diversidade sexual e atuação profissional. O conteúdo contemplou os estudos feministas, de gênero, sobre sexualidade, relações étnico-raciais, e estudos em Psicologia Social e Psicologia Clínica. Os temas das aulas foram organizados no sentido de promover a discussão, a partir de olhares sobre a diversidade sexual, debatendo os temas feminismo e interseccionalidade, masculinidades e homofobia, mulheres e lesbianidades, mulheres negras e racismo, transexualidade e intersexualidade, promoção de saúde e HIV, laicidade e democracia. O diálogo foi promovido em função das problematizações de pesquisadoras/es feministas e dos debates interseccionais, de concepções anticissexistas e antirracistas (VIANNA *et al.*, 2020).

As produções escritas apresentadas no final do semestre incluíram um Diário de Campo e uma Reflexão Crítica. O Diário



de Campo foi a atividade composta por relatos individuais articulados com o debate da disciplina, com base nos temas gênero, sexualidade e atuação profissional. Os trabalhos finais, no formato de Reflexão Crítica, incluíram a discussão sobre gênero e sexualidade, em articulação com um tema livre. Foram produzidas reflexões sobre a importância do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, do combate à cultura do estupro, da eliminação da discriminação e da LGBTfobia, do diálogo do Feminismo com a Psicologia e da defesa da educação sexual nas escolas. Esse desdobramento permitiu avaliar positivamente o impacto do debate de gênero e sexualidade no contexto da formação em Psicologia, levando-se em conta o compromisso social, ético e político dessa disciplina com a Educação em Direitos Humanos (VIANNA *et al.*, 2020).



Lembro-me com alegria e entusiasmo, como na extensão universitária, produzíamos conhecimento e resistência em gênero e sexualidade antes da pandemia. O ano era 2017 e você, aluna de Psicologia, também participou das nossas rodas de conversa, compostas por diferentes mulheres que seguiram ao encontro de um objetivo comum: promover uma metodologia feminista no diálogo sobre direitos sexuais e reprodutivos com grupos diversos.

As rodas eram parte das atividades do programa de extensão de Assessoria em Gênero e Diversidade, que funcionou de

2015 a 2018 e articulou ações que envolviam cursos de formação, elaboração de material pedagógico e realização de rodas de conversa (IRINEU; VIANNA, 2019). Esse programa e diversos outros projetos vêm sendo desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT, que completou 13 anos de existência em 2022.

O lugar de fala feminista compartilhado por mim e pela profa. Dra. Bruna Andrade Irineu, atualmente docente do Curso de Serviço Social da UFMT, era o ponto de partida para a produção de conhecimento crítico e reflexivo sobre os processos de engendramento. Nosso questionamento permitiu o desenvolvimento de aproximações metodológicas engajadas em desvelar verdades contingentes sobre gênero e sexualidade no trabalho docente, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Em nosso entendimento, a pedagogia feminista possui engajamento com as lutas sociais concernentes a gênero e sexualidade e sua potência mora em sua capacidade de transformar a dimensão pessoal em dimensão política, com a mesma força e sagacidade para ocupar espaços universitários e comunitários (IRINEU; VIANNA, 2019).

Em uma conjuntura de recrudescimento do conservadorismo, como a atual brasileira, discutir gênero e sexualidade é um perigo necessário e realizar essas discussões em rodas de conversa é um



ato educativo para reinventar o diálogo sobre temas imbricados pelo pânico moral. À medida que a “verdade” heteronormativa invade nossos cotidianos, vigiando o gênero e a sexualidade de todos os sujeitos que escapam às normas sociais, entendemos que qualquer oportunidade de diálogo é valiosa e envolve um compromisso que se estabeleceu em nossas vidas. Compromisso reiterado a partir de processos e pessoas que também tiveram esse mesmo engajamento. O feminismo tem sido, para a gente, o caminho árduo, contínuo e coletivo por que nós, também mulheres subjugadas e assujeitadas, encontramos para transcender a experiência singular e transformá-la em coletiva e, deste modo, em práxis transformadora e revolucionária das desigualdades (IRINEU; VIANNA, 2019).



Nossa contribuição feminista e interseccional é educar para a diversidade e para a luta antirracista, por meio de práticas voltadas para ampliar o debate crítico e reflexivo, por meio de estratégias diversificadas e plurais de condução dos processos educacionais e formativos em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Acreditamos que a inserção crítica e continuada dessas temáticas nos espaços da instituição é uma ferramenta importante de combate aos discursos de ódio contra as minorias.

A incorporação da temática de gênero, sexualidade e raça no âmbito da formação universitária, à luz do debate interdisciplinar,

é fundamental para compreender como os marcadores sociais da diferença operam como elementos seletivos para o acesso aos direitos em todas as esferas da vida social. O objetivo é contribuir para uma formação que permita que a comunidade acadêmica e, a comunidade em geral, se tornem multiplicadoras da discussão qualificada em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais (VIANNA *et al.*, 2020).

Foram diversas experiências na pesquisa e extensão universitária na UFT: cursos, seminários, grupos de estudo e rodas de conversa sobre esses temas, articulados de modo interdisciplinar e multiprofissional. Momentos de encontro que eram sempre uma festa e parecia que a sala cheia, ou o auditório cheio, expressava todo o acolhimento da Universidade. Eu estava encantada, pensando em como, na Universidade pública, havia espaço para debater questões de gênero, sexualidade e raça, apesar de toda a conjuntura política.

Com o tempo, fui vendo que não era bem assim. Podíamos conduzir os encontros, fazer projetos, provocar discussões, e as pessoas que circulavam entre nós eram as mesmas. Nossos cartazes eram julgados e apontados, geravam debates pelos corredores. Nossas ações eram divulgadas em nossas redes, mas sistematicamente invisibilizadas nas divulgações oficiais sobre os acontecimentos. Geralmente, se tem uma compreensão precipitada de que, no Ensino Superior, não há espaço para cotidianos



preconceituosos, por ser a Universidade um local de produção da ciência (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

Lembra aquela extensão em que o cartaz de divulgação causou controvérsia no Campus? A gente acredita que preparar um cartaz diz respeito a escolher uma imagem que divulga o significado da ação, portanto, não tem sentido meramente publicitário, mas também educativo. Vale como oportunidade tanto para atingir a pessoa que se inscreverá na ação quanto aquela que não se inscreverá de forma alguma. Nesse sentido, nosso cartaz provocou diversas reações no Campus.

O cartaz utilizava o desenho de duas plantas cor-de-rosa e, na parte superior, havia o nome do projeto; ao lado direito, o nome do subprojeto; e, abaixo, os dois grupos de estudos, indicando as datas dos encontros e a carga horária. Demos destaque ao nome “grelo” e à imagem dessa planta carnívora, cuja forma se assemelhava à da anatomia de uma vagina. Tanto as reações de risadas quanto as que entenderam o cartaz como uma ofensa evidenciam que a discussão de gênero e sexualidade não é praticada nos projetos pedagógicos educacionais e que, portanto, deve ter seu espaço de formação assegurado nos currículos da Educação Básica e Superior (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

Isso apontava para a necessidade de promover novas ações de extensão. O projeto Edis Feministas (Encontro de Diálogos



Interdisciplinares sobre Feminismos e Estudos *Queer*) foi uma ação articulada ao projeto de extensão Grelo (Ciclo de Debates e Grupos de Estudos Feministas e *Queer*), vinculado ao programa de extensão Assessoria em Gênero e Diversidade, divulgado pelo referido cartaz. Essas iniciativas estavam entre as ações realizadas pelo Núcleo de Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT, realizado de outubro a dezembro de 2017.

O Edis Feministas se desdobrou em dois grupos de estudos, um sobre feminismos lésbicos e outro voltado para o estudo das masculinidades. Apoiados pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), o Edis Feministas contou com o bolsista PIBEX Ismael Barreto Neves Júnior e o apoio voluntário do bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) Brendhon Andrade Oliveira (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

Dentre as/os participantes dos grupos de estudos, as respostas obtidas para a pergunta sobre “para que estudar gênero e sexualidade na Universidade?” foram organizadas em três categorias, partindo do nível mais individual para o mais coletivo: autoconhecimento, questionamento da norma e enfrentamento da violência. O projeto Edis reforçou que o “perigo” dos estudos feministas e *queer* reside no questionamento das normas legitimadoras de violências contra segmentos subordinados socialmente, motivando os sujeitos das identidades marginalizadas à insubmissão e à criação de uma contra-



hegemonia. Atuar no enfrentamento ao sexismo e à LGBTfobia no contexto educacional tornou-se uma “monstruosidade social”. Assim, as monstruosidades na extensão são estratégias insubmissas no campo da Educação que não intencionam tornar os monstros do currículo domesticáveis, mas sim promover as diferenças enquanto elemento central para a alteridade (IRINEU; VIANNA; OLIVEIRA, 2018).

A experiência do curso de extensão Direitos Sexuais e Reprodutivos: educando para as diferenças, desenvolvido pelo Núcleo de Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT, foi gratificante e enriquecedora. Você lembra? A gente nem pensava que teria tanta saudade de encontro presencial... Sobre o projeto, as coordenadoras queriam proporcionar um espaço de debate plural sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente acadêmico, instrumentalizando participantes para o enfrentamento do sexismo, do racismo, da homofobia e de outros tipos de violência, com enfoque na conversação sobre direitos sexuais e reprodutivos, em uma perspectiva antirracista e interseccional.

O curso foi realizado em maio e junho de 2018, perfazendo um total de 30 horas, distribuídas em 10 encontros, e teve a participação de 40 cursistas. A metodologia feminista do projeto fomentou a produção de um debate crítico e reflexivo, por meio de estratégias diversificadas de formação em gênero e sexualidade na Universidade, potencializadas pela interdisciplinaridade, valorizando vozes plurais (VIANNA; IRINEU, 2019).



O projeto teve apoio da PROEX, por meio de Bolsa de Extensão (PIBEX) de Yanna Biatriz de Oliveira Góis e o apoio voluntário da bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) Maria-Letícia Rodrigues Araujo. No final de 2019, por meio do Edital de Prêmio de Extensão, fui contemplada, por este projeto, com a premiação de Extensionista Sênior na categoria servidores/as da UFT, coordenadores/as de ações de extensão (programa ou projeto) cadastradas nos editais publicados pela PROEX/UFT no Sigproj em 2018 e/ou 2019.

Recebi um prêmio de Honra ao Mérito pelo comprometimento com a extensão universitária prestada à comunidade tocantinense, junto à PROEX. Fiquei agradecida e orgulhosa pelo reconhecimento de um projeto feminista e, portanto, coletivo, que tive o prazer de co-construir e partilhar com vocês.

Rede é aquilo que a gente segura para não cair. Sou feliz de me sentir parte dessa rede e de saber que você também é feminista. Feminista negra. Sabemos que, nas hierarquias sociais, as condições de vida das mulheres são distintas entre si e essas diferenças têm que ser levadas em consideração na luta política. E não é fácil ser feminista antirracista, mas o debate sobre o privilégio tem que acontecer e deslocar nossas zonas de conforto para a gente tecer redes maiores, que alcancem mais mulheres em situações de desempoderamento.

Nossa rede começou a ser tecida ainda no primeiro semestre de 2017, com o curso de extensão Diálogos sobre Gênero,



Sexualidade e Relações Étnico-Raciais desenvolvido pelo Núcleo de Sexualidade da UFT e apoiado pela PROEX, por meio de bolsa PIBEX de Ismael Barreto e o apoio voluntário de Hellen Kárita Rabelo da Silva. A demanda para o curso levou em conta a escassez de disciplinas abordando gênero, sexualidade e raça/etnia nos Projetos Pedagógicos de Curso e contou com 40 participantes, entre acadêmicas/os, professoras/es, agentes de Saúde e estudantes secundaristas (IRINEU *et al.*, 2019).

Desde então, temos produzido referências teórico-metodológicas necessárias à extensão universitária, dentre elas a centralidade da perspectiva feminista antirracista e interseccional nas ações, a premissa da educação como prática de liberdade, a aposta na interdisciplinaridade como espaço plural e dialógico da construção de conhecimento.

Você deve se lembrar de como, nos cursos de extensão, temos privilegiado metodologias que primam por formatos horizontalizados, circulares e construtivistas, que utilizam recursos diversos e convidam a/o participante para o centro da roda de conversa, a partir de suas vivências político-acadêmicas e trajetórias de vida. Na luta contra o sexismo, o racismo e a LGBTfobia, seguimos acreditando que a extensão é locus profícuo de transformação social, haja visto envolver uma ação prática e interventiva junto à comunidade em geral, acadêmica, instituições públicas e movimentos sociais (IRINEU *et al.*, 2019).



Somos sobreviventes da pandemia. A sobrevivência está ligada ao atendimento das necessidades básicas de subsistência e determinada pelas condições materiais e objetivas de acesso a bens, recursos, serviços e políticas públicas. A desigualdade de renda, de gênero, racial e sexual, interseccionada pelos marcadores sociais da diferença, foi agravada com a maior crise financeira e sanitária que o país já atravessou até o momento.

Sobrevivência brasileira tem cor, classe, sexo e orientação sexual. Condição imposta pela disseminação da pandemia, se agravou em especial no contexto brasileiro – tragédia anunciada da política de extermínio produzida por governantes genocidas. A sobrevivência psíquica e emocional pós-pandemia reflete o aumento do adoecimento mental e o agravamento de quadros psicopatológicos, a partir de uma perspectiva interseccional. Neste momento, precisamos manter recursos protetivos para a saúde mental, valorizando a vida plena – e não apenas a sobrevivência.

É importante considerar que não se pode minimizar as repercussões psicológicas que o cenário geral da pandemia causou e ainda causa sobre as pessoas, sobre os grupos mais vulneráveis e à sociedade como um todo. O impacto na saúde mental da população ainda é difícil de ser mensurado, e temos sido testemunhas da luta pela sobrevivência emocional. Decorre, então, que uma importante preocupação para os profissionais



nesse campo é como desenvolver estratégias acessíveis que visem ao amparo às pessoas desde o momento em que o cuidado em território ficou limitado. Informar a população corretamente, socializando dados baseados em evidências científicas, normas sanitárias e noções de biossegurança, bem como apoiar pessoas emocionalmente, por meio de redes sociais, são os primeiros passos para produzir estabilidade emocional. Pesquisadoras/es da saúde mental concordam que a melhor forma de produzir estabilidade emocional nesse cenário é por meio do trabalho em rede (VIANNA *et al.*, 2020).

A comunidade afetada emocionalmente pelos processos de distanciamento e quarentena pode estabelecer redes de apoio e suporte para si e para outras comunidades, baseada em fatores protetivos como acesso à informação e comunicação de qualidade e cuidado em saúde mental. Redes sociais de apoio serão cada vez mais necessárias, levando em conta que a ruptura das conexões sociais e físicas é facilitadora de impactos psicológicos negativos e o fortalecimento das conexões com familiares, amigos, profissionais da Saúde e grupos de contato, ainda que de modo remoto, tem sido fator protetivo da saúde mental na pandemia.

Levando em conta as ferramentas de rede e a estrutura organizacional de gerenciamento de crises psicológicas, conduzi e participei de projetos de extensão e pesquisa que pretenderam



promover redes de apoio para oferecer suporte psicossocial à comunidade externa e também à comunidade acadêmica, que necessitava de apoio emocional e orientação em saúde mental no contexto emergencial.

Seguimos produzindo resistência na Universidade por meio da extensão universitária. Apostando na ideia de redes, aceitei o desafio de participar do projeto de extensão Escuta Intergeracional (Ester), como professora supervisora do curso de Psicologia. Em seu primeiro ano de funcionamento, em 2020, o projeto Ester objetivava criar laços de apoio psicossocial no contexto da pandemia, incentivar o cumprimento do distanciamento social e das medidas de proteção e prevenção do contágio, oferecendo apoio psicossocial por meio do acolhimento e da escuta qualificada de usuárias da Assistência Social de municípios do entorno de Miracema do Tocantins (VIANNA *et al.*, 2022).

Visando contribuir por meio de uma ação emergencial de enfrentamento ao impacto causado pela pandemia de Covid-19, o Projeto Escuta Intergeracional (Ester) tem a coordenação da profa. Dra. Célia Maria Grandini Albiero, do curso de Serviço Social da UFT. Em parceria com os demais cursos de graduação existentes no Campus de Miracema – Pedagogia, Psicologia e Educação Física –, bem como com serviços que fazem parte da rede de apoio psicossocial comunitário – Centros de Referência de Assistência Social dos municípios de Miracema e circunvizinhos – Miranorte,



Tocantínia, Lajeado e Rio dos Bois –, o projeto Ester teve como objetivo contribuir, por meio da escuta intergeracional virtual, com o enfrentamento e a prevenção da Covid-19 junto a grupos mais vulneráveis, diante do impacto causado pela pandemia e pelo distanciamento (VIANNA *et al.*, 2022). Em 2022, o projeto está sendo retomado em sua segunda edição como Ester II, incluindo a participação da rede de serviços de Educação e Saúde, além da Assistência Social, de cada município envolvido, a capacitação para novos e experientes escutadores e o processo de escuta.

O trabalho está voltado, especialmente, para o acolhimento e a escuta qualificada. O acolhimento diz respeito à disponibilidade para acolher: requer saber escutar, aproximar-se ou afastar-se, estar presente, fazer acordo, ser delicado, ser decidido e dar limites. Não se trata de um procedimento ou triagem, mas, acima de tudo, trata-se de uma postura, ou seja, é preciso compreender o acolhimento não em sentido técnico, mas no sentido humano. Precisa-se de suporte teórico, mas também de disponibilidade emocional para a tarefa. Cuidar do outro requer também o cuidado de si, e cuidar de si inclui mobilizar recursos pessoais para perceber seus próprios sentimentos em relação ao outro, praticando a empatia (VIANNA *et al.*, 2022).

Um projeto de acolhimento e escuta no contexto extensionista deve responder à pergunta: como apoiar pessoas que estão passando por dificuldades emocionais, considerando



as diversas vulnerabilidades? A escuta pode ser considerada um processo de construção e aprimoramento de saberes, além de ser instrumento de intervenção capaz de promover a qualidade de vida de maneira humanizada e empática.

O presente projeto nos fez refletir sobre a necessidade, principalmente em tempos de pandemia, de uma escuta centrada na pessoa, evidenciando suas potencialidades. O Ester pretendeu acompanhar pessoas idosas, levando em conta que este é um público que requer cuidado especial devido à idade avançada e por estar inserido em um grupo de pessoas com risco aumentado de vulnerabilidades, incluindo situação de pobreza e baixa renda (VIANNA *et al.*, 2022).

Um trabalho que se proponha a discutir a saúde mental de mulheres em contexto de pobreza e baixa renda deve levar em conta as adversidades de viver com dificuldades emocionais ou transtornos mentais e permanecer em contexto de pobreza. A partir de experiências de vida de mulheres pobres, discutimos a presença de fatores de risco e de proteção em sua saúde mental, apontando impactos negativos e positivos no bem-estar psicossocial, a partir de uma perspectiva feminista, de gênero e de raça.

Minha pesquisa sobre saúde mental de mulheres, realizada no contexto da atenção básica em saúde, constatou que a presença de fatores de risco, como violências, abuso sexual na infância,



preconceito, discriminação, ansiedade, depressão e tentativas de suicídio, estão presentes nas experiências de vida e no cotidiano de mulheres pobres e de baixa renda, em que desigualdade social e racismo as colocam em situações de maior risco e vulnerabilidade (VIANNA, 2020).

No trabalho realizado por uma graduanda do curso de Psicologia e uma graduanda do curso de Serviço Social, no contexto do projeto Ester, a escuta de usuárias encaminhadas pelos dispositivos da assistência foi feita por meio de chamadas telefônicas durante o segundo semestre de 2020. As participantes desse estudo foram oito mulheres escutadas e, dentre elas, as idosas apresentaram maior vinculação com a proposta, permanecendo até o encerramento das escutas do projeto. Foram acolhidas queixas e demandas de dificuldades emocionais, bem como reforçados os recursos de apoio psicossocial na promoção da saúde mental. A supervisão das escutas foi feita pelas orientadoras, docente de Psicologia e profissional da área da Assistência Social (VIANNA *et al.*, 2022).

Uma das dificuldades relatadas por ambas as escutadoras estava relacionada à logística da dimensão tecnológica e do desafio em manter o acompanhamento, tendo em vista que, devido à pandemia, muitas idosas optaram por se deslocar para ambientes rurais, o que dificultou a comunicação no decorrer do processo



de escuta. Outro ponto de dificuldade foi a limitação das próprias escutadoras, pois o acesso à tecnologia e a exclusão digital também atingiram as graduandas extensionistas.

Apesar dos desafios, concluímos que a escuta intergeracional foi uma importante ferramenta que promoveu acolhimento humanizado e qualificado às idosas, além de propiciar uma reflexão às escutadoras sobre os processos de envelhecimento, a promoção da comunicação não violenta, os cuidados psicológicos em tempos de pandemia e o aprimoramento profissional nas práticas intergeracionais. Apontamos que a reflexão sobre quais vozes foram escutadas e quais realidades ainda precisavam ser ouvidas ainda é um desafio para a proposta de intervenção remota (VIANNA *et al.*, 2022).

Gostaria muito de partilhar com você, finalmente, a experiência com Rodas de Conversa Virtuais do projeto de extensão que coordenei no ano passado. Como você me disse que está atendendo pacientes e desenvolvendo trabalhos com grupos e comunidades, acho que essa experiência pode servir como apoio e te dar um panorama das preocupações que cultivo na pandemia em relação à saúde mental e à formação em Psicologia Clínica e Cultura.

Convidei nove profissionais de Psicologia com experiência clínica e docente, a maior parte delas/es com formação em gênero e feminista. Profissionais que são amigas e amigos queridas/os de



longa data e que fazem parte da minha rede de afeto: cultivar a amizade constitui proteção à nossa saúde mental. Para pensar um momento de apoio compartilhado, eu precisava trazer para o diálogo com estudantes em formação e a comunidade externa pessoas importantes ao longo da minha formação graduada e pós-graduada.

Assim como a gente faz no Núcleo de Sexualidade da UFT, construindo afetos e memórias na tessitura das redes de apoio, nesta extensão fizemos cada roda girar. Você gosta de detalhes e, para te dar ideia do projeto todo, visto que, em função do seu trabalho, você não pode participar das rodas, vou te descrever cada encontro e depois refletir como se a gente ainda estivesse pela Universidade, conversando e tomando um café.

O projeto de extensão Saúde Mental na Pandemia Covid-19: vamos conversar? teve como objetivo promover redes remotas de apoio psicossocial, visando melhorar as condições de saúde mental de participantes, a fim de produzir ações preventivas por meio do acesso à comunicação de qualidade e cuidado com a saúde, levantando problematizações sobre fatores de risco e de proteção em saúde mental presentes em diversos grupos em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de Covid-19.

A metodologia incluiu a organização de reuniões remotas de estudo bibliográfico com a equipe, a organização dos encontros abertos à comunidade e a estudantes, a seleção de informações e



orientações a serem abordadas nos encontros, a divulgação dos encontros remotos de apoio psicossocial e a construção de uma rede de apoio psicossocial por meio de rodas de conversa virtuais.

No início das atividades, foram apresentados à equipe de extensionistas o projeto de extensão, o cronograma de atividades e a introdução sobre manejo de rodas de conversa virtuais. Essa etapa incluiu também o levantamento de informações entre extensionistas e, junto ao público externo, sobre temas geradores. Fizemos consulta por meio de duas perguntas sobre dificuldades enfrentadas durante a pandemia e estratégias de enfrentamento usadas, enviadas por Whatsapp, reunimos as respostas e categorizamos em dificuldades, recursos e desafios, levantando em torno de 12 temas de interesse que foram contemplados pelas rodas.



Durante o planejamento, foi criada uma proposta de identidade visual do projeto, a fim de propiciar uma comunicação efetiva na divulgação das rodas de conversa. Tal identidade, bem como as marcas da UFT, da PROEX, do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental (GEPSAM), estampavam os *folders* e os cartazes de divulgação de cada encontro. Foi criado um perfil do projeto no Instagram, para divulgação das rodas.

O projeto teve apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), por meio de Bolsa de Extensão PIBEX/2021. Durante o planejamento, a bolsista PIBEX Yanna Góis foi responsável pela criação de formulários, anotações qualitativas, levantamento de dados quantitativos, criação dos *links*, divulgação de cada *link* através do *e-mail* das/os inscritas/os.

A equipe de voluntárias/os do projeto de extensão foi composta por 20 estudantes de graduação da UFT, interessadas/os/es e comprometidas/os/es, que dividiram as tarefas de criação dos cartazes, divulgação em redes sociais, criação de listas no Google Forms para inscrição e presença e participação nas rodas de conversa virtuais. A equipe era encorajada a participar da condução do debate e, entre as rodas, os encontros virtuais eram de escuta e supervisão de alunas/os/es da equipe sobre sua experiência de aprendizagem e partilha grupal.

Realizamos dez rodas de conversa virtuais. Os encontros remotos foram realizados por meio da plataforma digital Google Meet, de maio a dezembro de 2021, quinzenalmente, no horário das 19h às 21h e divulgados com antecedência à comunidade acadêmica e à comunidade externa. As rodas virtuais foram mediadas por mim, como coordenadora do projeto de extensão, e facilitadas por psicólogas/os professoras/es, com temáticas voltadas à saúde mental da população em contexto da pandemia.



Os debates das rodas foram co-construídos a partir dos temas geradores desenvolvidos por convidadas/os. A avaliação foi feita pelas/os participantes e pela equipe, durante todo o processo, e ao final do semestre, por meio de encontros remotos.

A primeira roda de conversa virtual, conduzida em maio, teve como tema Formação em Psicologia em tempos de pandemia: dilemas e possibilidades, proposto pela facilitadora profa. Dra. Luciana da Silva Santos. A roda contou com a presença de 50 participantes. Foram levantadas questões relacionadas às transformações da formação em Psicologia com o advento da pandemia, possibilidades e impossibilidades do contato remoto no contexto clínico, além da dificuldade de encontrar teorias que tratem da atuação da Psicologia no atual contexto. A dimensão do ensino remoto também foi discutida e o compromisso ético da Psicologia foi destacado.

A facilitadora encorajou estudantes presentes a pensarem em como “queriam” e como “poderiam” pensar a Psicologia do futuro. Participantes contribuíram com falas acerca das mortes evitáveis no contexto brasileiro, angústia sobre não saber quando seriam vacinados, dúvidas sobre utilização de testes psicológicos no contexto virtual e sobre sentirem falta dos espaços físicos de socialização.

O tema da segunda roda de conversa foi Família, conjugalidade e pandemia: reflexões em curso, proposto pela facilitadora profa.



Dra. Analice Arruda Vinhal de Carvalho, em junho, e contou com a presença de 50 participantes. Analice explanou sobre o convívio entre as famílias no contexto da pandemia e novas formas de convivência familiar. Foi destacado o aumento do número de divórcios no Brasil no primeiro ano de pandemia e a reflexão sobre os desafios da vivência em conjugalidade no contexto atual. O diálogo foi debatido como a alternativa possível para melhor convivência entre familiares, bem como a prática da comunicação não violenta. Participantes levantaram questões importantes acerca do aumento da violência doméstica contra mulheres e de questões ligadas ao sofrimento de filhos LGBTQIA+ durante a pandemia.

A terceira roda de conversa virtual foi sobre Velhices, redes sociais e comunidades em tempos de isolamento espacial, tema proposto pela facilitadora profa. Esp. Vera Lucia Morselli, em julho, e contou com a presença de 33 participantes. Vera levantou questões necessárias acerca das diferentes vivências das velhices, refletindo sobre como pessoas idosas não são bem-vistas por conta da lógica da produtividade do capitalismo, da valorização do corpo jovem, e como homens e mulheres envelhecem de formas diferentes em nossa sociedade. Foi discutida a importância das redes sociais constituídas por pessoas significativas, além da importância do Sistema Único de Saúde como um lócus de acolhimento e escuta para essa população.



A quarta roda de conversa discutiu O compromisso da Psicologia com grupos sociais vulnerabilizados no contexto da pandemia, proposta feita pelo facilitador prof. Me. Mayk Diego Gomes da Glória Machado, em julho, e contou com a presença de 31 participantes. Mayk provocou o grupo expondo como a ciência psicológica ainda esbarra em questões que exigem mais dos profissionais, sendo necessário repensar a formação em Psicologia e seu compromisso social, para que a práxis profissional transforme a vida das pessoas de forma concreta.

O facilitador apresentou dados sobre a população em situação de rua e provocou o grupo a refletir: “Qual Psicologia nós temos, qual queremos e qual a clínica que estamos fazendo?”. Ele contou sobre sua prática com essa população no período da pandemia, as dificuldades, experiências e possibilidades que giravam em torno da exclusão dessas pessoas. Participantes levantaram questões e discutiram sobre dependência química, redução de danos, estratégias de autocuidado, atendimento clínico à população em situação de rua e educação de gestores.

O tema da quinta roda de conversa virtual foi Ajustamento Criativo: pandemia Covid-19 e a necessidade de reajustes internos e externos, proposto pela facilitadora psicóloga Esp. Amanda Araújo Malta de Sá, em julho, e contou com a presença de 41 participantes. A convidada explanou sobre as estratégias de



enfretamento das mudanças provocadas pela pandemia e sobre sua necessidade de articulação com processos de adaptação aos novos contextos. Ela compartilhou aspectos do fazer em Psicologia durante a pandemia e aprendizados das pessoas que começaram a fazer algo novo nesse período. Participantes compartilharam vivências de seus processos de ajustamento criativo em novas áreas.

A sexta roda de conversa virtual discutiu Saúde Mental e estratégias de prevenção na pandemia, proposta pelo facilitador Dr. Fábio Pereira Angelim, em outubro, e contou com a presença de 33 participantes. Nesse encontro, o facilitador percorreu sobre novos e velhos modelos de intervenção presentes no contexto da pandemia, o impacto da negação na adesão ao tratamento e a necessidade de informação de qualidade. Destacou a importância de valorizar outros sintomas e intervir de maneira mais reflexiva, considerando estratégias mais coletivas propostas ao longo de diferentes fases da pandemia. Discutiu a importância da ciência psicológica na atenção primária como forma de prevenção da Covid-19, aliada à informação qualificada para as pessoas, além da importância de ações preventivas e não medicamentosas. Fábio apresentou a Psicologia da Pandemia de Taylor e destacou a importância da socialização virtual como estratégia de prevenção do adoecimento na pandemia.

A sétima roda de conversa teve por tema Dores Humanas: um olhar sobre as perdas na Pandemia, proposto pela facilitadora



psicóloga Esp. Cristiane de Carvalho Neves, em novembro, e contou com a presença de 34 participantes. O encontro teve reflexões a respeito da vivência das perdas, que devem ser expressas por meio de palavras para não permanecer apenas como angústia, pois se tratam de processos desorganizadores que podem gerar paralisação. A facilitadora foi questionada sobre como aceitar que a nossa essência seja o caminho natural para a morte e fez a defesa de uma educação para a morte, no sentido de se “pré-parar” para a morte, criando condições para dialogar sobre o morrer e as perdas.

O tema da oitava roda de conversa virtual foi Amor em tempos pandêmicos: entre a incerteza e o esperar, proposto pela facilitadora profa. Dra. Lenise Santana Borges, em novembro, e contou com 37 participantes. A docente abordou a temática de violência contra mulheres, trabalho não remunerado executado por mulheres, retorno de LGBTQIA+ à casa de seus pais, vivência saudável e criatividade, dimensão do corpo e as relações a distância, via redes sociais e aplicativos, com o advento da pandemia. Dentre as questões levantadas, houve a dimensão do “aceitar o outro, por mais que ele seja diferente de mim”, a relação dos marcadores sociais com o amor e a utopia do amor romântico.

A nona roda de conversa foi sobre Relações raciais e Psicologia na Covid-19. A facilitadora do encontro foi a profa. Dra. Cláudia de



Oliveira Alves. A roda foi conduzida em dezembro e contou com a presença de 30 participantes. A convidada levantou questões acerca da necropolítica, como a pandemia tirou o véu das desigualdades sofridas pela população vulnerável, a dificuldade dessa população no acesso aos cuidados de saúde mental e a psicoterapia, a exposição a trabalhos insalubres e desprotegidos, além da dificuldade que crianças, adolescentes e adultos negros têm no acesso à educação, no momento pandêmico, por falta de aparelhos para acompanhar aulas remotas. A convidada também mencionou a importância de uma Psicologia implicada com a temática das relações étnico-raciais durante a graduação, bem como com a mudança dos currículos de graduação para essa inclusão.

A roda de encerramento ocorreu em dezembro e teve o objetivo de retomar, com a equipe de extensionistas, a trajetória do projeto, destacando a riqueza de aprendizagem a partir do diálogo com outros profissionais. O tema Conversação em rede: tramando sentidos subversivos na pandemia foi proposto e conduzido por mim. O ponto de partida foi o tabu em torno da saúde mental, emocional e psíquica e as dificuldades psicológicas experimentadas, como angústia, ansiedade e depressão, bem como a necessidade de criarmos espaços para falar sobre possibilidades de enfrentamento.

A problematização girou em torno da conversação e de sua dimensão relacional, de troca externa e coletiva. Questões



norteadoras foram: o que nos afetou e como afetamos os outros? Como produzimos sentido em rede? O que a gente entende por subversão? Como resistir e viver uma vida boa, no sentido ético-político, para além da mera sobrevivência física e emocional? Que mundo queremos ajudar a construir?

A gente foi se conectando e criando laços. A conexão se processou na conversação. No ano 2021, praticamos conversas, conversamos, produzimos conversação em rodas de conversa virtuais, construindo sentidos em redes. Foram encontros transgeracionais, com aproximações e diferenças, intimidade e desconhecimento. E fomos fazendo cada roda girar e tramando teias. Facilitadoras/es traziam pessoas, amigas, conhecidos, alunos, supervisoras, ou eram surpreendidos por pupilas e estudantes na sala virtual. Então, a construção de nós foi se dando a partir de conexões mais antigas e mais novas. O vínculo, portanto, é uma das tramas que construiu esse lugar seguro para a gente se apoiar. E a pergunta final: qual rede a gente ajuda a criar e manter, para quem a gente dá os braços e para quem a gente vai dar as mãos?

Moça, esta carta é para partilhar a ideia de bell hooks (2018) de que “o feminismo é para todo mundo” e segue sendo um convite à aproximação feminista, a nos libertar do pensamento sexista que nos faz julgar sem compaixão e punir duramente



umas às outras. Recriar é verbo feminista que valoriza a recriação de si mesma, rompendo com padrões patriarcais. Recriar é possibilitar que se regenerem, por meio da renovação de nossas práticas na Universidade, os processos de produção e transmissão intergeracional do feminismo.

A esperança é feminista (DINIZ; GEBARA, 2022) e o feminismo tem muitas maneiras de nos manter conectadas e afetadas pela dor e pelo sofrimento de outra mulher. Esse mecanismo de afeto é que torna possíveis nossas coalizões e enfrentamentos. Sigamos na esperança de dias melhores. Precisamos. Beijos.

Cristina Vianna



Referências

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IRINEU, B.A.; VIANNA, C.; OLIVEIRA, B.A. Os “monstros curriculares”: gêneros e sexualidades em abordagens feministas no interior do Tocantins. In: ROCHA, D. (Org.). **Do currículo moribundo ao currículo heterotópico**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

IRINEU, B.A. *et al.* Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-Raciais: a extensão universitária como espaço de diálogo interdisciplinar e interseccional. **Revista Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, Palmas, v.2, n.1, p.43-68, 2019.

IRINEU, B.A.; VIANNA, C. Reiventando as rodas de conversa: a pedagogia feminista no desvelamento da heteronormatividade. In: RANKE, M.C.J.; ARAÚJO, R.P. (Orgs.). **Verdades Contingentes**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

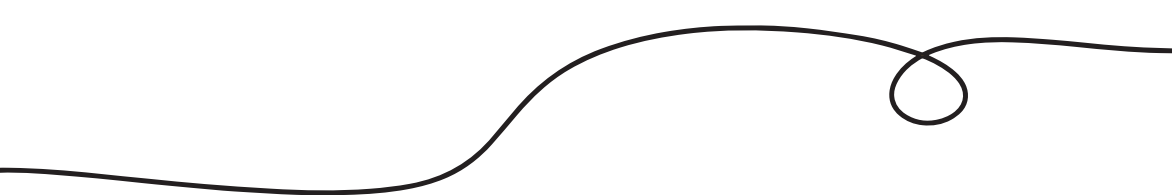
VIANNA, C. Gênero, raça e experiências de vida: saúde mental de mulheres em contexto de pobreza. In: VIANNA, C.; ROCHA, G. (Orgs.). **Perspectivas Interdisciplinares em Promoção da Saúde e Diversidade**, v.1. Palmas: Eduft, 2020. p.60-71. Disponível em: <https://tinyurl.com/repdiversidade>. Acesso em: 12 jan. 2022.

VIANNA, C.; IRINEU, B. Educação universitária na contramão das “cruzadas antigênero”: política de resistência em um curso de extensão no Tocantins. **Revista Debates Insubmissos**, ano 2, v.2, n.7, p.109-125, 2019.

VIANNA, C. *et al.* “Do rio que tudo arrasta”: feminismo e interseccionalidade na formação interdisciplinar. In: OLIVEIRA, E.C.S.; MESQUITA, M.R.; SOUZA, T.M.C. (Orgs.). **Feminismos, Psicologia e resistências contemporâneas**. Maceió: Edufal, 2020.

VIANNA, C. *et al.* Escuta de mulheres na pandemia: promoção da saúde mental em uma perspectiva interdisciplinar. In: ALBIEIRO, C.M.G.; MACIEL, E.S.; LIMA, L.G.B. (Orgs.). **Escuta intergeracional em tempos de pandemia**. v.1. Palmas: Eduft, 2022.





Cartas de amor e de luta: escritas, partilhas, resistências e encantamentos em tempos de inimizade e pandemia

Marcos Ribeiro Mesquita

Wagner Leite de Souza

Aline Cecilio da Silva

Maceió, 20 de março de 2022.



Querida Aline, querido Wagner, saudade!

Escrevo para ter notícias de vocês, para saber como estão e o que andam fazendo em meio a esse turbilhão de problemas e desafios em que se encontra o nosso país. Sim, a vida não anda fácil, mas penso que dividi-la com vocês, fortalecer nossas redes e ampliar nossas reflexões nos ajuda a ter mais ânimo, a enfrentar as dificuldades do momento. Como nos ensinou tão bem bell hooks (2020b), de amor e amizade também se faz a resistência necessária.

Na verdade, além de amenizar a saudade, quero compartilhar algumas inquietações que surgiram desde que a pandemia começou

e que se relacionam com discussões que venho fazendo em sala de aula. Como sabem, ministro a disciplina de Psicologia Social nos cursos de Psicologia e Serviço Social. Em ambos, venho, há algum tempo, discutindo o conceito de desigualdade na intersecção com os debates de raça/etnia, classe, gêneros e sexualidades.

Vocês conhecem, são temas de meu interesse e que constituem alguns dos projetos de pesquisa que coordeno e oriento. A ideia é analisar e discutir essas questões a partir de uma perspectiva ética e política da Psicologia Social. Especialmente em uma disciplina como essa, não dá para ficar numa abstração teórica que não nos leve ao exercício de um pensamento crítico.

A questão é que se antes esse debate já era difícil, com a intensificação das desigualdades em função da pandemia ele ficou ainda mais complexo. Entre outras coisas, porque não é um debate que trata apenas das vidas de pessoas que estão ao nosso largo, distantes de nós; mas, na maioria das vezes, os relatos de desigualdade constituem a história de muitas/os estudantes e de suas famílias. Manejar a produção de uma reflexão crítica coletiva construída pelo compartilhamento de narrativas que falam de nossas dores, de nossas fragilidades, de nossas vidas tão precarizadas não tem sido uma prática fácil.

Muitas vezes, são relatos que falam de uma percepção de que estávamos construindo um projeto de país mais solidário,



democrático e inclusivo, apesar dos desafios e dificuldades que atravessavam essa experiência; de que tínhamos, em um passado recente, uma maior garantia de direitos, mas que, em função de uma mudança política de rumos, isso se esvaiu. Sim, nos últimos anos, a pandemia, o desprezo do Estado por sua população e a gestão de um Governo Federal de caráter elitista, neoliberal e fascista têm deixado determinados grupos ainda mais vulnerabilizados: a fome, o desemprego, a carestia e a falta de perspectivas aumentaram.

Os dados são alarmantes e tristes, expressam um país que precisamos reconstruir. Uma investigação realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021) demonstra que são 19 milhões as pessoas em situação de fome no Brasil. 19 milhões! Ela indica também que se a pandemia foi um fator importante na constituição desse número, não foi o único elemento. O aumento da fome é fruto, também, do fim ou esvaziamento de programas voltados ao estímulo da agricultura familiar e de combate à fome. E lembrei muito do Bolsa Família, que você tão bem analisou em sua dissertação, Wagner. Esses números devem aumentar em função do desemprego e da alta da inflação. São dados que mostram o desafio que temos.

Castiel Vitorino Brasileiro (2022, p.24) diz que “a cidadania brasileira consiste na participação nos ganhos/lucros da prosperidade colonial à brasileira” e finaliza afirmando que o Brasil é um grande



cemitério. Penso que, na mesma perspectiva, escrevem Luiz Simas e Luiz Rufino (2020, p. 13) quando nos falam da necessidade de o Brasil dar errado, porque o país que deu certo é esse que aí está, pensado “pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda [...]”.

Também Mombaça afirma o quão esse projeto de Brasil asfixia e mata. Para ela, o país, “essa ficção colonizada e recolonial, submissa ao imperialismo, dominada e dominante, nunca serviu de fato aos propósitos das lutas contínuas por libertação do território e dos corpos subjugados em sua construção. [...] O Brasil é a chacina” (MOMBAÇA, 2021, p.16).

Nesse país que deu certo, nesse país-chacina-cemitério, se produz uma naturalização das desigualdades para a manutenção dos privilégios de poucos. É isso: a naturalização das desigualdades produz pessoas de humanidades distintas, “gente” e “subgente”, como nos diz Jessé de Souza (2009). Ou, ainda, “‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e ‘vidas’ que dificilmente, ou nunca, são reconhecidas como vidas”, como afirma Judith Butler (2015, p.17). Ela invisibiliza e cotidianiza a injustiça presente nos números que escancaram as diferenças sociais, políticas e econômicas e que estão relacionadas ao gênero, à classe social e a raça/etnia, por exemplo; e nas mortes de pessoas vulnerabilizadas na pandemia, que pouco têm gerado luto e comoção social.



Em um documentário¹² que utilizei em sala de aula para discutir o aumento das desigualdades no cenário da pandemia, tem um momento em que uma entrevistada, de nome Matuzza – travesti, negra, moradora da periferia de São Paulo –, faz um forte relato sobre o fato de que, para ela e muitas outras travestis, especialmente as negras, a ideia de distanciamento social não é uma novidade. Ela diz:

Eu acredito que existem corpos que são escolhidas pelo Estado brasileiro que a gente vive, que são escolhidas para viver numa pandemia, num isolamento eterno, que não é de agora. Há 500 anos as corpos pretas, as corpos travestigêneres vivem essa pandemia, vivem o isolamento social. E como que é isso? Nos é tirado o direito de sair na rua e permanecer viva.



Essas corpos a que se refere Matuzza continuam sendo, para o Estado, uma representação das vidas que não são efetivamente reconhecidas como tais porque não merecem esse direito. E por não serem reconhecidas como tais, não merecem ser enlutadas.

De novo, me vem a ideia de país-chacina-cemitério. Ele só existe porque o projeto das elites brasileiras e do Estado é gerido por uma racionalidade marcada pelo desprezo às vidas de

¹² **Pandemia do sistema.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nTeLuwWq-R4>. Acesso em: 10 mar. 2022.

pessoas pobres, negras, indígenas, LGBTQIAP+ e das mulheres. Esse desprezo tem sido uma marca recorrente na nossa história. O Estado continua preferindo enriquecer os bancos, as empresas privadas e multinacionais a construir e fortalecer políticas inclusivas que garantam uma vida digna para a população.

Diante de tudo isso, do cenário de aprofundamento das desigualdades, das discussões que venho fazendo com as/os estudantes e dos relatos que elas/es trazem e que narram seus cotidianos, fico pensando em como, a partir de nosso lugar de docente, de estudante, de pesquisador/a, podemos propor uma reflexão mais aprofundada sobre o momento que passamos e como podemos, coletivamente, intervir de modo a construir uma esperança que articula, que organiza, que politiza, que encanta.

Luiz Simas e Luiz Rufino (2020) nos dizem que o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto. Como construir esperança que nos guie para uma ação mais qualificada e concreta? Como produzir pesquisas e saberes encarnados, que consigam efetivamente ajudar a compreender a nossa realidade e construir estratégias coletivas de organização e resistência?

Uma questão que tem me ajudado é a ideia de desengajamento epistemológico, um conceito de Stuart Hall que descobri a partir de um texto de Ochy Curiel. Ele me parece potente para pensar os desafios de produzir uma ciência encarnada,



anticolonial. Ochy Curiel (2020, p. 134-135) nos convida, a partir dessa ideia, a

identificar conceitos, categorias, teorias que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidas coletivamente [...] [e que] são feitas a partir das práticas políticas de ativistas e pensadoras com pontos de vista particulares que propõem novas categorias não ocidentais ou elaboram, a partir de categorias ocidentais, novos conceitos não hegemônicos que expandam as possibilidades de interpretação sobre as outras.

Acredito que, a partir dessa perspectiva, podemos produzir um conhecimento que ajude a pensar, junto às comunidades, movimentos, pessoas interessadas, novas formulações teóricas e estratégias de combate às desigualdades. O conhecimento deve ser racializado, generificado, territorializado, encarnado, como nos diz Messeder (2020). A pesquisa que você produziu no mestrado, Wagner, é uma expressão disso que estou falando. Quão potentes foram seus encontros com as mulheres que participaram como usuárias do Programa Bolsa Família! E você, Aline. Quão ricas são suas reflexões teóricas que partem, dentre outros lugares, da sua participação no Centro Acadêmico e do Grupo de Pretinhas e Pretinhos da Psico!



Penso que o que se coloca é como trabalhar essas questões numa perspectiva ética, política e teórica, mas também afetiva; como acolher esses relatos pessoais, sem produzir ainda mais dor; como trabalhar coletivamente essas controvérsias com as/os estudantes, de modo a produzir um pensamento crítico que nos leve a processos de organização; como a gente pode, em sala de aula, e a partir da construção de um saber coletivo, produzir reflexões teóricas que nos ajudem a pensar a nossa realidade. Mais uma vez, bell hooks vem à minha lembrança, quando ela fala em ensinar e viver com esperança:

Nós, professores e professoras, e os estudantes engajados na tarefa de que a sala de aula não seja espaço de perpetuação da dominação (baseada em raça, classe, gênero, nacionalidade, orientação sexual, religião) temos testemunhado evoluções positivas em pensamentos e ações. Temos testemunhado a disseminação de questionamentos acerca da supremacia branca, do colonialismo racista, do sexismo, da xenofobia. (HOOKS, 2021, p.8).

Acho que estamos no caminho, como ela sinaliza. Compartilho essas inquietações porque, dos diferentes lugares que vocês têm ocupado, penso que podem ajudar a fazer esse debate. As trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas de cada uma/um



de vocês também me fazem acreditar que essa nossa conversa vai ser boa, produtiva e longa, como devem ser os bons encontros, as trocas e os diálogos. Na verdade, estou convidando-lhes para entrar nessa roda, porque o desafio pode ser grande, mas ele fica mais ameno quando estamos juntas/os.

Espero retorno em breve, mesmo sabendo que estão nos corres da vida.

Um beijo,

Marcos



* * *

Florianópolis, 25 de março de 2022.

Querida Aline, querido Marcos, saudades recíprocas!

Apesar dos pesares, tenho conseguido estar bem e seguir existindo e resistindo. Venho construindo espaços de aquilombamento em Floripa – fortalecimento afetivo e político. Como diria Sued Nunes, “sou uma, mas não sou só”. Trata-se de um movimento necessário diante de um modelo de sociedade de inimizade que vem se intensificando. Em um texto escrito por Vinícius Rodrigues Costa da Silva e Wanderson Flor do Nascimento (2019), eles dizem que as sociedades de inimizade consistem na falência de uma práxis amorosa alimentando uma imagem da alteridade experimentada na figura do inimigo a ser exterminado.

Enquanto alternativa a esse modelo de sociedade, bell hooks (2020b) nos fala de uma ética e uma política do amor. Assim, ela nos orienta a valorizar o amor não como um sentimento piegas, mas como uma prática que nos mobiliza contra as distintas formas de dominação. Uma prática transformadora e promotora de mudanças sociais, na construção de sociedades mais equânimes e plurais, pautadas em um senso coletivo de cuidado e solidariedade. Por isso, tenho apostado nessas redes de afeto, cuidado e amizade.

Esses dias, li um artigo que nos convidava a *corazonar*. Nele o autor, Patricio Guerrero Arias (2010), diz que nos construímos nas



relações com a/o outra/o, que elas/es deixam inúmeras marcas em nossos corações e corpos dando sentido às nossas existências e nos salvando da solidão e da morte social. Essa ideia se aproxima da compreensão presente na ética da filosofia africana *Ubuntu*: ser-com-as/os-outras/os (eu sou porque nós somos).

Aproveito para dizer-lhes que também partilho dessa sensação de inquietude e desconforto diante da conjuntura política. Nasci no início dos anos 1990, crescendo, assim, em um cenário político de reconciliação com valores democráticos. Minhas primeiras memórias sobre o papel da política institucional são de meados dos anos 2000, quando começo a perceber o que depois vou entender como o reconhecimento do pacto democrático de 1988.

Para mim – um jovem negro, nordestino, de escola pública e que cresceu em uma favela –, as políticas públicas, como o Bolsa Família e outras do campo da Educação (o Fies e o ProUni), se fizeram essenciais para que eu pudesse traçar o caminho da favela ao doutorado, rompendo um ciclo intergeracional de trabalho infantil, analfabetismo, subemprego e extrema pobreza. Sem contar as demais políticas públicas que foram criadas ou potencializadas nesse período e que afetaram tanto a mim, quanto à minha família e vizinhança – Minha Casa, Minha Vida; Política de Cotas Raciais para Universidades; Programa Jovem Aprendiz; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) etc.



Sem dúvidas, houve um fortalecimento da democracia, de uma revolução possível diante de um Brasil estruturado na colonialidade do poder¹³. Gosto de lembrar do discurso de posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), em que expressou seu compromisso com o país: “[...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida” (BRASIL, 2003). Sendo assim, pactuada a missão de combater a pobreza e a fome durante o seu governo, vimos, em 2014, o país alcançar esse feito ao sair do mapa da fome¹⁴.

No entanto, após o golpe contra o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, observamos que o pacto democrático que vinha sendo construído se rompeu e, com isso, as conquistas no campo dos direitos humanos foram duramente afetadas. Sob as gestões de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e de Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL), acompanhamos o desinvestimento e o desmonte de políticas públicas nos âmbitos das áreas Ambiental, da Assistência Social,



13 Como nos diz Dennis Oliveira (2018, p.56): “[...] a colonialidade do poder [...] se manifesta pela restrição da democracia, do estatuto dos direitos civis e humanos, enfim, restringe a ordem social da Modernidade aos povos brancos. A colonialidade do poder interdita a vida qualificada, restringe as vidas dos povos não brancos, negros e indígenas à condição de vidas nuas”.

14 Entre 1990 e 2014, o percentual de queda de brasileiras/os em situação de subalimentação foi de 84,7%. Somente de 2002 a 2013, a queda foi de 82% (BRASIL, 2014; 2015).

dos Direitos Humanos, da Educação, da Saúde, da Previdência e do Trabalho. E assim, a imagem de um país desgovernado sob a gestão de um despresidente ganha forma, representando o desmatamento, a fome, o genocídio, o racismo, a misoginia e a LGBTQIAP+fobia, mas não imaginávamos que o cenário poderia se tornar ainda mais desolador.

Contudo, no início de 2020, nos deparamos com a maior crise sanitária dos últimos tempos. Uma pandemia que, diante da negligência da gestão negacionista-neoliberal-necropolítica-neocolonial do atual governo, vitimou mais de 600 mil brasileiras/os, em sua maioria negras/os e pobres. Dentre as vítimas, está a minha querida mãe, Maria Neuza – que, com um mês de internamento (abril-maio), veio a óbito, no dia do seu aniversário. Em março de 2020, demos o nosso último abraço.

Concordo que o contexto pandêmico acabou por visibilizar e aprofundar desigualdades históricas e estruturais de nossa sociedade, pois ainda que a pandemia atinja a todas/os, o seu impacto não ocorre do mesmo modo, demonstrando um resultado permeado pela intersecção de desigualdades de classe, raça/etnia, gêneros e territórios. Estamos falando de mulheres e homens empobrecidas/os, negras/os (em situação de desemprego ou de



subemprego), que moram prioritariamente nas periferias das cidades das regiões Norte e Nordeste brasileiro¹⁵.

Lélia Gonzalez (2020) nos diz que, no país, experienciamos um capitalismo patriarcal e racista, uma afirmativa que se materializa principalmente quando nos deparamos com uma realidade de racialização e feminização da pobreza, de modo que os lares chefiados por mulheres negras lideram o *ranking* de pobreza extrema e insegurança alimentar grave.

Entretanto, apesar dos retrocessos políticos acima elencados, há também de se reconhecer as resistências. Uma delas consiste nos seus próprios movimentos, Marcos e Aline, e os de tantas/os outras/os docentes e discentes que buscam construir uma pedagogia capaz de transgredir e transformar, de descolonizar mentes e corações, evocando um aprendizado que supera o ódio, pautado em uma ética e uma política amorosa.

Para bell hooks (2020a), uma pedagogia engajada consiste na construção de espaços educativos e comunitários em que se compartilhem desejos e sonhos na produção de um conhecimento crítico. Sei que estás nessa peleja, Marcos, pois conheço e acredito no seu trabalho como mediador de um projeto de educação ético-



¹⁵ **Mulheres, negros e nordestinos: as maiores vítimas do desemprego na pandemia.** Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-03-11/mulheres-negros-e-nordestinos-as-maiores-vitimas-do-desemprego-na-pandemia.html>. Acesso em: 22 mar. 2022

político-afetivo, na busca por fortalecer um espaço formador dialógico que engaje as/os estudantes na luta pela transformação social.

Esse espaço pedagógico-comunitário não se produz apenas a partir dos esforços de professoras/es, mas também de estudantes engajadas/os em fazer da Universidade um ambiente pluriversal que confronte os racismos e sexismos epistêmicos fundantes dos nossos espaços acadêmicos ocidentalizados (GROSFOGUEL, 2016). E aqui reconheço o seu papel, Aline, e das/os demais estudantes que constroem o Centro Acadêmico de Psicologia (Capsi) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), um espaço de luta e resistência, isto é, um espaço-quilombo na busca por uma Ufal antirracista. Em outras palavras, vejo o Capsi como um dispositivo político necessário que emerge como crítica e politização do ambiente formador, inquietando e convidando as/os discentes a pensarem a partir de outras perspectivas teórico-epistemológicas.

É nesse movimento que acredito e aposto para que possamos construir uma Psicologia ética e politicamente comprometida no enfrentamento a esse cenário político que vivemos no Brasil. Assim, podemos pensar na construção de psicologias subalternas, contra-hegemônicas, ou seja, uma ciência psicológica articulada com uma diversidade de lutas que se opõem às várias formas de opressão e que contribuem com a afirmação de uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme destaca Juliana Góes (2019), se trataria de



uma ciência comprometida com as/os corpos/os subjugadas/os, e não com as/os exploradoras/es, isto é, uma ciência politizada.

Convocam-se novos olhares que problematizam a Psicologia enquanto ciência e profissão amparada por epistemologias negras e feministas, reposicionando-a a serviço de grupos historicamente subalternizados, servindo, assim, de canal para ecoar essa multidão de vozes e, conseqüentemente, acessar suas denúncias, suas demandas e seus horizontes de sociedade, resultando em um conhecimento feito com ou pelas/os sujeitas/os subalternizadas/os, e não por elas/es ou sobre elas/es.

Fiquei feliz que fez menção à minha pesquisa, Marcos. Ela é resultado de uma motivação visceral-afetiva, uma produção parcial e politicamente engajada. Com isso, quero dizer que ela “perpassa o vivido, o experienciado, o sentido, já que trabalho com um tema que diz de mim, de minha história” (SOUZA, 2020, p.99). Ademais, esta pesquisa é resultado da expressão de uma polifonia de vozes. Assim, concebo a minha dissertação como um fruto dos encontros e atravessamentos que se dão face à contribuição enunciativa das/os ex-participantes do Programa Bolsa Família, expressando o olhar e as histórias daquelas/es que, cotidianamente, resistem a um contexto desigual.

Reconheço ser também um ato de resistência continuar produzindo um saber e um fazer crítico em tempos de precarização e



desinvestimento nas áreas da Ciência e da Educação, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais. São tempos em que se reafirma a narrativa de que o Ensino Superior é para poucas/os. Contudo, precisamos seguir defendendo uma Universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e para todas/os, uma pluriversidade negra, indígena, feminista e popular. Um espaço de onde também impulsionaremos um projeto radicalmente democrático e plural para o país.

Por fim, entendo que, nesse cenário, o pessimismo nos cerca, mas precisamos esperar. E, como enfatiza Mombaça (2021, p.28), “eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis”. Sigamos!



Um beijo,

Wagner

Maceió, 30 de março de 2022.

Queridos Marcos e Wagner, saudades de vocês e de nossas trocas!

Mesmo diante do cansaço, estou bem e persistindo no trilhar de meus caminhos. Tenho feito as pazes com os recomeços que a vida me fez realizar, principalmente agora, com o retorno presencial das atividades. Nessa tentativa de continuar supravivendo, como diriam Luiz Simas e Luiz Rufino (2020), ao longo desse contexto turbulento que enfrentamos no Brasil, tenho também buscado me manter próxima da minha rede de apoio, criar cada vez mais conexões com a minha comunidade, de forma que o sentimento de pertencimento continue fazendo morada. Além do mais, é através do aquilombamento que criamos estratégias políticas de afeto e resistência em conjunto para prosseguirmos nesses últimos tempos, pois, como diz Krenak em uma de suas obras, “são esses afetos, na verdade, que lembram a cada um de nós o fato de que estamos vivos” (KRENAK, 2020, p.7).

Para além desses encontros que nos fortalecem enquanto seres políticos, gostaria também de compartilhar algumas de minhas angústias e preocupações voltadas ao atual desmonte da Universidade pública. Esse projeto do atual governo objetiva asfixiar as subjetividades das/os jovens, afirmando uma estrutura influenciada pelo hábito de repressão e mascaramento de corpos



presentes em sala de aula (HOOKS, 2013). Como resultado desses ataques que a Educação pública brasileira vem sofrendo, a permanência das/os estudantes inseridas/os em grupos minorizados tem sido ameaçada. Eu, uma mulher preta e graduanda em Psicologia, consigo observar e, por vezes, me identificar com as dificuldades enfrentadas por colegas de turma para continuar nesse espaço acadêmico, onde muitas/os necessitam conciliar múltiplas jornadas para ter condições mínimas de perseguir e sustentar seus sonhos ao longo desse período de pandemia.

Quando abordadas essas dificuldades de permanência, penso como o debate da interseccionalidade, enquanto ferramenta política, impacta diretamente esses grupos afetados. No grupo de pesquisa Edis¹⁶, em que nós estivemos juntas/os, conseguimos estabelecer discussões acerca dessa temática e entender esse conceito enquanto lente teórica essencial para visualizar, inclusive, a influência de raça, classe e gênero nos corpos atingidos pelas vias do racismo, do cisheteropatriarcado e do colonialismo, como destacado por Akotirene (2018).



16 Formado por docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, o Núcleo de Estudos em Diversidades e Política (Edis), coordenado pelo docente Marcos Ribeiro Mesquita, desenvolve suas atividades desde 2011. Dedicado a discutir temáticas como política, juventudes, feminismos, sexualidades e relações étnico-raciais, o Edis tem se firmado institucionalmente como um importante espaço de formação acadêmica e política na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) ao contribuir, de diferentes maneiras, na construção de um pensamento crítico e na transformação da realidade local.

Sendo assim, é nítido notar a realidade apresentada através desses marcadores sociais, pois conseguimos compreender quem são as pessoas que acabam impossibilitadas de possuir condições e assistência ideal, de modo que consigam permanecer nesse ambiente acadêmico hostil. De que adianta ocorrer um aumento no número de pessoas negras na Universidade, se não há políticas públicas efetivas que garantam a permanência dessa população nesse lugar, visto que esta comunidade ainda protagoniza o papel da população mais pobre do país, dificultando mais ainda sua continuidade no ensino superior?¹⁷. Parafraseando Luciana Rodrigues e Aline Kelly (2021), o que resta para corpos pretos e socialmente vulneráveis na Academia? Não entendo essas questões como forma de gerar desesperança ou desencantamento, mas, sim, um mover que rompa as estruturas desse “sistema que rouba do nosso trabalho erótico o seu valor erótico, o seu poder erótico e o encanto pela vida e pela realização” (LORDE, 2019, p.69).

A implementação de políticas públicas, como as leis de cotas raciais, viabiliza a entrada dessas/es estudantes no Ensino Superior, como possibilitou o meu ingresso no ambiente universitário. Assim, observamos o quão importante é a garantia desses direitos para

17 **Entrevista: negros têm mais dificuldade de permanecer na universidade.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/negros-encontram-mais-dificuldades-de-permanecer-na-universidade>. Acesso em: 03 jun. 2022.



a população negra e classes inferiorizadas. Dessa forma, Wagner, consigo admirar e entender ainda mais como o seu tema de pesquisa de mestrado, referente ao Bolsa Família e aos demais programas de assistência pública, pode ser determinante para a ocupação dos nossos em espaços embranquecidos como o da Universidade. Nesse sentido, entende-se que a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, possui grande relevância, apresentando como objetivos:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
 - II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
 - III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 - IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- (BRASIL, 2010).



No entanto, é urgente uma atenção *a posteriori*, compreendendo que, de acordo com a situação contemporânea, há um crescimento no cenário de incertezas na economia de nosso país durante a pandemia. A redução de salários da população e a perda de empregos, bem como outros fatores, podem contribuir diretamente para a queda de matrículas, o abandono e o aumento da evasão no Ensino Superior do Brasil, como divulgado por uma

reportagem do G1 em 2020¹⁸. Além disso, com a atual presidência, as condições de permanência de alunas/os que têm seus corpos e vivências atingidos por desigualdades de classe, raça e gênero tornam-se ainda mais ameaçadas, devido aos grandes cortes de orçamentos, auxílios e bolsas que as Universidades vêm sofrendo nesses últimos anos.

Há um tempo, li, em uma matéria¹⁹ *on-line*, que o CNPq teve o menor orçamento do século no ano 2021, por exemplo. A partir disso, retomo uma das perguntas provocadas por Marcos: como construir esperança que nos guie para uma ação mais qualificada e concreta? Na atual conjuntura, vejo o aquilombamento, união de nossas trajetórias e corpos-existência de maneira estratégica, enquanto forma de resistência, pois, como disse Pai Adailton Moreira em uma entrevista²⁰: “Uma árvore só não é floresta. Uma montanha só não é uma cordilheira”. Lutar sozinha/o pode gerar desesperança.

Em meio a essas turbulências em que a vida atual nos coloca, acredito que a Psicologia possa se debruçar em conhecimentos e metodologias que valorizem os encantos, as desobediências



18 **Nº de alunos que abandonam faculdade deve subir após a pandemia, e setores poderão enfrentar falta de mão de obra.** Disponível em: <https://tinyurl.com/abandonopandemia>. Acesso em: 03 jun. 2022.

19 **O desafio da permanência estudantil durante a pandemia.** Disponível em: <https://tinyurl.com/permanencia>. Acesso em: 03 jun. 2022.

20 **#PotênciasNegras 14: Pai Adailton Moreira.** Disponível em: <https://tinyurl.com/potenciasnegras>. Acesso em: 03 jun. 2022.

epistêmicas e os feminismos subalternos, desvinculando-se das normas e denunciando as prisões heteropatriarcais (OLIVEIRA; BLEINROTH; SILVA, 2020). Mas, tendo em vista a estrutura que nos é apresentada, como citado por Mignolo (2008), para desobedecer precisamos desaprender. A partir desse movimento, vai se tornando possível a esperança em uma Educação que se inscreve na diversidade e aposta em uma radicalidade em prol da vida. De acordo com Luiz Rufino (2021, p.11):

A educação não é apaziguadora de conflito, pois este se manifesta como dimensão criativa e não como oposição, subordinação e extermínio do outro. A educação não é conformadora, ela é uma força errante, que negaceia, instaura dúvida, avança nas perguntas e persegue o seu fazer como prática de liberdade. A educação como radical da vida, como experiência corporificada do ser e de suas práticas de saber é comum a todos.



Diante desse cenário de desigualdades, sucateamento e angústias, ainda se faz necessário esperar e prosseguir. Construir saberes encarnados e pesquisas monstruosas, mirando a decolonialidade e o desengajamento epistemológico, como sugere Ochy Curiel (2020); produzir conhecimentos contrários à colonialidade do ser, poder e saber perante o sistema de gênero

moderno/colonial (COLLINS, 2019), através de uma política que faz falhar o projeto de morte que vivemos desde a chegada dos portugueses aqui, se faz urgente. Vocês mesmos apontam esses movimentos transgressores em suas escritas-trajetórias enquanto pesquisadores engajados, e eu vejo que é esse o caminho para não se permitir ao desencantamento!

Além disso, acredito também em nosso fortalecimento, principalmente em se tratando de mulheres negras, a partir da escrita. Nela, eu descobri um lugar e a estratégia de não sucumbir junto à nossa “pátria amada”. O desaguar através das palavras pode ser transformador. Assim, aprendi com bell hooks (2019) que nós, mulheres negras, podemos encontrar na escrita a possibilidade de enfrentamento do silenciamento, tomando-a enquanto gesto de resistência em meio às opressões de gênero, raça e classe. Essa interseccionalidade se mostra essencial à medida que defendemos, juntamente a autora, que o pessoal também é político.

O outrora, a escrita pode se tornar um ato de afirmação, já que insistem em nos silenciar, principalmente na atualidade. Uma grande autora feminista chamada Gloria Anzaldúa nos encoraja a escrever independente do medo, pois “o ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós, mulheres de cor, somos levadas a pensar como ‘outro’” (ANZALDÚA, 2000, p. 232).



A atual conjuntura pode gerar – e tem gerado – impactos significativos na vida dos indivíduos acometidos pelas interseccionalidades, mas é importante lembrar a importância de, em conjunto, permanecermos encantadas/os, tendo sempre, em nossa memória ancestral, que o nosso país é nosso lugar de fala, como cita Elza Soares em sua música. Força para nós!

Um beijo,

Aline.



Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p.4, 2000.

ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar el sentido de las epistemologias dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existência. **Calle14: Revista de Investigación en el Campo del Arte**, v.4, n.5, p.80-95, 2010.

BRASIL. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**

Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação: Discurso do Presidente da República. Biblioteca da Presidências da República, 01 jan. 2003.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO.** Brasília: Ministério da Cidadania, 16 set. 2014.

BRASIL. **Bolsa Família:** transferência de renda e apoio à família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social. Brasília: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania, 2015.



BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando o sol aqui não mais brilhar:** a falência da negritude. São Paulo: N-1 Edições/Hedra, 2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra:** decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.1, e48373, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Dossiê: decolonialidade e perspectiva negra – Sociedade e Estado**, v.31, n.1, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Elefante, 2020a.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020b.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. **Radicalmente vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Extraprensa**, v.11, n.2, p.39-57, 2018.

OLIVEIRA, Erika Cecília; BLEINROTH, Maria Laura; SILVA, Yasmin Maciane. Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social. In: CRUZ, Lilian R.; HILLESHEIM, Betina; EICHERR, Letícia M. **Interrogações às políticas públicas**: sobre travessias e tessituras do pesquisar. Florianópolis: Abrapso Editora, 2021. p.13-31.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na Academia



In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (Orgs.). **Redes Intelectuais**: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p.121-134.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SILVA, Vinícius Rodrigues Costa da; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Políticas do amor e sociedades do amanhã. **Voluntas**, Santa Maria, v.10, p.168-182, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Wagner Leite de. **Programa Bolsa Família (PBF)**: construções discursivas de ex-participantes residentes em Alagoas. 2020. 283f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.



Carta-convite a uma grande barricada feminista

Érika Cecília Soares Oliveira

Késia dos Anjos Rocha

Rio de Janeiro, abril de 2022.

Na corda-bamba ou de onde nós caímos?

Figura 1- Fragmento, ilustração de Aline Daka



Fonte: DEORRISTT, 2018.



Quando o primeiro raio de sol brilhava, não muito longe, ela via e falava: Mamãe, me protege da claridão, da iluminação, sabe-se lá o que tem do outro lado, quero não.
(Emicida, *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas*)

Queridas companheiras feministas,

Queremos começar esta conversa pedindo licença para chegar, para entrar nas casas de vocês, nesse espaço de intimidade, e, de alguma maneira, nos envolvermos. Para nós, envolvimento é essa força que acreditamos necessária para sonharmos e projetarmos um mundo mais bonito, e é isso que esta carta propõe, convidá-las a caminhar conosco nesse movimento. Mas, antes, vale enfatizar que essa ideia de bonito não necessariamente está associada a calma, ausência de conflitos, pura receptividade, conformidade. Pensamos mais nesse bonito como algo inacabado, que pode vir a partir de ruínas, cacos, estilhaços, que se molda devagar, transitando por estados disformes, tortuosos, assimétricos. Prevê assimetria. Se tivéssemos que imaginá-lo, o veríamos mais como um mosaico. Um movimento de feitura de um mundo-mosaico.

Tem gente que quando diz “eu” tá dizendo “nós”. Quando a gente percebe e sente isso, é mágico, é potente. Talvez essa percepção seja o que nos conecta a alguém, a um pensamento, a um poema, a algumas forças de mobilização, de deslocamento.



Quando a gente se vê dentro e expandindo esse inicial “eu” e enxergamos nele esse “nós”, vamos traçando um percurso teórico-prático-afetivo, uma espécie de esperança feminista, uma esperança sobretudo política, como nos inspira bell hooks (2021).

Esse esperar feminista vai se dando no momento em que percebemos que teorias e práticas estão enoveladas e que, de tão emaranhadas, nos deixam como única opção o caminho da transformação, de alguma reinvenção. Nos damos conta de que podemos pulverizar narrativas e poéticas rumo a territórios múltiplos em que o exercício de descolonização dos corpos-pensamentos seja possível de acontecer.

Há quem diga que, nos cercados acadêmicos, tão solidamente ancorados em suas bases patriarcais, supremacistas brancas e capitalistas, difícil seria adotar uma prática democrática e libertadora; há quem acredite que exista, nesse espaço, um potencial de florescimento de esperanças políticas feministas (HOOKS, 2021). Há quem acredite que esse florescer se alastra e se enraíza por outros lugares por que passeiam nossos pés, por onde deixamos nossas pegadas. Pelas ruas, cheias de gente; pelas feiras, cheias de cores, cheiros, sabores; pelas casas, que abraçam, que batem, que choram, que cuidam; pelos quintais, cheios de vozes vizinhas que se tocam. Há quem acredite. Nós acreditamos.

Vida. Ciência. Teoria. Prática. Quintal de casa. Sala de aula. Congressos científicos. Cozinhas. Uma prática política feminista é



uma aposta nessa fusão, nesse enovelamento de ações e cruzos de territórios, nas rupturas epistemológicas. Foi em meio a essa reflexão e a partir do sentimento de inquietação que nos toma toda vez que pensamos sobre os impactos dos trabalhos que fazemos, sobre quem caminha ao nosso lado nessa empreitada, que decidimos lhes escrever. Aqui, resolvemos nos debruçar um pouco sobre uma experiência em sala de aula, especificamente como docente e estagiária docente de Gênero, Sexualidades e Educação: perspectivas interseccionais na formação de educadores, uma disciplina obrigatória para alunas da graduação em Pedagogia de uma Universidade Federal. A disciplina foi vivenciada no início de 2021, em meio a uma experiência de deslocamentos intensos: mudança de Estado, de Universidade, de área e, como se não bastasse, em uma condição de isolamento social resultante da pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, que impediu que nossa circulação no mundo pudesse acontecer sem que, com ela, o temor da morte estivesse tão presente.

Montar uma disciplina é um quebra-cabeças; não sei como vocês sentem isso, mas para a gente era e é. Montar uma disciplina e adaptá-la ao modo remoto foi mais complexo ainda. Não conhecer os corredores e espaços da Universidade ficou embaralhado com não conhecer o rosto das estudantes, exceto quando uma ou outra ligava a câmera, momento raro e quase a ser comemorado.



Optamos, desde o início, por sugerir que ligassem as câmeras, mas não insistimos por compreendermos que muitos atravessamentos estavam fazendo com que elas não fizessem isso em praticamente todas as aulas, de diversos colegas. Como produzir laços com quem não está diante do nosso olhar? Como se vincular a esses corpos nunca vistos, caminhos não percorridos e, ainda, tentar estabelecer um modo de estar ali que abarcasse o envolvimento com a disciplina (nosso e delas)? Que gesto reconstruir e até mesmo inventar para produzir proximidade, talvez alianças?

Somados a esse desconhecimento provocado pela pandemia – um corpo que se ajeita sobre uma corda-bamba –, vivenciávamos todos os embates produzidos pelo governo de ultradireita e neoconservador de Jair Bolsonaro, que não apenas persegue as Instituições de Ensino Superior, mas também se elegeu a partir da promessa de uma intensificada cruzada antigênero com vistas à proteção da família heteropatriarcal e da infância (assim mesmo, no singular), o que impactou diretamente em nosso trabalho.

Então, ao desconhecimento de quem eram nossas estudantes, colou-se a pergunta: até onde poderemos ir com essa discussão? Como construir um espaço de confiança no enigmático mundo do Classroom e do Google Meet, muitas vezes habitado por letras, imagens de animes ou fotos com animais de estimação? Como ministrar uma disciplina sobre gênero num momento em



que a retórica antigênero impregna o cotidiano e colegas têm sido perseguidas e atacadas? Como abordar um tema que se tornou tão delicado sem olhar dentro dos olhos, não observar dedos tamborilando na carteira, pernas balançando, algum incômodo? De certo modo, podemos dizer que nos sentíamos acuadas. Será que vocês se sentiram como nós em algum momento?

Estávamos divididas entre erguer espaços de cuidado para construirmos coletivamente uma disciplina que versa sobre direitos humanos e, ao mesmo tempo, receosas com nosso próprio autocuidado dentro da trama tecida pelo governo atual, em que educadoras comprometidas com as pautas feministas passaram a ser alvos de ataques e ameaças. Outra pergunta que rondava nossas preocupações dizia respeito ao fato de como sustentaríamos a importância do nosso estar ali. Estaríamos ensinando futuras educadoras sobre a necessidade de abordarem gênero e sexualidades em suas salas de aula. Como sustentar tal afirmação se tudo poderia ser resumido e contra-argumentado com um: fazer isso e ser acusada de doutrinadora de crianças? *Pra quê?* Tentar responder a este *pra quê* também se tornou tarefa nossa, pois, a cada ação, cada centímetro avançado na discussão, pensávamos, em alguns momentos, “é agora que serei acusada de doutrinadora”.

Na corda-bamba, sempre com a impressão de estarmos numa corda-bamba. Respirávamos, um pouco atordoadas, a poeira



levantada por movimentos conservadores, tais como o Escola sem Partido²¹, e de projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado e que incitam a judicialização da relação entre docentes e discentes, bem como sustentam que essa relação se assente sobre antagonismos, denúncias (MACEDO, 2017) e ausência de vínculos de confiança tão caros à prática educativa. Companheiras, como falar sobre liberdade se não sabemos quem é nossa interlocutora? No belo livro de Valter Hugo Mãe (2019) *As mais belas coisas do mundo*, o avô lhe dá abraços apertados todas as vezes em que o neto desvenda suas adivinhas e dilemas; abraços estes que o autor considera a fita métrica da amizade do avô por ele. Como ensinar sem abraços?

Cada texto, cada cena de filme, cada imagem, cada música escolhida para compor a programação do semestre nos mobilizava muito. O fato de não estarmos presencialmente junto das alunas nos deixava desterritorializadas, nos tirava bastante da vida que se aprende andando num corredor pós-aula. Nesse tatear, nossa

21O Escola sem Partido (ESP) foi criado em 2004, por iniciativa do advogado Miguel Nagib, e, inicialmente, se tratava de um movimento que se apresentava contrário a uma suposta influência ideológica e partidária presente nas escolas e Universidades brasileiras. Em sua página na internet, o grupo incentivava denúncias e ações contra professores/as que eram acusados/as de doutrinadores/as. O ESP teve papel fundamental na difusão de ações e projetos de lei voltados para a criminalização do debate sobre gênero no Brasil, principalmente entre 2016 e 2020. Em agosto de 2020, Miguel Nagib anunciou formalmente o encerramento das atividades do ESP sob sua coordenação.



aposta foi na potencialidade das múltiplas linguagens, foi na aliança entre aquilo que é produzido no âmbito acadêmico e o que se produz no campo das artes. Nós podemos ser tocadas pela palavra escrita, mas podemos ser tocadas por uma canção, um poema, um filme, uma imagem, uma prosa com a mãe tomando café. Algo que poderia mesmo acontecer quando a câmera aberta da estudante flagrava a mãe passando por trás, sobretudo quando a aula era assistida na cozinha de sua casa ou, como viemos a descobrir mais tarde, por suas filhas e filhos, já que há muitas estudantes que são mães e que vivenciaram a pandemia driblando triplas jornadas (de estudo, do cuidado da casa e de crianças, de trabalho).

Mesmo hesitantes em algumas ocasiões, fomos mapeando o território, desviando daquilo que supúnhamos se tratar de campos minados, derrubando e também erguendo fronteiras e, sobretudo, tentando criar conexões, decifrar seus contornos, tracejar um destino comum dentro de um campo tão virtual. Na verdade, podemos antecipar que nossos receios não se concretizaram. Mesmo que algumas discentes discordassem do debate, sobretudo no que dizia respeito às pautas LGBTQIA+, isso não foi motivo para que um campo de batalha se colocasse entre nós. Na realidade, apostar na relação com as estudantes, mesmo a distância e com as ferramentas que estavam à disposição, constituiu nossa estratégia feminista, mesmo sem sabermos o que poderia existir do outro lado da “claridão”.



Construímos um plano de curso que desse base para a importância da indissociabilidade entre vida, teoria e prática e, de certa forma, os textos tinham como função servir de inspiração para ler a própria vida. As nossas programações de gênero (PRECIADO, 2018) funcionaram como um inventário memorialístico que se encarnava nas palavras de autoras e autores como Paul Preciado, Conceição Evaristo, Gloria Anzaldúa e bell hooks, que, por sua vez, também faziam seus próprios inventários e experimentações a partir do relato de suas histórias. Não tínhamos olhos para quem olhar, então utilizamos da escrita como possibilidade de intimidade, de vínculo; a escrita não como um engessamento, um trabalho forçado, mas como potência, carne, libertação. Passados alguns meses do término da disciplina, um dia encontramos, em nosso correio eletrônico, uma mensagem que, afinal, nos serviu de fita métrica:



Boa tarde, professora, tudo bem? Espero que sim...

Passando aqui pra dizer como sinto saudades das suas aulas, das cacografias, dos risos, da leveza que ela nos proporcionava, ela deixou meu período mais leve, **que saudades de escrever, que saudades de ser eu!** Espero que esse período seja cada vez melhor e que os colegas de curso aproveitem cada momento e minuto como único.

Um grande beijo pra Quésia também, sinto falta dela também.

Se cuida, um abraço apertado.

Att, L.M. (aluna da disciplina do turno da manhã no período passado).

(E-mail recebido em 15 jul. 2021, grifos nossos).

Nesta carta, gostaríamos de desenvolver um pouco mais uma reflexão sobre as palavras desta aluna, que articulam a saudade de escrever com a saudade de ser ela mesma, uma vez que sabemos que a Academia masculinista, historicamente, extirpou a possibilidade de que nossos rostos estejam esculpido em nossas escritas, como ensina Gloria Anzaldúa (2000), produzindo um grande esquecimento de nós mesmas. Colegas de luta feminista, neste ponto, devemos dizer o quanto o nosso projeto de Educação é um exercício contínuo, por vezes solitário, de produzir uma Educação que encante. Têm nos ajudado a pensar neste tipo de Educação os escritos de autores como Luiz Rufino e Luiz Antônio Simas (2020), para quem uma prática educativa descolonizadora estaria muito implicada com atos de desaprendizagens.

De acordo com os pesquisadores, *incantare* significa o canto que enfeitiça. Nisso, ligam essa ideia de que encantamento pode estar vinculado a outros modos de existir e praticar o saber. Ora, isso nos interessa – e muito! As teóricas feministas já diziam isso, com outras palavras, ao problematizar o quanto a produção de conhecimento é sexista e misógina. Então, podemos dizer que



nossa principal atividade – ou poderíamos dizer barricada? – tem estado muito alinhada aos desarranjos que podemos produzir em nossas práticas dentro da sala de aula e em nossas políticas de escrita. Nós temos dialogado com quem quer que seja que nos traga possibilidades contra-hegemônicas para sustentar nossas ações dentro deste espaço.

Em *Vence-demanda*, Luiz Rufino (2021), ao defender a ideia de desaprendizagem como ato de rebeldia, diz que desaprender é um ato político e poético diante daquilo que se veste com as roupagens de um saber único. Confessamos a vocês, amigas de caminhada, que talvez essa ideia seja o suprassumo da desobediência acadêmica, no nosso entendimento.

Ao falar do destronamento dos saberes, Rufino (2021) chama pelo trabalho de memória e resgate da ancestralidade como possibilidade de cura, afinal, para ele, a descolonização será sempre uma batalha e uma cura. Vocês já imaginaram pensar a sala de aula como lugar de cura? Já temos autoras falando sobre isso, como nossas companheiras Bruna Battistelli e Luciana Rodrigues em *Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana* (2021).

É importante lembrar que, neste relato, as autoras mostram o modo como conseguiram driblar os sufocamentos produzidos na Universidade – seja por uma escrita dita culta ou uma performance



de erudição na hora da fala –, trazendo para dentro desse lugar, do modo como puderam, seus corpos não conformados com essas exigências. Corpos-inconformados: é disso que precisamos.

Por incrível que pareça, nesses semestres remotos, tivemos estudantes de outras disciplinas, além desta de Gênero, dizendo que nossas aulas auxiliaram a superar processos de luto familiares. Na disciplina de Psicologia da Educação, uma estudante envia uma mensagem dizendo: “Suas aulas foram como abraços”. Concordamos com Rufino e Simas (2020) quando nos dizem que conhecimento é autoconhecimento. Não aceitamos que nossos textos não consigam deslizar sobre os corpos de nossas alunas, enlaçá-las num vertiginoso processo de compreender a vida a partir da Academia e vice-versa. Em *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*, Gloria Anzaldúa (2021, p.144) diz:

Aprender a ler não é sinônimo de aprendizado acadêmico. Pessoas operárias e das ruas podem viver uma experiência [...] e “ler” o que está acontecendo de forma que um/a acadêmica não poderia. Uma pessoa sempre escreve e lê do lugar onde seus pés estão plantados, do chão de onde se ergueu, seu posicionamento e seu ponto de vista particulares.

Queremos, antes de mais nada, dizer o quanto as palavras de autoras como Gloria Anzaldúa nos fortalecem para a nossa



prática. Por isso, acreditamos que escrever esta carta é também um modo de fortalecermos nossa luta, de não estarmos mais nesta empreitada sozinhas. A gente não descoloniza absolutamente nada num vazio social. Voltemos a ela: “Uma pessoa escreve e lê do lugar onde seus pés estão plantados, do chão de onde se ergueu” (ANZALDÚA, 2021, p.144). Por isso mesmo, nosso modo de dar o passo inicial na disciplina deu-se por meio de três ideias: a) a construção de uma espécie de caderno virtual em que as alunas poderiam escrever e interagir; b) perseguir o rastro da artista e doutoranda Aline Daka e a ideia desenvolvida em seu mestrado – *Mulheres caídas: cacografias na educação* –, que, em nossas mãos, transformaram-se nas Cacografias da Memória; c) responder à pergunta inadiável feita por Jota Mombaça (2021, p.61): “como desfazer o que me tornam?”.



A construção de um caderno virtual com as *Cacografias das Memórias*

Cacografia

Fragmento, pedaço, estilhaço ou qualquer coisa considerada como gasta, quebrada, solta, dispersa, ruim, má, menor, maldita, sub, instável, ilegível, ilegítima, invisível. Invisível?

(Aline Daka, *Mulheres caídas: cacografias da educação*).

Companheiras, lendo o noticiário virtual, um dia chamou nossa atenção a entrevista de uma escritora palestina chamada Adania Shibli, em que ela falava sobre o lançamento de seu livro, *Detalhe menor*, em 2021. Ao falar do tipo de romance que uma palestina poderia escrever, levando em conta todos os anos de violência cotidiana vivenciada por seu povo em seu território, a escritora conta que o livro é justamente o resultado de anos de questionamento sobre essa temática. Para ela, um romance tradicional poderia ser equiparado a um homem de terno e, certamente, seu livro não corresponderia a essa imagem, porque sua narrativa se dava a partir das fraturas de seu país. Falando sobre a segunda parte de sua obra, que é dividida em duas, a escritora se contrapõe às narrativas hegemônicas ao explicar que essa parte é narrada por uma mulher. Uma mulher confusa, desorganizada, medrosa. Gaga. Uma mulher que não veste terno nenhum.

De algum modo, pudemos perceber, encerrada a disciplina, que nossa ideia tinha ressonâncias com o modo como Shibli pensa nas roupagens que uma escrita possibilita a partir do lugar que ocupamos no mundo. Certamente, tanto nossa escrita como nossas práticas estão despidas de ternos. Certamente, há dentro dela mulheres medrosas, gaguejantes, que em muitos momentos recuariam, mas que sentem ser seu papel na sociedade um exercício de extremos: de amorosidade e de luta e que, por isso mesmo,



não têm opção senão continuar. Como disse a líder camponesa Margarida Alves, *Medo nós tem, mas não usa*. Tal como nos ensina Jota Mombaça (2021), podemos usar a gagueira como política de enunciação. Nós nos fazemos nas gagueiras e nos engasgos da maquinaria patriarcal que quer nos engolir a voz, nas frases titubeantes e na construção de novos modos de estar neste mundo que, há séculos, vem tentando nos manter caladas.

A mulher que relata a segunda parte do livro de Adania Shibli está com medo de quê, afinal? Ela quer compreender a história da mulher da primeira parte do livro, uma beduína que foi estuprada em 1949, no deserto do Neguev. Para reconstituir essa história, ela terá que percorrer territórios outrora palestinos, agora ocupados por israelenses. Seu medo é justamente de que seu corpo irrompa por alguma fronteira e que isso lhe custe a vida, algo que, de fato, acontece. Isso, contudo, não impede que ela se lance em território hostil. Então, acreditamos que precisamos construir espaços em que possamos falar, escrever, gaguejar, ser nós mesmas.

O caderno virtual foi um arquivo que construímos no Google Docs, inspiradas na experiência que uma de nós teve: participar, como ouvinte, de um projeto coordenado pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luciano Bedin e Simone Moschen, chamado Pesquisa da Escrita: os livros que amamos.



Durante os encontros virtuais, as/os participantes eram convidadas/os a escrever o que desejassem em um caderno virtual, intitulado *Caderno de Lacunas*. O que chamou atenção é que havia muita poesia esparramada pelo *Caderno* e uma produção coletiva que nos agradou e convidou a querer repetir, colocando nossas marcas. Assim, a ideia do caderno era produzir, a partir de fotografias, colagens, imagens, ilustrações, poesias, frases, um grande texto coletivo, em que estudantes poderiam pegar carona na escrita umas das outras, de modo a produzir uma interação ou, como chamamos depois, um burburinho, com vários *sonidos* lançados ao vento.

Esse caderno virtual recebeu o nome de *Cacografias da Memória*, pois, há alguns anos, temos entendido que trabalhar com perspectivas feministas é colocar a memória em relevo, a memória da própria pesquisadora e docente. A ideia das *Cacografias* foi trazida pela ilustradora e doutoranda Aline Daka, que, em um encontro virtual promovido pelo grupo de pesquisa coordenado pela primeira autora, o Núcleo de Estudos em Diversidade e Política (Edis), apresentou seu trabalho de mestrado, intitulado *Mulheres caídas: cacografias na Educação*, a fim de que pudéssemos pensar em pesquisas monstruosas e desobediências epistêmicas, título do encontro virtual (OLIVEIRA; BLEINROTH; SILVA, 2021). Afinal, a autora havia elaborado sua dissertação em formato de história em quadrinhos e, em anexo, colocou a fundamentação teórica.



Para nós, juntar o trabalho de memória com a ideia trazida por Aline Daka sobre os estilhaços e fragmentos, aquilo que é considerado ruim e maldito dentro da Academia, seria um bom modo de descolonizar esse espaço e, sobretudo, os processos avaliativos. Que saudades de escrever e de ser eu, como diz a aluna em seu *e-mail*; é justamente a junção desse ensaio de ir um pouco para as margens do que se considera esperado nos trabalhos acadêmicos. O primeiro convite feito para a escrita no caderno foi justamente responder à pergunta-imagem desenhada por Aline em sua dissertação e que abre a carta que endereçamos a vocês. A pergunta “De onde eu saí/caí?” trazia um convite para que as estudantes se apresentassem, abrindo as páginas que desejassem de seus álbuns de família e mostrando quem elas eram, na tentativa de estabelecer conexões entre histórias individuais e coletivas.

Proximidade, alianças, envolvimento. Acho que era essa tríade que nos guiava nas reflexões que fazíamos durante todo o caminhar com as estudantes. Como criar espaço para que esses elementos estivessem presentes na nossa prática. Como fazer essa caminhada em bando. Acreditamos, naquele momento, que apostar na escrita como ação política era algo que nos ajudaria a desenhar uma prática desobediente, baseada na confiança, no encanto. Não tínhamos o encontro dos olhos, não tínhamos os abraços, mas,



de alguma maneira, criamos, coletivamente, um espaço onde o exercício de “poder ser eu” se fazia possível.

Começamos esta carta dizendo que tem gente que quando diz “eu” está dizendo “nós” e isso tem a ver com pensar a importância da memória enquanto ato coletivo. Em uma fala no contexto de uma ocupação poética organizada pelo Itaú Cultural, em 2017²², a escritora Conceição Evaristo compartilhou alguns dos sentimentos e inspirações que envolveram o nascimento-escrita da obra *Becos da Memória* (2017). A memória das histórias na favela, as escrevivências que fizeram nascer Maria Nova, Maria Velha, Bondade, Tio Totó e toda a trama de tantas personagens de seu livro. No vídeo, a autora caminha devagar pelo território que um dia havia sido a favela de sua infância; em alguma camada dos entres daquele chão estavam enterrados os umbigos, o seu e os de seus irmãos. Se a forma já havia mudado e o projeto de mundo que temos havia lançado sua borracha, apagando ruas, casas e as torneiras d’água das lavadeiras, não conseguira, contudo, apagar as memórias. Então, talvez pudéssemos dizer: memória é onde se enterra umbigo.

Maria Nova, personagem de *Becos da Memória*, “precisa ouvir os outros para entender” (EVARISTO, 2017, p.53). Nas atividades que propusemos, por meio da escrita coletiva, nos aproximávamos das

22 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-DEVLDHaRtQ>.



histórias umas das outras para entender, para aprendermos juntas. “De onde caí/saí?”, essa primeira pergunta mobilizou narrativas diferentes sobre gênero, classe, raça, geração, sexualidades, educação. Pensar/escrever coletivamente de onde viemos e como chegamos ao Ensino Superior, enquanto pessoas cisgêneras, trans, não binárias, homens, mulheres, negras ou brancas, pobres, mães etc. nos convidava a fazer o exercício de contar as histórias mal contadas sobre nós (ANZALDÚA, 2000). Essa partilha de narrativas tão íntimas, por vezes, nos deixou inseguras, mas seguramos nas mãos dessas nossas feministas mais velhas e seguimos.

Audre Lorde (2020, p.107) nos dizia que seu papel enquanto poeta-professora era “encorajar a intimidade e a investigação”. Para ela, “à medida que aprendemos essa intimidade, os medos que nos governam e formam nossos silêncios começam a perder poder sobre nós”. Apostamos nisso e seguimos.



Inventário

[Para ler em voz alta]

Figura 2 - Fragmento, ilustração de Aline Daka



Fonte: DEORRISTT, 2018.

pra ficar bonita tem que sofrer
esse cabelo seu
esse cabelo seu
esse cabelo seu parece bandido. parece
bandido. não tá preso, está armado

ei, olha só...
se entrasse na academia pegaria corpo rapidinho

pegaria – corpo
mas são só um quilinhos

pra ficar bonita tem que sofrer
senta que nem mocinha, senta
ajeita cabelo
passa essa roupa
e olha os modos
um ano de idade, ganhei boneca. boneca maior
que eu
aos seis anos pedi maleta que virava uma
cozinha completa
cozinha completa
e dessa cozinha, eu só saía com meus bebês

eita pressão que sufoca
vai, se afasta das blogueiras magras, se afasta
vai, se afasta
sai fora desse lance de chá emagrecedor-lipo-lad

pra ficar bonita tem que sofrer
encolhe barriga
toma chá
emagrece. só um pouquinho. tu é tão bonita de
rosto

a beleza machuca

(Ressonância poética produzida a partir dos
escritos das estudantes na atividade Inventário
de si – Cacografias da Memória, 2021).



“A poesia faz alguma coisa acontecer” (LORDE, 2020, p.106): este é o título de um dos escritos de Audre Lorde no livro *Sou sua irmã*. A poesia foi a forma como as narrativas trazidas pelas estudantes na segunda parte das *Cacografias da Memória* reverberaram em nós; fizeram algo acontecer dentro de nós e também em nossa experiência de pesquisa, de docência, de vida. Conforme as alunas iam escrevendo no arquivo compartilhado *on-line*, nós íamos retirando dali frases que nos impactavam. Essas frases eram realocadas e coladas novamente – os cacos dos cacos das memórias, agora embaralhados –, se recompondo num corpo-poema, uma ressonância de relatos, frases e sussurros que ficaram ecoando em nós e que, com novas roupagens, transformaram-se na poética do que é ser mulher e homem numa sociedade cisheteropatriarcal e colonial.

Na aula seguinte, os poemas eram lidos em voz alta e compartilhados com o grupo; nascia um comum de todas as histórias em forma de poesia. Apresentamos, acima, uma das poesias que emergiu do exercício que chamamos inventário. Ela ganha vida e pulsa quando a lemos em voz alta. No livro *Testo Junkie* (2018, p.129), Paul Preciado apresenta, em forma de pequenos inventários, alguns dos “códigos semiótico-técnicos” que compõem feminilidades e masculinidades hegemônicas dentro do sistema da diferença sexual. O autor faz esse exercício de compor um



inventário de si, de juntar caco por caco daquelas memórias que, de tanto serem repetidas e reiteradas, foram se tornando verdades. Esse foi o exercício que propusemos enquanto movimento coletivo de desarranjo, de desaprendizagem.

De alguma maneira, intencionamos criar o que Jota Mombaça (2021, p.23) chama de “espaço de exercício ético e reelaboração dos modos de ser vulnerável em grupo”. Proximidade, intimidade, envolvimento. Pela quebra. Dos diferentes estilhaços e cacos de memórias partilhados, nascia uma espécie de desaprendizagem pela quebra. De uma quebra que não se define apenas pelo ato de romper que a quebradura de algo provoca, mas muito mais pelo estilhaçamento, pelo curso da quebra, como sugere Mombaça (2021). Após esse percurso do estilhaçamento, já não teríamos a mesma forma, já não seríamos mais iguais ao que éramos antes, o que poderia abrir brechas para reinvenções de si, para algumas rupturas com as normas hegemônicas que nos formatam. Apostamos na criação de alguma conexão afetiva pelos estilhaços, e não pela busca de qualquer integralidade (MOMBAÇA, 2021). Como nos diz Audre Lorde (2020, p.108) “[...] não há novas dores. Já as sentimos antes. E escondemos esse fato no mesmo lugar em que temos escondido nosso poder”.

Pois é, queridas companheiras, sentimos já ser hora de nos despedir. Vira e mexe, a gente encontra uma parceira pra chamar



de nossa nessa jornada. Esperamos contar com algumas de vocês a partir de agora. Esperamos fazer cada vez mais poemas, mas compreendemos também a necessidade de “cavar boas trincheiras” (LORDE, 2020, p.106) e construirmos, juntas, uma grande barricada feminista. Não sabemos se uma barricada que consiga parar o tempo, como nos sugeriu Jota Mombaça (2021), mas uma barricada que nos permita ver emergir nosso poder coletivo e, sobretudo, nossa liberdade.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres do Terceiro Mundo. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.1, p.229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. **Quaestio – Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v.23, n.1, p.153-173, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2021v23n1p153-173>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DEORRISTT, Aline (Daka) da Rosa. 2018. **Mulheres caídas: cacografias na educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.



EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. São Paulo: Ubu, 2020.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v.38, n.139, p.507-524, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MÃE, Valter Hugo. **As mais belas coisas do mundo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, Érika C.S.; BLEINROTH, Maria Laura M.; SILVA, Yasmin M. Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em Psicologia Social. In: CRUZ, Lilian R.; HILLESHEIM, Betina; EICHHERR, Letícia M. (Orgs.). **Interrogações às políticas**: sobre travessias e tessituras do pesquisar. Florianópolis: Abrapso Editora, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.



SHIBLI, Adania. **Detalhe menor**. São Paulo: Todavia, 2021.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.



Estamos cansadas... E tu? O cotidiano de trabalho de duas professoras universitárias

Bruna Moraes Battistelli

Luciana Rodrigues

Porto Alegre, sol entre nuvens de abril de 2022.

Para uma mulher cansada

Olá,

Ao receber esta carta, esperamos que esteja bem (na medida do possível). Mais do que esperar, desejamos, com nossos corações, que esteja bem e que a vida esteja sendo possibilidade. Sentadas na sala, cada uma em seu computador, te escrevemos, na esperança de que essa escrita nos aproxime. A Lu gosta de escrever com música e, para te escrever, estamos escutando Chico César. Tu conhece o Chico César? Neste momento, está tocando uma música dele chamada “O Amor é um ato revolucionário”, que diz assim:

Quem ama, ao andar cria sua estrada
Em seu voo vê as planícies prazerosas



E no cume das montanhas alterosas
Toca em gozo a rosa viva imaculada²³.

Chico César nos convida à poesia, nos convida a transgredir os tempos de desamor e dor que experienciamos. “O amor é um ato revolucionário”, canta ele, e nós seguimos, embaladas por sua voz, apostando na vida e no encanto, apesar do Brasil (MOMBAÇA, 2021). Apesar do Brasil, ou melhor, apesar do projeto colonial que segue dando certo por aqui (SIMAS; RUFINO, 2020); seguimos vivas e tentando alimentar a fogueira da alegria em nossas almas. Mas estamos tão cansadas que, por vezes, tem sido difícil alimentar essa fogueira.

Para escrever, precisamos de alimentos, daquilo que acalenta a alma e nos permite dançar por entre as palavras. São tempos complicados para quem gosta de dançar, cantar, plantar e germinar. São tempos difíceis para alimentar a esperança de transformação, mas seguimos firmes. Quando recebemos o convite para escrever um capítulo sobre o fazer docente, sobre nossas práticas, sobre como estamos vivendo o tempo presente, pensamos: para quem escrever? Na hora, nos lembramos de ti. Como as coisas estão por aí? Mais do que te ligar, queríamos te contar com calma como o vendaval dos últimos tempos transformou a rotina em tempestades que vêm e vão.

23 “O Amor é um ato revolucionário” pode ser ouvida no link: <https://www.youtube.com/watch?v=vjbOt3cbjrQ>. Acesso em: 2 mai. 2022.



Por aqui, estamos exaustas, o cansaço extrapolou todos os limites possíveis; a sensação é de que vivemos para cumprir prazos e fazer todas as tarefas às pressas. Por vezes, tudo, absolutamente tudo, parece doer. Estamos cansadas de estar cansadas. Tu sabe como é isso? Dormir vendo televisão enquanto a criança reclama que sempre estamos cansadas, trabalhar até de madrugada, emendar reunião ou aula com as tarefas domésticas...

Dói a alma ver nosso país adoecido como está, ver pessoas defendendo a banalização da violência a que estamos cotidianamente submetidas/os. Dói ver que ainda há um número considerável de gente que defende governos de extrema direita que, estrategicamente, vão buscando minuar os recursos materiais e, também, psíquicos de nosso país. Dói o corpo que precisa trabalhar noite e dia: são as tarefas do trabalho remunerado, as tarefas dos trabalhos não remunerados, todas juntas, misturadas, ao mesmo tempo. Qual o tempo que separa lavar a louça do tempo de escrever artigo? Qual é a linha que separa o tempo para planejar uma aula e o tempo de fazer comida? O que pode ser feito no percurso até o mercado?

É Gloria Anzaldúa quem povoa o corpo para nos lembrar que, no cenário de nossas vidas, a imagem/idealização de um quarto onde poderíamos estar sozinhas com nós mesmas para dedicar o tempo não existirá: “escreva na cozinha, tranque-se no banheiro.



Escreva no ônibus ou na fila da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar” (ANZALDÚA, 2019, p.233). Não há tempo sozinha, não há tempo para cozinhar a fogo lento nossas escritas e ideias. A pressa e a urgência são amigas íntimas que nos lembram que ou escrevemos assim, ou não escrevemos. E escolhemos escrever. O privilégio do tempo é companheiro dos homens e das pessoas que não precisam cuidar de crianças pequenas ou pessoas idosas.

Como nos lembra Silvia Federici (2022, p. 262): “a vida cotidiana se transformou, para a maioria das mulheres, em uma crise permanente”. Permitimos uma ressalva ao que nos diz Silvia, pois a colonização tornou a vida cotidiana de mulheres negras, mulheres pobres e mulheres indígenas um cenário de crise permanente: trabalhar, cuidar, alimentar, sobreviver. Elas insistem, persistem e inventam, mesmo que os sistemas de opressão digam que elas não são dignas de uma existência protegida. Quantas de nós estamos exaustas? Quantas mulheres exaustas são medicalizadas em nosso país? A quantas mulheres exaustas o que lhes é ofertado é a desistência de seus sonhos, frente a instituições que não sustentam garantias mínimas de permanência de suas existências nesses espaços?

Não desejamos, aqui, a produção do desânimo, mas sim falar de nossos movimentos em direção a apostas de encantamento



da vida; de uma ética amorosa, e, para isso, precisamos encarar o fato de que estamos cansadas e que esse cansaço é parte de um projeto maior de controle de nossos corpos. Nos querem exaustas para que seja possível o controle de nossas subjetividades e corpos pelas teias do projeto neoliberal, patriarcal e supremacista branco. Somos duas mulheres que partilham o cotidiano da vida, do trabalho docente, do cuidado que nos ofertamos e sustentamos como família e no exercício do cuidado de nosso pequeno (um menino negro). Constituimos uma família LGBTQIA+ interracial – Luciana é uma mulher negra e Bruna, uma mulher branca.

Se, às vezes, parece que estamos no olho do furacão, há também as frestas que vamos criando aqui e ali e que nos ofertam refúgio diante do enfrentamento dos grandes muros que nos envolvem: o racismo perpetrado pela manutenção da supremacia branca, o sexismo e a misoginia que se fortalecem em tempos ultraconservadores, a exploração de classe que vai ganhando outros contornos com a uberização do trabalho e o enfraquecimento das garantias trabalhistas. Se queremos ser pontes (ANZALDÚA, 2021), precisamos derrubar muros. Se queremos ser pontes que ampliam as possibilidades de conexão entre mulheres, homens, crianças, precisamos enfrentar aquilo que nos adocece e nos violenta. Para quem interessa um grande número de mulheres sobrecarregadas, exaustas e medicalizadas? Tu já parou para pensar nisso?



Mulheres negras e mulheres pobres sempre enfrentaram múltiplas jornadas de trabalho e permaneceram, por muito tempo, excluídas do foco do trabalho feminista, que ganhava mais visibilidade. E, aqui, é fundamental compreendermos o quanto, historicamente, para que mulheres brancas da classe média/alta pudessem alcançar suas demandas, como realizar o sonho do trabalho fora de casa, mulheres negras e pobres foram sujeitadas ao trabalho doméstico, com baixa remuneração e vínculos inexistentes ou precários. Como bem nos lembra Françoise Vèrges (2020), para que o capitalismo passe com toda a sua violência, é preciso uma multidão de mulheres subalternizadas que limpem e varram os espaços do cotidiano, garantindo, assim, um mundo limpo para os corpos considerados verdadeiramente “úteis” para esse sistema.



Um dado importante que precisamos salientar e problematizar: nossa produção, nossas práticas têm, efetivamente, feito o quê para deslocar entendimentos hegemônicos sobre o trabalho de mulheres? Como estamos aliançando nossas problematizações com o vivido? Para tanto, vamos instaurar um correio (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021), em que iremos transitar entre cartas (escritas por nós duas ou escritas por uma de nós). Quando escrevermos em dupla, falaremos contigo; quando escrevermos individualmente, estaremos trocando cartas entre nós duas. Escolhemos, assim, abrir nossas cartas para que elas

encontrem outras/os leitoras/es, que possam se identificar com aquilo que estamos oferecendo e que queiram conversar sobre os temas que colocamos em evidência. Portanto, iremos falar sobre o como estamos vivendo e como criamos possibilidades em nossas ações.

Fique bem e nos mande notícias! Saudades!

Abraços,

Bruna e Luciana



Carta 1 – Para Luciana

Está nublado, algum dia do final de abril, 2022.

Minha amada,

Eu queria falar do quanto te admiro e do quanto me orgulho do que estamos construindo de pouquinho em pouquinho, principalmente com o Coletivo bell hooks²⁴, mas, infelizmente, a violência das políticas de dominação vigentes no cotidiano no Brasil estourou em nossas caras e encerramos mais uma semana difícil! Elas têm sido companheiras nos últimos tempos. Quando pensamos que a coisa vai acalmar, algo acontece e nos faz gastar a energia que não temos com a violência que o cotidiano oferece (principalmente a ti). A impotência que me acompanha nessas horas suga as poucas energias que me restam. As dores consequentes das políticas de dominação em toda a sua sutileza e violência atravessam nosso cotidiano. Cada vez mais, fico pensando no quanto pessoas brancas precisam ter consciência de que sua falta de trabalho pessoal

24 O Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado é um programa que oferta ações de extensão para a comunidade interna e externa da Universidade a que se encontra vinculado, o Instituto de Psicologia da UFRGS, sob a coordenação da profa. Dra. Luciana Rodrigues. Atualmente, compõem nosso Coletivo: Bruna Moraes Battistelli (UFRGS); Aline Silva (UFRGS); Diônvera Coelho da Silva (Ufpel); Diângeli Almeida (UFRGS); Tainara Machado (UFRGS); Gabriela Miranda (UFRGS); Jaileila de Araújo Menezes (UFPE); Victoria Menin (UFRGS); Eduarda Ritzel (UFRGS); Sharon Lopes (Ufpel); Rebeca Gomes (UFPE); Bárbara Rodrigues (UFRGS); Nathallia Protazio (UFRGS) e Lucas Machado (UFRGS). Nossos contatos – Instagram: @coletivobellhooks; e-mail: coletivobellhooks.ufrgs@gmail.com.



quanto às suas próprias pactuações com a supremacia branca pesa e traz consequências severas para as pessoas negras com quem convive; as consequências são sempre muito violentas para quem se relaciona com elas. Escrevo esta carta com raiva de quem é pouco consciente de sua própria violência. Conviver com quem, sutilmente, vai reforçando a manutenção da supremacia branca enquanto ideologia dominante nos suga as poucas energias que nos restam ao dar conta das tarefas básicas do cotidiano.

Estamos há algum tempo pensando em como escrever o capítulo sobre nossos trabalhos, sobre o cansaço que nos atravessa, e lembrei como nem para as cartas de amor estamos com tempo. Namorar tem sido uma aventura no meio de tanta pressão do cotidiano: como alimentar o encanto e a intimidade quando as políticas de desamor encharcam algumas relações que nos são cotidianas. Resolvi escrever sobre como sinto o cansaço e como ele vem atravessando nossa vida. Desde que o ano começou, sinto que estamos afogadas em demandas, reuniões, prazos e mais prazos. Terminar a tese não foi fácil e minha falta de tempo, rotina desorganizada por trabalhar de madrugada e dormir poucas horas me deixou distante. Com isso, te confesso que ando cheia de culpa. A lógica cristã de culpa e sentimento de que não somos ou fazemos o suficiente é um mecanismo cruel de controle de nossos corpos e, mesmo estudando sobre, ainda somos capturadas. Nos querem culpadas, nos querem sobrecarregadas e cansadas.



A inspiração desta carta veio de nossa conversa na Páscoa, em que falamos sobre a sensação de estar sempre cansada, de não ter tempo para que as escritas amadureçam em nossos corpos. Se escrevemos, é na pressa; se paramos um pouco, a lista de tarefas por fazer logo ocupa nossa mente; se estamos brincando com a criança, precisamos cuidar para que a culpa por não estar trabalhando não nos pegue. Trabalhar de madrugada e cuidar para não arrastar outras pessoas junto é outra questão que me assombra.

O Apolo reclama com razão e torço para que logo as coisas melhorem. Sei que isso é difícil com a rotina que temos e com a precariedade de vínculos empregatícios que tenho hoje (um contrato temporário em uma Universidade que fica a mais de 12 horas de viagem de distância). Depois dizem que ser professora universitária é fácil! Trabalhamos de forma remunerada e não remunerada, trabalhamos mesmo nos finais de semana, trabalhamos e a sensação é de que nunca damos conta. Eu achei que, com a entrega da tese, eu teria mais tempo para estarmos juntas, para estar com o Apolo, para descansarmos. Muito enganada eu estava, pois não ter um vínculo de trabalho estável faz com que eu gaste energia em dobro: procurar concursos, alimentar as redes de contato, estudar nos tempos que dá, me inscrever em processos seletivos frustrantes que costumam não dar em nada. Tem dias em que dói, tem dias em que eu deveria trabalhar e que sinto minha



energia ser drenada gota a gota. Como resistir em tempos de cansaço extremo?

Sinto que isso tudo vai murchando minha energia vital e fico pensando se o projeto não é esse mesmo: nos drenar a tal ponto que não tenhamos força para reagir, para sustentar a mudança necessária para que tenhamos um outro mundo. Te escrevo enquanto tu faz o Apolo dormir, te escrevo impulsionada pelo início da formação sobre cuidado, escuta e acolhimento que iniciamos pelo Coletivo bell hooks. Te escrevo com a intenção de que possamos ter nossos tempos de respiro e que possamos seguir apostando na vida, mesmo que as políticas de morte e desencanto estejam à espreita, prontas para drenar a energia do erótico e a força da intimidade.

Que possamos fazer das nossas cartas alimento para uma política feminista que encharque a sala de aula, a pesquisa, as atividades de extensão e nossas vidas com amor: aquilo que bell hooks (2019) diz que vem depois da luta, depois do trabalho de transformação e politização necessário para que possamos enfrentar as políticas de dominação a que somos expostas em nossas vidas. Estou ao teu lado e desejo que as pessoas te vejam como te vejo.

Te amo e te admiro!

Um beijo,

Bruna



Carta 2 – Para Bruna

Porto Alegre, um dia ensolarado de abril de 2022.

Querida Polola,

Li tua carta ontem à noite, mas só consegui responder hoje, nessa tarde em que me dou conta de tudo o que tenho que fazer antes que a própria tarde termine. Quando o Apolo chega da escola, é nossa pausa, mas voltaremos ao trabalho depois que ele dormir. Sabe, é difícil esse movimento da gente parar para pensar sobre o que as vozes-pensamento dentro do nosso corpo nos sussurram. Tenho sentido mais sono do que de costume nessas noites em frente ao computador e, ainda que tenho feito a leitura de tua carta perto da meia-noite, me peguei pensando que não deveria sentir sono, algo como “vou ter que ir dormir”, num tom de recriminação – como se isso fosse um ultraje... Talvez seja mesmo, dentro desse mundo governado por políticas de dominação, como aprendemos com bell hooks (2019). Para que mesmo dormir, né? Me diz, como o efeito deste mundo permeado pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo não vai ser exatamente tentar produzir culpa e impotência sobre nossos corpos?

Ao me tornar mãe, eu pensava sempre que, quando meu filho tivesse lá pelos quatro anos, eu conseguiria dormir mais,



não precisaria amamentar e acordar tantas vezes para atender ao chamado dele na madrugada, nem precisaria seguir trabalhando para além das duas da manhã. E, sim, hoje, ele dorme a noite toda, mas eu continuo precisando atender às demandas de trabalho que, durante o dia, disputam tempo de cuidarmos do pequeno e da casa, tudo acontecendo, inclusive, dentro da nossa própria casa – efeitos de uma pandemia de Covid-19. Hoje, somos duas cuidando de nossa família, casa e trabalho e, ainda assim, tem dias em que parece que não vamos dar conta; dias em que tu me diz que acha que não vai aguentar; dias em que seguro o choro porque não quero preocupar nosso pequeno, nem a ti.

São muitos dias em que me pego pensando como não sentir que vou desabar quando (só para ilustrar um cenário já vivido) presencio colegas ignorar, ou nem se dar conta, do que significa, para nossos corpos, esse cotidiano de ser mãe, com sempre mais trabalho em meio à quarentena, em meio a aulas que acontecem em um canto do quarto. Quem vê o quanto nos equilibramos, de domingo a domingo, na corda-bamba dos fazeres cotidianos, tentando não derrubar nenhum prato, seja do trabalho, seja da responsabilidade que é cuidarmos de uma criança pequena? Uma vez, durante uma reunião *on-line* (no ápice da pandemia, naquele tempo em que a gente não ia nem à pracinha), quando várias pessoas falavam sobre a dificuldade de estar trabalhando no Ensino



Remoto Emergencial (ERE) – que foi a forma que a Universidade encontrou de seguir com atividades de um modo seguro –, coloquei no *chat* um comentário sobre como era difícil estar trabalhando nessa modalidade com uma criança pequena em casa, pois, nesse tempo, as escolas também precisaram fechar. Tu pode imaginar quantas pessoas fizeram algum comentário sobre o que escrevi? Uma só.

Junto ao sexismo e ao racismo que se encarnam nas pequenas e, por vezes, aparentemente mais sutis, práticas e relações da vida acadêmica cotidiana, me pergunto: como evitar mais feridas em minha saúde mental? Como ensinar sobre produzir cuidado e saúde sem atentar para as violências cotidianas? E as violências que recaem sobre o corpo de estudantes? Como reagimos frente a uma estudante mãe e trabalhadora tentando se manter na Universidade? E se essa mulher for uma mulher negra? Se for indígena? Se for uma mulher trans? Como são performadas as relações com os corpos-mulheres na Universidade? A gente sabe, pela nossa e pela partilha da experiência de tantas outras mulheres, que o cotidiano das relações nas instituições por que transitamos é atravessado por inúmeras situações violentas.

Quando decidi entrar como professora colaboradora do programa de pós graduação de que atualmente faço parte, pensei muito no quanto minha carga de trabalho iria aumentar e em



como isso poderia negativar o saldo do meu sono; em quantos enfrentamentos isso iria exigir de meu corpo e o quanto precisaria fortalecer minha coragem para não permitir ser silenciada frente a situações que atualizam o *modus operandi* de uma Academia que ainda carrega, talvez mais do que consiga reconhecer, suas heranças coloniais racistas e sexistas.

Como docente, presenciei outras mulheres (estudantes, professoras e técnicas) e também vivi, em meu próprio corpo, cenas racistas, machistas e elitistas. E, sem nenhuma surpresa, a pandemia parece ter intensificado ainda mais essas situações. É triste perceber o número de estudantes mulheres, mães trabalhadoras que têm compartilhado comigo, seja durante as aulas, seja na escrita de um *e-mail* ou uma carta, sobre o sentimento de cansaço, solidão e o assombro da impossibilidade de permanência no espaço da Universidade (produzido pela falta de políticas efetivas que contribuam para a garantia de suas permanências).

Então, quando me pergunto como continuamos a ocupar espaços acadêmicos, mesmo tendo cada vez mais demandas de trabalho, ouvindo o pequeno perguntar por que a gente tem que trabalhar tanto e não pode brincar com ele; tendo tempo para ver um episódio daquela série que colocamos na lista (em tempos já esquecidos) só no meio do almoço de sábado; insistindo em escrever entre lavar louça, estender e recolher a roupa, me lembro



dessas mulheres que me dizem da diferença que a gente faz em suas vidas ao cruzarmos seus caminhos; me lembro da estudante que chorou, emocionada, porque era a primeira vez que ela encontrava uma professora negra e lésbica e que, ainda, falava e afirmava suas posicionalidades; me lembro da doutoranda que me disse que tinha pensado em desistir, mas depois de cursar a disciplina que eu estava ofertando encontrou caminhos para seguir. Entre essas e outras alegres memórias, me lembro do quanto tenho me sentido uma professora amada por muitas e muitos estudantes com quem vivencio a Universidade.

Então, apesar de tudo, a gente segue. Seguimos juntas e com todas as outras mulheres com quem temos a oportunidade de dar a mão para dançar a ciranda que nos embala e nos convoca a nos cuidar, a cuidar umas das outras; a resistir e exercitar amar como prática de liberdade; a compreender que chorar, às vezes, é desaguar para novas terras em que possamos vir a pisar. Que bom que nós estamos juntas nessas travessias, com admiração, com carinho e afeto mútuos.

Com amor e um beijo,

Luciana



Carta 3 – Apesar do cansaço, nos movemos pelo/para uma ética do amor

Porto Alegre, em meio a uma chuva de abril de 2022.

Querida,

Tá na hora de reagir
Entender que somos gigantes
Ocupar o nosso lugar
Acolher nossas almas
Nunca é tarde pra replantar
Nossa terra é de amor infindo
A semente vai germinar
É assim que a vida é²⁵.



Esses versos, cantados por Flaira Ferro, andam em nossos ouvidos. Eles compõem uma música chamada “Germinar”. Sabe quando a música acorda a alma? Essa é uma delas. Se cansaço é um substantivo masculino que se caracteriza por um “estado de fadiga provocado por esforço físico ou mental ou por doença”, germinar é verbo feminista que sonha uma outra forma de ocupar o mundo. O cansaço é isso que impacta nossas vidas, enfraquece a conexão com nossas forças mais profundas, inibe a experiência do erótico, enfim, um poderoso agente de controle sobre nós, mulheres.

25 “Germinar” pode ser ouvida através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=0Vu6THzEgJw>. Acesso em: 02 mai. 2022.

Tu percebe o quanto somos frágeis quando cansadas? Ficamos vulneráveis, nossa atenção já não consegue pousar com cuidado no cotidiano, flutuamos entre prazos e o corpo vai sentindo o mundo com mais violência. Haja imunidade para aguentar! Por aqui, aprendemos a dormir pouco, o que nos deixa sempre com aquela sensação de que estamos trabalhando, mas queríamos estar dormindo. Tem dias em que a sensação é que uma nuvem nos acompanha e deixa tudo um tanto nublado. Enxergar, ouvir, sentir, escrever, pensar, tudo fica nublado. A teimosia nos acompanha e, com ela, seguimos escrevendo, aliançadas com Gloria, que nos lembra: “Na escrita coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo” (ANZALDÚA, 2019, p.89).

Se respondemos aos *e-mails* que recebemos, ficam para trás as mensagens no Whatsapp; se lemos um texto, faltam os planejamentos da semana ou a correção de trabalhos; um cobertor curto que puxamos de um lado e de outro. Nascemos imensidão, mas o capitalismo neoliberal supremacista branco heteropatriarcal vai nos encolhendo de pouco em pouco, nos colocando em formas que diminuem nossas possibilidades de existir. Nos colocam em formas (pequenas, quadradas, limitantes), para que não nos esparramemos.

Nascemos imensidão
Perdemos a conexão
Pela doença de ouvir
A voz da falsa razão



Flaira Ferro, emprestando sua voz e seu corpo a “Germinar”, segue reverberando em nós. Germinar é um ato de amor, de acolhimento e de esperança. Luciana gosta das árvores, das plantas, das sementes e, com a nossa mudança de casa, ela vem conseguindo ampliar seus jardins internos, uma atividade que acalma o coração. Germinar é um ato contra-colonial, pois exige tempo, paciência e um cuidado que nada combina com a pressa neoliberal.

Para nós, germinar é um verbo que combina com as apostas que bell hooks (2021) faz: germinar uma política de amor em um mundo sustentado pelo desamor. Enfrentaremos os sistemas de dominação apostando no amor como possibilidade e ato político. Para nos mover contra a desumanização a que alguns corpos estão submetidos de forma mais intensa que outros, precisamos, radicalmente, nos movimentar para transformar nossas práticas cotidianas.

É tempo de transformação e, para isso, precisamos aprender a germinar amor entre nossas relações. Sempre que falamos de amor a partir dos ensinamentos de bell hooks, há alguma pessoa desconfiada que nos olha como se nossa conversa não fosse séria, como se não fosse coisa de psicólogas-professoras-pesquisadoras falar do exercício do amor.

Nos movimentamos a partir de um projeto de mundo feminista, gestado a partir dos ensinamentos de bell hooks, que plantou, ao longo de seus livros, uma ideia de mundo comunitário



pautada na constituição de uma política do amor. O exercício de uma ética amorosa não é simples; a autora nos lembra que, para esse trabalho, precisamos suportar os conflitos que haverão de surgir, entender que o trabalho na/com a diferença é algo que, por vezes, vai nos mostrar mais divergências do que convergências e que precisamos enfrentar esse processo para que, quem sabe, consigamos abrir mão da dominação como forma de se relacionar umas/uns com as/os outras/os.

Quando bell hooks nos convida para pensar o amor, nos sentimos tocadas por uma teórica que escreve para movimentar processos de cura. A teoria que acionamos nos cura ou serve às políticas de dominação? A cura, aqui, não tem a ver com o investimento em processos psicoterapêuticos, mas sim com movimentações pessoais de transformação para enfrentar a potencial opressora que mora em nós e acalantar a potencial vítima que nos habita. Cura tem a ver com o caminho que percorremos para a transformação social que, como aprendemos com hooks, está ligada à transformação pessoal que vamos constituindo a partir da politização do eu, da nossa vida cotidiana, dos nossos fazeres e de como vamos aprendendo a viver e sentir o mundo de forma mais consciente (HOOKS, 2019).

Se o amor é um gesto composto, também, pela responsabilidade – ato que se concretiza em nossas ações –,



nos movimentamos na Academia (e em nossas vidas) tentando encarnar essa responsabilização no miúdo do dia a dia. Portanto, no modo como acolhemos nossas/os estudantes, como produzimos pesquisa, como vivemos nossas vidas. Se anunciamos nosso cansaço e desamparo é para ofertar a outras mulheres, que o sentem como nós, que elas (assim como tu) não estão sós, que isso que elas sentem é sentido aqui também – experiências de um duro contemporâneo que exaure as mulheres como projeto de controle dos corpos. Precisamos legitimar aquilo que nos passa, incluindo legitimar aqueles sentires que nos são angustiantes e desagradáveis e entender que eles não são “falhas” individuais, como querem nos fazer acreditar. Sentir, conscientemente, é um gesto de amor-próprio em tempos que nos querem anestesiadas/os.



Mas precisamos trabalhar para sermos amadas (HOOKS, 2019), pois é assim que criamos uma cultura de celebração da vida (de nossas vidas) e do que temos a oferecer. Arremangue as mangas, tire os sapatos, coloque uma roupa confortável, não dê atenção ao que falam sobre como tu se veste, sobre teu corpo, sobre a forma como tu vive teus afetos. Ligue uma música, acenda um incenso, regue as plantas, passe a mão no animalzinho de estimação, monte um móvel, faça a faxina da casa, enfim, estique os tempos daquilo que possa te ofertar cuidado a partir das atividades que lhe dão prazer, que permitam que teu corpo vibre. Leve para tua sala de

aula essa sensação e compartilhe com tuas/teus estudantes esse desejo por mais.

Merecemos mais, merecemos uma vida onde podemos ativar as forças do erótico e vivenciar a experiência do gozo (LORDE, 2019). Quando Audre Lorde nos convida aos usos do poder do erótico, ela nos convoca a olhar nossos cotidianos e entender como somos drenadas psiquicamente, como somos socializadas a acreditar que não podemos, que não merecemos. “O erótico é um recurso intrínseco a cada uma de nós, localizado em um plano profundamente feminino e espiritual, e que tem firmes raízes no poder de nossos sentimentos reprimidos e desconsiderados” (LORDE, 2019, p.67). A autora nos lembra que as forças de opressão precisam corroer as fontes de poder das populações oprimidas; forças essas que, de acordo com Lorde, poderiam fornecer energia necessária para as mudanças.

Quando tu sai esgotada daquela reunião de equipe em que o racismo e o sexismo fizeram do teu corpo alvo; quando tu sai com vontade de desistir daquela aula que não fez sentido e em que a professora foi desnecessariamente violenta contigo; quando tu não percebe sentido naquilo que produz, pois os ataques ao teu trabalho são intensos e deliberados; quando tudo isso te acontece, tua força mais profunda é drenada e oprimida. Quanto mais subimos na cadeia hierárquica universitária, mais nos ensinam a suspeitar do erótico



(LORDE, 2019) e corremos o risco de passar esse ensinamento para nossas/os alunas/os; o como tu sente, o como tu vive é matéria de tua sala de aula, de tuas pesquisas. O erótico, nos lembra Audre Lorde, é uma força que “não diz respeito apenas ao que fazemos; diz respeito à intensidade e à completude do que sentimos no fazer” (LORDE, 2019, p.69). Sabe aquela sensação que sentimos quando fazemos algo que “erica” a alma toda? Aquela sensação de prazer intenso que envolve nosso corpo como uma onda do mar? É dessa sensação que ela nos fala.

Como professoras, temos a obrigação de ensinar as/os estudantes que o ensino precisa ser encarnado, vivo, e que a sala de aula também é espaço de cura. Por isso, uma pergunta importante de nos colocarmos é: a sala de aula, os artigos que escrevemos, os textos que ofertamos, as informações que compartilhamos estão aliançadas com a ativação do erótico ou com o estado de desencanto que percorre o mundo nos dias atuais? A professora não é uma terapeuta, mas sua prática, quando orientada pelos usos do erótico, pelo engajamento crítico, pela transformação social e desejante de uma ética do amor, movimenta processos de autorrecuperação (HOOKS, 2017; 2019).

hooks afirma que “quando mulheres e homens compreendem que o trabalho de acabar com a dominação patriarcal é uma luta enraizada no desejo de fazer um mundo onde todas as pessoas



possam viver de forma completa e livre, então, sabemos que nosso trabalho é um gesto de amor” (HOOKS, 2019, p.71). Assim, amor não é entendido como um sentimento, mas como ação, gesto comprometido com o crescimento pessoal/espiritual de nós mesmas/os e das/os outras/os (HOOKS, 2020). O amor é aquilo que podemos encontrar do outro lado do processo de politização do eu, quando enfrentamos as maneiras como dominamos e somos dominadas/os (HOOKS, 2019); é aquilo que funciona como força de mediação para que não venhamos a quebrar ou desesperar no processo de transformação. Flexibilizar prazos, acolher crises de ansiedade, ouvir as dores que acompanham as/os estudantes passam a ser parte de nosso trabalho como docentes; não há como sermos professoras de Psicologia sem ouvir e acolher as/os estudantes em sua inteireza.

Quando nos organizamos em coletivos, como o Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado, é pela aposta de que, juntas, construímos um espaço amoroso para habitar a Universidade e resistir aos processos que nos adoecem quando insistem na reprodução de sistemas de dominação machistas, racistas e de exploração de classe. Nosso comprometimento cobra um peso; sabemos que não nos posicionar já não é escolha e que precisamos nos fortalecer para suportar o ataque de forças que agridem, principalmente, mulheres negras. O amor, dessa forma,



é transformação política em que “o sonho é um mundo onde o reconhecimento da mutualidade e da interdependência seria o *ethos* dominante” (HOOKS, 2019b, p.157). O caminho para o amor é longo e coletivo; bell hooks (2020) nos diz que não há possibilidade de vivermos ele isoladas/os. “Foi sua falta que me fez saber o quanto ele é importante” (HOOKS, 2020, p.21).

Você já foi tocada pelo amor em sua vida? – essa é uma pergunta que arriscamos a nos fazer e te fazer, pois acreditamos que, como psicólogas, precisamos agir a partir de uma ética do amor, mesmo diante das improbabilidades (HOOKS, 2020). Quando te escrevemos esta carta, é na intenção te de convidar a estar conosco nesta ciranda, de que você possa construir para si espaços de cuidado por onde anda e que entenda que o amor é possível, trabalhoso, mas possível, pois tem a ver com processos de responsabilização cotidianos, pactuados e trabalhados no laço do miúdo do dia a dia. As improbabilidades nos acompanham: governos ultraconservadores de direita, aumento das desigualdades sociais, amortecimento de uma parte da população frente às mais diversas formas de violência, violências institucionais que se somam a processos de opressão etc. Uma lista que ocuparia nossas páginas com toda sorte de improbabilidades que tu possa imaginar. Não é um tempo fácil para alimentar o poder que habita em nós e que faz do amor possibilidade, mas resistiremos!



Resistiremos aquecendo nossas salas de aula, projetos de extensão e de pesquisa com cuidado e apostando na responsabilização, por nós mesmas e pelas outras pessoas à nossa volta. Sabemos que não mudaremos o mundo, mas vamos, de pouco em pouco, mudando nossas relações. Mulheres como Gloria Anzaldúa, Audre Lorde e bell hooks nos convidam a viver aquilo que deixaram como oferta em seus textos e livros. Nos arriscamos quando escolhemos esse caminho, através do exercício daquilo que as autoras nos convidam a praticar, mas nos sentimos gratas pela coerência que ele nos oferta.

Não se intimide com as caras feias e de desconfiança que irão surgir com as mudanças que tu vai experimentar. Mulheres que sentem, que resistem, que insistem em insurgências cotidianas causam medo. Dance, apesar das improbabilidades, e nos escreva tuas histórias e memórias desse tempo que vivemos. Sua última carta nos deixou muito alegres, sentimos tuas danças em nós!

Um abraço afetuoso,

Bruna e Luciana



Referências

ANZALDÚA, G. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. In: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Orgs.). **Histórias das mulheres, histórias feministas**, v.2. São Paulo: Masp, 2019. p.85-94.

BATTISTELLI, B.M.; OLIVEIRA, E.C.S. Cartas: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Currículo sem Fronteiras**, v.21, n.2, p.679-701, 2021.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e as políticas do comum. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 6.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.



LORDE, A. **Irmã *outsider***: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, A. A poeta como professora, a humana como poeta, a professora como humana. In: LORDE, A. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. São Paulo: Ubu, 2020.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SIMAS, L.A.; RUFINO, L. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

VÈRGES, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.





Cartas do fim

Violências institucionais
em tempos de pandemia



Uma carta de raiva e de amor

Simone Maria Hüning

Marília Silveira

Milena da Silva Medeiros

A quem nos violenta;

Às outras de nós, que também são violentadas.

Estamos no planeta Terra, estamos no Ocidente, estamos na América Latina, estamos no Brasil, estamos no Nordeste. Estamos na Universidade pública. Estamos no campo das Ciências Humanas, em diversos espaços institucionais vinculados à Psicologia. Nessas instituições, muitas pessoas acreditam que imperam as políticas de inclusão e diversidade. Muitas creem, ingenuamente, que há nelas um debate maduro e enfrentamentos efetivos em relação a questões como racismo, sexismo, capacitismo, violências de classe, gênero, sexualidade, transformação social e por aí vai. Afinal, estamos em espaços que afirmam promover uma educação crítica, ética e política vinculada à promoção da cidadania.

Hoje, escrevemos movidas pelas raivas que vivenciamos nesses lugares, onde somos constantemente violentadas e



convidadas a calar, a engolir seco. Afinal, se falarmos, viramos encrenqueiras, agressivas, desagregadoras... Glória Anzaldúa (2021) chama de “as mulas de Tróia” essas que, assim como nós, foram educadas e assimiladas nas Universidades. Essas que não deveriam(os) estar aqui, ou estas, ainda, que poderiam(os) estar, desde que condicionadas à docilidade de jamais erguer a voz (HOOKS, 2019), jamais se posicionar contra a ordem (branca, racista, patriarcal e capacitista). E, quando nos posicionamos, nos convertemos no que Sara Ahmed (2022) chama de “feministas estraga-prazeres”: “É como se seu [nosso] objetivo fosse causar problemas, atrapalhar a felicidade das outras pessoas por causa da própria infelicidade” (AHMED, 2022, p.69). Eles (e elas) dinamitam sobre nós seus discursos não sustentados nas próprias práticas, suas retóricas e sua teoria branca, colonial e sexista. A caneta e a voz mais alta e grave nos silencia e exaure cotidianamente. “A caneta é a espada que nos faz prisioneiras de guerra em fábricas de mentes intelectuais. Mas nós estamos aprendendo a manejar a caneta” (ANZALDÚA, 2021, p.187).

Estamos aprendendo a usar a caneta, ainda que saibamos nunca estar confortáveis. “Penso que nunca estarei confortável/ enquanto aqui estrago tudo/ torno este território de arte/ um território de luto /a folha é branca e eu sou preta”, diz Luciene Nascimento (2021, p.103), em seu livro *Tudo nela é de se amar*.



Nunca estaremos confortáveis, mesmo que, durante algum tempo, tenhamos pensado estar. A folha é branca e somos mulheres. A norma é branca, cisgênera, heterossexual, colonial e sem deficiência. Nós, de alguma maneira, desviamos da norma. Desobedecemos às regras. Somos monstruosas e desobedientes, como definem Érika Cecília Soares Oliveira, Maria Laura Medeiros Bleinroth e Yasmin Maciane da Silva (2021). Insubordinadas, reunimos as forças das nossas histórias para contar como tem sido viver a Universidade e outros espaços acadêmicos em tempos de pandemia, afinal, aprendemos a manejar a caneta.

Aqui, somos muitas. Somos estudantes, professoras, colegas, profissionais. Aqui, somos brancas; aqui, somos negras. Somos lésbicas, somos hétero, somos bissexuais. Nascemos e crescemos em diferentes lugares deste país. Ocupamos diferentes lugares institucionais. Temos 20, 30, 40 anos, mais ou menos, e quando somos, cada uma dessas é diferente. Não é a mesma coisa estar em cada uma dessas posições. Algumas nos deixam mais expostas, mais fragilizadas. Entendemos essas diferenças, mas aqui também aliançamos e nos juntamos para contar, nesta escrita conjunta, um pouco do que compartilhamos, convictas da necessidade de registrar, nomear e escancarar a raiva produzida por violências vividas, como forma de construir fortalecimento e enfrentamento dessas situações.



Compartilhar experiências e espaços, atentando para essas diferenças, nos permitiu dialogar e somar nesta escrita. Ao falarmos como um nós, nos amparamos. Como afirmam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, este encontro tornou possível “que nos tornássemos fluentes na linguagem da interseccionalidade uma da outra, nas maneiras de encaixar as coisas, na perspectiva e na percepção uma da outra” (COLLINS; BILGE, 2020, p.11). É a partir desta linguagem que nos lançamos nesta fala que é “poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições” (COLLINS; BILGE, 2020, p.11).

“A realidade pública e as estruturas institucionais tornam concreta – real – a opressão do espaço privado” (HOOKS, 2019, p.25. O medo da raiva que sentimos – por viver, cotidianamente, essas opressões – não nos ensinou nada, como diz Audre Lorde (2019), apenas nos fizeram ficar em silêncio. “A culpa e a postura defensiva são tijolos em uma parede contra a qual todas nós nos chocamos; elas não servem ao nosso futuro” (LORDE, 2019, p.156). Escrevemos para fazer memória viva e partilhada também entre companheiras de outras Universidades. Escrevemos para fazer frente a um futuro possível, mas não há futuro possível sem reconhecer as nossas dores. Vilma Piedade (2017) nos oferece um conceito para essa partilha dolorosa: “A Dororidade se instaura e percorre a trajetória vivenciada por Nós, População Preta e, aqui, em especial, Nós –



Mulheres – Mulheres Pretas. Brancas, de Axé, Indígenas, Ciganas, Quilombolas, Lésbicas, Trans, Caiçaras, Ribeirinhas, Faveladas ou não” (PIEDADE, 2017, p.19).

Vivemos dores comuns e outras singulares, mas que ressoam em nossos corpos-mulheres. Escolhemos, neste texto, começar pelas dores e pelas raivas que movimentaram nosso encontro, para ver que esperança possível construímos na partilha dessas histórias. Aqui, fazemos e partilhamos memórias a que outras de nós poderão recorrer e saber que, um dia, foi possível narrar num livro acadêmico o que vivemos em espaços acadêmicos. E, se foi possível uma vez, todas as outras serão possíveis também. Portanto, aqui, não narramos apenas nossas dores, mas também cantamos e fazemos dançar esperanças, produzindo rupturas e outras possibilidades de existir.

Há algum tempo, nos levantamos, nos unimos, erguemos a voz e sustentamos enfrentamentos contra opressões dentro e fora da Universidade. Enfrentamentos que tornaram a nossa vida institucional complexa e marcada por cicatrizes de golpes contínuos, alguns mais, outros menos explícitos, mas quase todos naturalizados neste lugar. Neste texto, nos reunimos em aliança para escrever e falar, como fizemos durante toda a sua produção. “Escrever e falar para curar nossas feridas (essas dores causadas pela dominação e exploração e opressão) – para nos recuperarmos e conscientizarmos” (HOOKS, 2019, p.26). Escrever para fazer de



nossa raiva matéria de produção de novas consciências, de outros mundos possíveis. Mundos em que nossas dores e raivas, advindas do ódio derramado sobre nós em cada situação de opressão cotidiana, se tornem sementes de insurreição para outras de nós.

Para que a teoria possa nos ajudar, é preciso que ela nos alcance naquilo que nos constitui como sujeitos éticos, que nos transforme subjetivamente. Esta é, também, a força que encontramos em cada uma dessas mulheres que lemos e com quem escrevemos aqui. Elas não nos dão apenas ferramentas teóricas, elas nos alimentam ética e politicamente.

Escrevemos esta carta endereçada a quem nos violenta, mas também a outras mulheres, essas que são muitas, como nós. Livremente inspiradas em fatos reais, nos permitimos a liberdade de ficcionalizar nossas vidas e falar de nosso dia a dia, contando um pouco (apenas um pouco), de situações e violências vividas por nós em diferentes espaços acadêmicos por onde transitamos, mas também experiências vividas por outras mulheres e encontradas em histórias ouvidas e lidas que trazemos para compor esta escrita conosco. Nos aliamos a Aline Kelly da Silva (2022), ao afirmar que apresentar uma história como ficcional está próximo “ao que Conceição Evaristo (2018) fala no livro *Becos da Memória*, quando ela diz que a ficção não se opõe à realidade, o que chamo de ficcional, portanto não é algo falso ou não verdadeiro, mas algo



que se entrelaça com a nossa realidade”. Silva (2022, p.32) também refere o uso do termo ficcional “no sentido evocado por Patricia Hill Collins (2019) em seu livro *Pensamento Feminista Negro* quando aponta os usos da literatura por mulheres negras estadunidenses para enunciar experiências silenciadas no meio acadêmico”.

Trabalhamos com a ideia de que a ficção, a partir de bell hooks (2019) e de Luciana Rodrigues e Aline Kelly da Silva (2021), pode ser considerada “uma transição do silêncio à fala” (RODRIGUES; SILVA, 2021, p.44). Cada palavra e situação relatada foi vivida cotidianamente por nós e por outras mulheres que nos emprestaram suas experiências. São situações que se repetem de novo, de novo e de novo e, certamente, são vividas por muitas outras, em outros lugares, momentos e condições. Elas também falam, nesta carta, pelos registros e partilhas que nos deixaram e autorizaram a contar. Violências corriqueiras banalizadas no funcionamento institucional. Ao mesmo tempo em que fazemos desta escrita uma denúncia, trazemos interrogações sobre como essas situações se sustentam a partir de uma rede de alianças e pactos de proteção entre pessoas que não querem perder seus privilégios. E constatamos, com tristeza, que, muitas vezes, quem nos violenta são elas, mulheres que preferiram a aliança com o patriarcado branco, e elas, às vezes somos nós. É que “custa caro



não participar: você se torna o problema” (AHMED, 2022, p.66). Há privilégios difíceis de largar.

Se a repetição das violências é a marca de nossa experiência e se encontra com outras tantas, nesta carta, a repetição será também “palco de uma educação feminista”, como afirma Sara Ahmed (2022, p.29). Aqui, não escrevemos por desespero, mas para sinalizar que estamos atentas e que, se do lado de lá fazem alianças que nos violentam, de nosso lado, elas também se constroem e são potentes para sustentarmos nossos enfrentamentos. Neste momento, lembramos Harriet Ann Jacobs, que, ao escrever sobre sua experiência como mulher escravizada, publicada pela primeira vez em 1861, afirma que não o faz querendo atenção ou simpatia e que “teria sido muito mais agradável não falar sobre minha história” (JACOBS, 2021, posição 66), mas explica que a experiência permite compreender um pouco a condição em que viveram aquelas mulheres, em sua intensidade, sordidez e horror.

Assim como Harriet, Kehinde, uma mulher africana capturada e escravizada ainda criança, batizada no Brasil como Luísa Gama, se vale da escrita, rompendo com a interdição que lhe era posta sobre a escrita e a leitura, se fazendo autora da narrativa de sua própria vida. A história, que se inicia em 1810 e é reconstruída por Ana Maria Gonçalves (2006), a partir de manuscritos deixados por Kehinde, assim como a obra de Harriet Ann Jacobs, nos toca – e



mencioná-las é reconhecer a relevância de suas narrativas, ainda mais marcadas quando consideramos sua condição e tempos vividos. Essas mulheres já sabiam que sua escrita podia cortar.

Se, hoje, nossa posição de mulheres livres não se compara à vivida por elas e aos horrores que narram, com elas e tantas outras com quem dialogamos, nesta carta, aprendemos a importância da escrita nesse compartilhar e alcançar outras mulheres. Elas nos lembram sempre que não é de agora que é preciso escrever, escrever e escrever para nomear e dar existência ao que vivemos e que isso é, entre outras coisas, um ato de coragem. Então, preste atenção no que temos a dizer: você, homem, mulher, cis, trans, não binária, com ou sem deficiência de alguma forma, certamente está aqui neste texto também.

Você já reparou que, no ambiente acadêmico, o lugar está sempre dado? A palavra deles é quase sempre inquestionável? Eles falam a verdade, nós exageramos. Quando levantamos a voz, somos loucas. Se respondemos à altura, somos agressivas. Ao fazê-lo, tentam nos silenciar. Quando nos emocionamos, somos frágeis. Se choramos, somos diagnosticadas com “fragilidade psíquica”. Quando nos posicionamos contra eles, insistem, mesmo sabendo que tudo aquilo que vem de insistência depois do primeiro não, em qualquer circunstância social, especialmente quando marcada pela hierarquia, é assédio.



Estendemos, aqui, a você que nos lê, o alerta recebido de Sara Ahmed (2022): “até mesmo descrever algo como sexista ou racista, aqui e agora, pode lhe causar problemas. Se você identifica estruturas, dizem que é coisa da sua cabeça. O que você descreve como algo material é desdenhado como se fosse algo mental” (AHMED, 2022, p.20). Nesse caminho, aprendemos que narrar é justamente o que dá materialidade ao vivido. Com esta premissa na mão e com a nossa caneta afiada, escrevemos, pois “as ideias feministas são aquilo que criamos para dar sentido àquilo que persiste” (AHMED, 2022, p.29).

Você já pensou que quem está na posição de poder, quem está em conformidade com as coisas, não precisa erguer a voz? “Você é muito raivosa, precisa se acalmar”, nos falam. Como é fácil manter a calma e a elegância quando as coisas estão garantidas! Quando denunciemos violências, somos acusadas de condenar os abusadores na partida e sem direito de defesa. “Precisamos ouvir a versão dele”, dizem. Nos falam que não podemos entrar na lógica do “cancelamento”. Mas nos cancelam, se não puderem nos controlar. Nunca nos cabe o papel de juíza, mas a eles sempre cai bem o lugar de inocente. “Todo mundo é inocente até que se prove o contrário”, mas essa lei vale apenas se você for homem e branco. O cuidado e a solidariedade não são dirigidos igualmente a todas as pessoas. Se for mulher e negra, será questionada. “Agora, tudo é abuso,



tudo é machismo, tudo é racismo, tudo é assédio, não se pode mais falar nada, mas, olha, nós somos amigos...” – escutamos antes de começar a falar, e depois também. Nossa voz negra é sempre convocada a falar do lugar de educador, mas nunca de denúncia. É preciso ensinar o que é racismo, mas silenciar perante o racista.

A verdade é que não há muita novidade no que dizemos. Sabemos disso. Muitas já escreveram e denunciaram cotidianamente essas violências. “Em alguns momentos tenho a impressão de que já vivi isto e que já escrevi estas mesmas palavras, mas compreendo que não sou eu, mas outra mulher, que escreveu nos seus cadernos para que eu viesse a servir-me deles” (ALLENDE, 2011, posição 8921). Então, por que o fazemos mais uma vez?

Talvez porque, para nós, seja a primeira oportunidade deste tipo de escrita/inscrita nos mesmos contextos institucionais em que as violências acontecem. Talvez porque ainda há o que dizer. Talvez porque precisemos vomitar o ódio que nos enfiam goela abaixo no dia a dia da vida institucional. Talvez porque acreditemos que, ao escrever e mais uma vez denunciar o que se vive, possamos nomear e interromper essas violências. E, certamente, porque estamos no momento quente que nos alerta para o inadiável. Nossa juventude potencializa nossa maturidade na elaboração dessas linhas e afetos.

Nos encontramos, agora, confrontadas com questões com que parecíamos viver harmonicamente. A vida parecia “tranquila”



quando as violências não eram nomeadas. Por algum tempo, acreditamos que a Academia nos era acolhedora. As coisas não podem ser como antes? Não! Às vezes, nos perguntamos se era mais fácil existir pacificamente. Mas, como diz a canção, “paz sem voz não é paz”. Talvez, quando nos encontramos, diferentes mulheres, diferentes cores, diferentes idades, tenhamos conseguido construir a potência dessa escrita-denúncia, dessa carta-revolta, de nosso amor e raiva. Escrever sobre o ódio derramado sobre nós nos pareceu o único caminho possível neste presente, quase impossível. É que “escrever funciona [para nós] como uma febre incontrolável, que arde, arde, arde... [...] Escrever é uma maneira de sangrar” (EVARISTO, 2016, p.108-109). Nossa caneta-navalha corta e também nos faz sangrar.

Como afirma Sara Ahmed (2022, p.26), “as que chegamos a uma instituição acadêmica que não foi moldada por ou para nós agregamos conhecimentos e mundos que de outra forma não estariam aqui”. Nesse processo, nossas experiências vividas no corpo, na pele, que se repetem, se tornam “um recurso para gerar conhecimento” (AHMED, 2022, p.26). Em algum momento, nos fizemos acreditar que a Universidade seria um espaço acolhedor para nós. Por algum tempo, não nos demos conta de que o acolhimento estava condicionado à subserviência. Ele seria um pouco mais amplo sendo nós brancas, suaves e até mesmo ausentes. Se não



chamássemos demais a atenção, se não questionássemos, se mantivéssemos o sorriso no rosto e a reverência aos homens brancos, poderíamos circular por esses espaços. Se compactuássemos com as regras e alianças impostas pelo racismo e pelo sexismo. Desde que silenciosas, sem fazer muito barulho, sem criar caso. Sem ousar denunciar. Sem ousar falar. Um jogo de faz de conta com que muitas vezes compactuamos. Até que...

Ano passado, presenciamos uma denúncia de assédio moral, uma situação de assédio sexual, uma denúncia de racismo, muitas atitudes misóginas nos espaços coletivos... A misoginia mandou calarmos a boca e nos excluiu de espaços coletivos onde tentávamos apontá-la. Quando discutimos o assédio moral e sinalizamos o funcionamento machista, escutamos: “Sou gay, não performo essa masculinidade”. A denúncia do assédio sexual ganhou repercussão e saiu na mídia. Disse-se, da jornalista, “aquela mulher”, que era incompetente e desqualificada para a produção da matéria. Instaurou-se uma preocupação sobre a publicização prejudicar a imagem da instituição e de seus indivíduos (AHMED, 2022).” Aparentemente, a matéria tornou-se um problema maior que o assédio. O assédio sexual só pôde ser chamado de “suposto”, afinal, o também *suposto* assediador era um homem branco. O ato de racismo foi relativizado, como as demais violências, porque, disseram, não havia a intenção de ofender. Convidou-se as vítimas



a educarem as pessoas racistas e machistas. “Eu sou LGBT, estou sempre contra as opressões”, bradou, em outro canto, o homem branco, enquanto silenciava as mulheres durante o diálogo.

Há alguns meses, numa reunião, fizemos uma sugestão para solucionar um problema trazido pelo grupo. A sugestão foi imediatamente rechaçada por todos, e apontadas, em seguida, as impossibilidades de fazer o que havíamos sugerido, ainda que exaustivamente tenhamos demonstrado sua viabilidade. De repente, um colega toma a palavra e recoloca a mesma ideia, com as mesmas palavras, e então o grupo todo assente, enfim, a uma (quijá única) solução possível. “O que seria de nós sem você para nos salvar?”, alguém diz, ao que o “salvador” (homem, branco, cisgênero e heterossexual) sorri e agradece, colocando-se à disposição do grupo. Marcamos que a ideia era nossa. Que a sugestão tinha sido nossa primeira intervenção. Perguntamos se eles sabiam que nome se dava a isso. Um colega desculpou-se e nomeou: “É machismo”. Os demais permaneceram em silêncio. O desconforto foi instaurado. As encenqueiras “estraga-prazeres” (AHMED, 2022) causaram confusão mais uma vez.

No mês passado, uma colega se propôs a expor suas ideias para uma determinada situação problemática. Antes de sua fala, o discurso era de que a fala deveria circular, sendo respeitada, mas pareceu impossível para o homem branco se controlar e não interromper a colega para apresentar sua discordância. A colega



reiterou uma ideia anteriormente exposta por outro homem. Mas foi a sua fala que foi interrompida, não a do homem. O homem-interruptor não ousaria silenciar seu semelhante.

Semana passada, o professor assumiu o papel de inquiridor, culpando e pressionando suas alunas até a exaustão, que se traduziu em lágrimas. Lágrimas de vergonha pela humilhação, de raiva e impotência. Uma enxurrada. O momento foi rememorado tantas vezes, com as sensações igualmente vívidas. A impotência diante da hierarquia, do poder do homem branco posto como portador do saber a ser disseminado, daquele homem supostamente tão progressista e aberto ao diálogo. Toda a situação parecia normal. O professor cobrando e exigindo, como deve. É o comum, dizem. Em meio a desabafos sussurrados com as nossas, usamos eufemismos para violência e abuso. Buscamos palavras que eximam os homens brancos de culpa. Questionamos apenas a nossa postura. Será que não estou louca? Será que não fui exagerada? Talvez minha postura tenha sido equivocada. Ouvimos tantas vezes “loucas”, “exageradas” e “problemáticas” que nossas mentes são invadidas; quando percebemos, caímos na armadilha e somos nós repetindo essas falácias. Mas, entre as nossas, desarmamos as arapucas, encontramos acolhida e entoamos, juntas, a canção: “mulher, a culpa que tu carregas não é tua, divide o fardo comigo dessa vez”. Dividimos sempre.



Recentemente, adoecemos, e mesmo informando nossa condição, seguimos recebendo demandas extras de trabalho de várias pessoas. Eles estão sobrecarregados, precisam que nós sejamos mais fortes. Manifestamos publicamente nosso sofrimento com a situação. Nos ligaram para dizer que se sentiram ofendidos. Disseram que foram expostos – ainda que não tenham sido mencionados –, convictos de que a manifestação se dirigia a eles. Mas eles não disseram: eles gritaram!

No fim de semana ou à noite, fora de nosso horário de trabalho, recebemos ligações telefônicas daqueles que, nos espaços públicos, sempre falam suavemente e sorrindo e que se portam como arautos do cuidado. Nos gritam insultos e desligam o telefone em nossa cara. Essas ligações já aconteceram antes, quando não seguimos o roteiro que eles esperavam que seguissemos. Naquele momento, disseram que era um aviso, porque eram nossos amigos e queriam nosso bem. Nessas situações, ficamos insatisfeitos porque rompemos o pacto e denunciemos. A denúncia do abuso, mais uma vez, se tornou o problema e nos acusaram de expô-los. Disseram estar sofrendo muito com o que fizemos. Uma ligação telefônica para insultar e manifestar seu ódio! Mas nós é que somos raivosas, cruéis e não queremos dialogar. Ao fim da ligação, Sara Ahmed sussurrou em nosso ouvido: “Quando você fala sobre sexismo e racismo é ouvida como alguém que prejudica a reputação de um indivíduo ou de uma organização” (AHMED, 2022, p.66).



Anteontem, eles nos violentaram e criaram um problema político-institucional, mas depois disseram que resolveriam entre eles, dialogando pacificamente. Fizeram o que chamaram de um “pacto de cavalheiros” e colocaram panos quentes para retomar a paz e a convivência harmoniosa. Eles não gostam de conflitos. Querem a paz. Só que pactos de cavalheiros nos excluem. Essa paz também. Nós não somos cavalheiros e não gostamos de panos quentes. O mundo dos cavalheiros não comporta nossos corpos e nossas existências plenas. Os cavalheiros, mais uma vez, saíram felizes e orgulhosos de sua habilidade para mediar e resolver conflitos – aqueles que eles sequer deixam acontecer, porque o conflito ameaçaria suas posições de poder. Aliás, eles disseram que, na verdade, nós não queríamos conversar sobre o conflito ou as diferenças. Disseram que queríamos apenas confrontar, criar problemas. Erradas, frustradas, raivas e demasiadamente sensíveis (AHMED, 2022), assim nos definem. “Vim aqui para fazer uma proposta amigável, mas sua ingratidão me irrita além do limite. Você rejeita todas as minhas boas intenções” (JACOBS, 2021, posição 1092) –repetem a frase que Harriet Ann Jacobs escutava de seu senhor, ao tentar resistir a suas violências, séculos atrás. Os senhores e suas senhoras brancas, cheios/as de boas intenções. As últimas, como assinalam de diferentes maneiras tanto Harriet Jacobs (2021) como Lélia Gonzalez (2020), mesmo sendo cúmplices



do escravagismo e de suas violências, não ficam imunes a um processo de aviltamento moral diante das relações estabelecidas entre os senhores do patriarcado e as mulheres negras escravizadas.

Ontem, um colega marcou de iniciar sua aula antes do horário de término da nossa, na mesma turma. Homem progressista, de esquerda, o esquerdo-macho. Sem consulta, sem diálogo, definiu que sua aula começaria antes que a nossa acabasse. Haveria, na sua aula, atividade de avaliação para estudantes, impedindo uma recusa. Estávamos em ensino remoto, não houve encontro com ele. De repente, nossa sala esvaziou antes da hora. O vazio que se fez foi uma invasão violenta de nosso espaço de ensino-aprendizagem, de nosso espaço de trabalho, de pensar, de existir. Nos sentimos invadidas. Um homem entrou em nossa sala e nos expulsou. Entrou em nossa sala e obrigou discentes a se retirarem para a sua. Essa imagem se repete em nosso pensamento. Um colega homem invadiu nossa sala! Nos ignorou! Desconsiderou nossa presença, nosso trabalho, nossa existência! O que o autorizou? Faria o mesmo se em nosso lugar fosse um professor e não uma professora? Se estivéssemos trabalhando presencialmente, teria invadido nossa sala e nos retirado à força? Sua aula era mais importante que a nossa?

Hoje, estamos em reunião e eles fazem de conta que se importam – não conosco, especificamente, mas com uma ampla gama de pautas progressistas. Com palavras suaves e falas mansas,



se dizem sensíveis. Suas falas doces e elogiosas seduzem. Eles são bacanas, sorridentes, gentis, brincalhões... E brancos. Hoje, eles decidem diante de todas as violências sofridas pelas/os discentes que assinar uma carta-compromisso anti-insira-aqui-sua-pauta resolve todos os problemas e acaba com as violências. Nestes coletivos, impera o conceito desenvolvido por Yasmin Maciane da Silva (2022), de antirracismo cordial, pois importam os discursos de apoio às lutas, enquanto as práticas seguem violentando e alimentando preconceitos. As suas leituras enegrecidas e femininas são poucas e quase se perdem entre os homens brancos de suas estantes. Eles as usam como escudo para qualquer apontamento problemático de suas falas e reiteram a importância de falar dessas pautas, mas em poucos instantes voltam seus olhos para homens brancos que as estudaram, com formulação de conceitos e teorias, mas sem jamais se aprofundar e se racializar. Usam o anti-insira-aqui-sua-pauta para soar como agradáveis e se mostrar progressistas, mas jamais se intitulam como homens brancos em locais de poder, porque reconhecer seu poder é mal visto, mas exercê-lo sempre arranca elogios entre os seus. Ainda há quem não se preocupe em enegrecer suas estantes, quem rompe com qualquer gesto cordial e se sente livre para escancarar seu racismo, transfobia, machismo e capacitismo em sala de aula. Gera o desconforto e sorri perverso. Nunca se reconhece como homem branco, mas sabe que a pele que



veste lhe blindar. Sabe bem suas origens, seu poder no espaço que ocupa e a impunidade que seu ser dá.

Amanhã pela manhã, haverá uma reunião e nós ficaremos nervosas antes de ela começar. Nós teremos crises de ansiedade, de pânico, pressão alta, aura, enxaqueca. Amanhã, seremos diagnosticadas e medicalizadas. Amanhã, nosso corpo se colocará em tensão só de pensar em ligar mais uma vez o computador, entrar na tela-sala que nos aproxima e, ao mesmo tempo, nos protege de todas essas sensações – pelo menos por enquanto, não será presencialmente, nos conformamos. Amanhã, nós escolheremos ficar em silêncio, com a câmera fechada. Amanhã, nós seremos constrangidas a falar. Amanhã, a nossa voz vai embargar enquanto tentaremos nomear as violências cotidianas provocadas pelos pares. Amanhã, seremos interrompidas porque falaremos alto demais. Ou apenas falaremos demais. Amanhã, seremos acusadas de semear a discórdia. Amanhã, os olhares cúmplices deles e delas encobrirão mais uma violência. Amanhã, mais um homem tomará a palavra e esvaziará uma pauta legítima, dizendo o quanto ela é importante. Amanhã, alguém nos dirá: “deixa ela falar, ela precisa desabafar”. Em seguida, um homem pedirá a palavra para explicar o que acabamos de dizer. Amanhã, todos irão se elogiar depois de cada fala, exceto a nossa. Eles conseguem deixar as coisas leves e divertidas. Nós as tornamos pesadas.



Amanhã, nós faremos uma denúncia e ela será arquivada. Amanhã, nós assistiremos, mais uma vez, ao pacto narcísico da branquitude e do patriarcado operando no silenciamento de qualquer questão. Acompanharemos, mais uma vez, essa construção entre homens e mulheres brancos/as para manter seus privilégios, armando defesas e ataques contra qualquer ameaça de retirada desse lugar. bell hooks (2019) afirma que as pessoas brancas expostas ao estresse racial reagem com a construção de formas de apaziguar o conflito, para se manter nesse controle e evitar qualquer abalo nas estruturas estabelecidas. Esse pacto acolhe mulheres e até as protege quando a branquitude está em pauta, mas essas alianças são frágeis e basta que o machismo seja denunciado para que os homens construam uma redoma e protejam os seus.

Amanhã à noite, sentiremos falta de ar. Não conseguiremos dormir, porque seremos tomadas pela adrenalina em ondas tão intensas que não permitirão nosso corpo descansar. Nossa dor de cabeça será tão intensa que virá acompanhada de enjoo e nós vomitaremos as palavras ácidas que não pudemos dirigir a eles e elas. Amanhã à noite, seremos enforcadas pelas pontas soltas do patriarcado, porque hoje ousamos romper o silêncio. “É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. Medo, coragem, medo, coragemedo, coragemedo de dor e pânico” (EVARISTO, 2016, p.100). E será só mais uma vez. Nós sabemos. Será por todas nós, também, que daremos o último suspiro antes de morrer. Ano passado, nós



morremos, ontem também e amanhã nós seremos queimadas diante do sorriso cínico dos salvadores.

Depois de amanhã, nos reuniremos outra vez para limpar o sangue das canetas que aprendemos a usar. Depois de amanhã, nos encontraremos para afiar a navalha das tintas de nossas canetas. Depois de amanhã, ensinaremos outras de nós a usar suas canetas-navalhas. “Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança” (LORDE, 2019, p.159). E não estamos falando de uma troca de papéis ou redução temporária de tensões: a mudança não é a nossa habilidade de sorrir. Estamos falando, em coro com Audre Lorde, “de uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas” (LORDE, 2019, p.159) e nossa ciência é feita.

Aqui, somamos nosso arsenal e assim, habitar a Universidade e os espaços acadêmicos se torna possível, porque nos juntamos para encarar o fato de que apenas coletivamente podemos suportar. Nós, como muitas, encontramos umas nas outras a inspiração e a revolta para os enfrentamentos, mas, para isso, precisamos nos mostrar também vulneráveis e sensíveis, sem qualquer medo de que isso seja usado contra nós mesmas, o que exige reconfiguração



dos espaços acadêmicos instituídos, de nossas aulas, de nossos coletivos. Nossos títulos acadêmicos não nos protegem; não há proteção para uma mulher que ousa não calar, mas a aliança com outras mulheres nos fortalece. Por isso, trabalhamos, como afirma Audre Lorde (2019), num contexto de oposição e ameaça, e “procuramos examinar as particularidades de nossas vidas ao mesmo tempo que resistimos às opressões e avançamos em direção a uma coalização e a mudanças concretas” (LORDE, 2019, p.161).

Para sobreviver, sangramos juntas. Pouco a pouco. Sangramos, mas também afiamos as canetas-navalhas em nossos espaços de estudo, ensino e pesquisa. Chegamos aqui e depositamos as gotas de sangue de mais um dia de violências. Mas sabemos que, hoje, também produzimos fissuras e cavamos buracos no chão firme onde eles pisam. Em nossas discências-docências-pesquisas, fazemos caber nossos corpos: negros, brancos, indígenas, magros, gordos, jovens, velhos, trans, cisgênero, deficientes... Em nossas aulas, cabem nossos afetos. Cabem sorrisos e lágrimas. Cabem nossas histórias e vidas. Cabem dores e esperanças. Nos aliamos às práticas feministas na Universidade, como propõe Érika Oliveira (2020, p.7), “para afrontar a hegemonia do conhecimento normativo que chega até nós”, e convidamos “aquelas(es) que estão ao meu [nosso] redor a falarem ‘outras línguas’, línguas faladas por pensadoras feministas e decoloniais e também por autoras(es) do pensamento negro” (OLIVEIRA, 2020, p.7).



A Educação que propomos construir não se prende aos conformes e nem às normas, pois nossos próprios corpos-vivências fogem dela. Construimos, aos poucos, uma Educação que Luiz Rufino (2021, p.10) caracteriza como “radical da vida, como experiência corporificada do ser e de suas práticas de saber [...] tem como característica existencial dar o tom do acabamento de cada um de nós pelas mãos dos outros e dos afetos roçados nas relações”. Construimos balaio de saberes por muitas mãos, esperamos amanhã quando limpamos as feridas dessas violências (as nomeadas e as que não conseguimos ainda nomear) e aliançamos a partir do denso. Juntamos nossas águas e transbordamos das margens. Elaboramos, a partir de receitas ancestrais, as porções de cura; juntamos folhas de escritas companheiras e nos banhamos. Nos unimos em roda para a ciranda, vemos que todas estamos às margens, mas sem qualquer invasor como centro.

Estamos cansadas, mas aprendemos a manejar a caneta. E ensinamos a usar a caneta. Encontramos inspiração e força no amor de nossas aliadas, autoras e companheiras como Conceição Evaristo, Glória Anzaldúa, bell hooks, Audre Lorde, Sara Ahmed, Érika Cecília Oliveira, Yasmin Maciane da Silva, Késia dos Anjos Rocha, Aline Kelly da Silva, Iolly Emanuelle Simões da Silva, Elis Jayane dos Santos Silva, Iasmin Sharmayne Gomes Bezerra, Giovana Fagundes Luczinski, Camila Peixoto Farias, entre tantas outras colegas, amigas,



estudantes, intelectuais... Suas palavras nomeiam a dor, o sangue e as lágrimas de nossos corpos na Universidade, no Brasil de 2022.

Escrevemos esta carta para outras estudantes, técnicas administrativas, funcionárias terceirizadas e professoras, para outras mulheres que, cotidianamente, passam por essas situações que vão cortando a pele e deixando marcas. Escrevemos para elas e para nós, para que possamos lê-la em espaços coletivos e tentar fazer ecoar que não estamos sós, contribuindo com a produção de um “acervo de relatos que revele a escala do sexismo” (AHMED, 2022, p.59). Escrevemos, também, para quem nos violenta, embora não acreditemos que percam seu tempo com a gente. Estão ocupados demais na disputa e manutenção de suas posições de poder. Quem sabe alcancemos, ainda, aqueles/as que se omitem e silenciam e, assim, tornam-se cúmplices do racismo e do sexismo nesses espaços institucionais (GONZALEZ, 2020).

Escrevemos porque decidimos que não vamos mais silenciar. Escrevemos porque cansamos de nossas palavras sussurradas, escondidas e envergonhadas; de carregar a sensação de sermos nós as erradas, de estarmos loucas, quando sabemos bem que esta é mais uma arapuca armada por eles, que se sentem confortáveis com nossos sussurros, com nossa vergonha, e que nos apontam tão constantemente como “loucas, estressadas, mal-comidas ou ‘naqueles dias’”. Escrevemos, pois já não nos cabe criar eufemismos



para as violências. Escrevemos porque compreendemos, como Sara Ahmed (2022), que nomear e expor o problema é lhe dar existência e faz diferença. Porque temos que “ensinar a nós mesmas a não fazer pouco caso das coisas, já sabendo que, mesmo que não façamos nada, seremos tratadas como se estivéssemos exagerando” (AHMED, 2022, p.67-68). Queremos que nossas palavras sejam pedras miúdas nos seus sapatos, um pequeno caco de vidro no chão – que, por menor e mais despercebido que passe, ainda assim os incomode.

Escrevendo, esperamos coletivamente, buscamos olhar para nós mesmas e olhar entre nós. Assim, nos fazemos presentes com corpos e vivências ao mesmo tempo coletivas e singulares. Buscamos, nos enfrentamentos diários, pequenas conquistas que nos mostram que vale a pena. Em nós, trazemos, ainda, muitas contradições a que tentamos estar atentas. Basta um descuido e lá estamos, fazendo parte dos pactos de boa convivência. Eles não cessam de nos seduzir. E também somos racistas, também somos capacitistas, também somos sexistas, elitistas...

bell hooks afirma que somos ensinadas a nos sentir seguras com os/as semelhantes, assim, o pacto narcísico da branquitude e do patriarcado se confirma na acolhida dos/as semelhantes que compõem a supremacia, que gozam dos mesmos privilégios e que se sentem ameaçados por seus/suas diferentes: mulheres negras,



não brancas, com deficiência, transgressoras do padrão do sistema. Essa insegurança, esse medo daqueles/as que não cabem nesse pacto. Mas, aqui, seguimos apoiadas nas palavras de hooks quando aponta que “a escolha por amar é uma escolha por conectar – por nos encontrarmos no outro”.

Nos encontramos em meio a tantas diferenças, partilhamos nossas singularidades e pontuamos o que nos torna plural. As dores da violência, mas também as potências para rupturas. Esses encontros se pautam em “nos mover contra o medo”, como afirma bell hooks. Somos muitas e nos povoamos das nossas. Trocamos estratégias de sobrevivência (SIMAS; RUFINO, 2020); costuramos juntas, por meio de muitas mãos, um amanhã menos difícil. No meio dessas muitas que somos, escolhemos ouvir e realizar trocas. Limpamos nossas feridas profundas. Aqui, nos ouvimos, não precisamos sussurrar. Encontramos as acolhidas e estabelecemos alianças poderosas, costuramos pontos nossos e criamos redes. Aqui, nos recuperamos para as batalhas que se apresentam em nosso caminhar. Escolhemos o amor entre nós e, por isso, como dito por hooks, caminhamos contra a opressão e a dominação.

Nossas partilhas nos provocam, rebuliçam e criam outros nós, agora povoados pelas nossas, que nos sacodem, deslocando nossos seres do lugar, a partir das discussões e alianças que nos ajudam a esperar um futuro mais fácil para nós. Um futuro em



que as piadas racistas, sexistas, capacitistas e lgbtfóbicas já não despertam mais risos desconfortáveis em sala de aula. Discursos e leituras que já não serão mais ouvidos em silêncio e tolerados por medo das consequências de qualquer queixa. Esperançamos um futuro em que as alianças existam cada vez mais fortes por aqui e que o afeto se combine com a raiva, construindo uma artilharia pesada que nos defenda das alianças de lá.

Nossa escrita, construída com canetas-navalhas, permanecerá, mesmo que isso nos faça sangrar. Estamos dispostas, pois sabemos que isso também fará rasgos do lado de lá. Aqui, escrevemos alinhadas a Conceição Evaristo, pois não escrevemos para ninar essa casa-grande moderna que é a Universidade, habitada e configurada pelos integrantes do pacto narcísico da branquitude patriarcal, e sim para acordá-los dos seus sonos injustos.

“E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando solução” (EVARISTO, 2016, p.114). Ao espiar o tempo, enxergamos outras mulheres. Elas são jovens, trazem consigo aprendizagens de outras que vieram antes e estão cheias de esperança. E, então, podemos respirar e sorrir.

Simone Maria Hüning

Marília Silveira

Milena da Silva Medeiros



Referências

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu, 2022.

ALLENDE, Isabel. **A casa dos espíritos** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. São Paulo: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.



JACOBS, Harriet Ann. **Incidentes na vida de uma escrava** [recurso eletrônico]. São Paulo: Principis, 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Érika. A docência como performance feminista. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.15, n.3, jul.-set. 2020.

OLIVEIRA, Érika; BLEINROTH, Maria Laura Medeiros; SILVA, Yasmin Maciane. Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em Psicologia Social. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; HILLESHEIM, Betina; EICHHER, Letícia Maísa (Orgs.). **Interrogações às políticas públicas**: sobre travessias e tessituras do pesquisar. Florianópolis: Abrapso, 2021.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na Academia In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (Orgs.). **Redes Intelectuais**: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.



SILVA, Aline Kelly. Construção de conhecimento psicológico antirracista. In: ENCONTRO CURITIBANO DE PSICOLOGIA, 3., 2022, Curitiba. **Conferência**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oYquPNI0UZg&t=8915s>.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre políticas de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.





Quem vem comigo? Ainda preciso do apoio de todas vocês

Madge Porto

Rio Branco (AC), 20 de dezembro de 2021; 24 de março e 22 de abril de 2022; Olinda (PE), 1º de maio de 2022.

Queridas Manas,

Escrevo para saber como vocês estão depois das turbulências promovidas, em alguns casos, intensificadas pela pandemia de Covid-19. Quero saber como estão e compartilhar o que vivi nesses tempos tão difíceis.

Depois de tanto tempo sem escrever cartas, estou eu aqui a escrever, motivada pelas colegas, pela pandemia e pela bela experiência que tive com a escrita de cartas há 22 anos. Cartas de amor, que expressavam a vontade de viver o novo. Hoje, depois de tanto tempo, volto a sentir-me com essa mesma disposição: preciso escrever para construir o novo, pensar como viver uma nova vida.



O feminismo já era a base da vida que eu projetava na transição do século 20 para o 21 e, depois de mais de 20 anos e de ter sobrevivido a uma pandemia, o feminismo continua sendo a referência para minha vida – agora, de forma mais intensa.

Desde 2018, mantemos contato, por conta de todas aquelas violências que vivenciamos e que foram a principal motivação para o projeto de extensão, o qual vocês foram fundamentais²⁶.

Enfrentamos a violência que várias de nossas manas sofreram dentro de nossa Universidade. Poder contar com todas vocês para acompanhar cada uma que foi intimada a comparecer nos juizados cível e/ou criminal, ou mesmo em delegacia de polícia, denunciadas por calúnia e difamação por seus agressores, foi uma incrível experiência de sororidade. Ter vocês atentas ao chamado de comparecimento para prestar apoio às manas que estavam sendo chamadas às instituições de segurança pública e/ou do Poder Judiciário por vingança de seus algozes, mesmo quando algumas de vocês já tinham ficado no lugar da denunciada, foi muito importante para mim. Eu também não me sentia só quando me comprometia a acompanhá-las, apoiá-las nesse momento de angústia, raiva e medo, pois estavam, de vítimas, sendo transformadas em agressoras.

26 PORTO, Madge; CHAVES, Silvane C. Quando a comunidade universitária vai ao Judiciário enfrentar a violência institucional contra as mulheres. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas Universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.



Escrevo para vocês porque é necessário promover a visibilização desse fenômeno que vem acontecendo, mas que tem sido silenciado dentro da Universidade brasileira, em especial, da nossa. Precisamos desnaturalizar a violência contra mulheres e formar uma rede de apoio que permita a permanência de todas nós na Educação Superior, elemento fundamental para a garantia de autonomia e igualdade de direitos.

Não sei se já havia falado para vocês, mas esse tema me toca profundamente, porque eu mesma sofri violência sexual de um professor na Universidade Federal de Pernambuco, em 1987, quando estava na graduação do curso de Psicologia. Minha denúncia também foi silenciada de várias formas. Agora, como servidora pública e professora, não poderia silenciar quem solicitava ajuda.

Nós, todas nós, demos voz às mulheres que estavam sendo processadas por terem denunciado as violências sofridas: medo, estresse, culpa, vergonha, anseios, frustrações, além de crises de ansiedade, isolamento/solidão, desesperança e falta de força para continuar. Não poderíamos deixar que as manas ficassem “sozinhas, desassistidas, abaladas”, que foi o que nos revelaram quando buscaram por seus direitos.

As manas, nesses processos, experimentaram intensa violência psicológica. Cada uma de vocês, do seu jeito, sabe que era a vivência de um terrorismo psicológico. Vocês perceberam isso,



mesmo quando só foram acompanhantes desse processo. Nossas manas ficavam esgotadas, uma forma de esgotamento mental. E, por fim, foi destacada a carência de ferramentas dos sistemas de segurança pública e de Justiça para lidar com a situação em que o agressor se apresenta como vítima.

Algumas de vocês conseguiram relatar o que sentiram. Amparo, acolhimento, alento e orientação foram alguns dos sentimentos relatados diante do apoio que tiveram. Sei que não foi fácil, mas foi fundamental para entendermos que mesmo estar ao lado, simplesmente fazer companhia e oferecer algumas orientações, era algo importante. Foi relevante saber que a força para a reação, quando se está sozinha, se esvai, mas, como nos afirmou uma das manas, com o apoio recebido: “Consegui me fortalecer”.

Um ponto que foi enfatizado como consequência da iniciativa de apoio às manas foi a importância de ter muitas pessoas no anteparo a essas mulheres, de modo que os agressores percebessem que elas não estavam sozinhas, pois é como se eles contassem com isso. A mulher, sozinha, e ele, com todo o sistema.

A avaliação foi de que se tratou de um movimento libertador, empoderador, que trouxe força, resistência, resiliência, esperança, segurança e união. Para algumas, foi revigorante. Nas palavras de vocês, “perceber o acanhamento do agressor”, ao deparar-se com tantas pessoas apoiando a vítima, “[...] indicava que o movimento estava sendo eficaz”.



Foi destacado, ainda, o empenho de muitas mulheres para estar presentes, como também de alguns homens. Nesse contexto, a sensação foi, como nos foi relatado, que “[...] um novo ‘poder’ foi capaz de surgir”, “um poder que nós mesmas criamos, reforçamos e usamos”. Algo como adentrar os espaços da Justiça com mais poder. “Transformar o rumo de uma história”, de ré a cidadã, e, de alguma forma, vencer o processo: “Elas não estavam sós!”.

Não sei se todas vocês chegaram a saber, mas algumas das apoiadoras de nossa ação revelaram-nos suas razões para participar, para estar conosco quando era possível: “Sororidade foi a minha motivação”; “[...] aliança entre as mulheres é revigorante”; “passei a não só ser acompanhada, mas também a acompanhar as manas”; “[...] pude me sentir mais forte, [...] tecendo sentidos e significados para as lutas por igualdade e respeito para com as mulheres”. Uma das mulheres relatou que foi “arrebataada pela iniciativa” de poder acompanhar as vítimas. Sentiu como uma possibilidade de realizar concretamente o amparo e a proteção em ações feitas por mulheres comuns que, eventualmente, sofrem/sofreram o mesmo tipo de violência.

Por fim, também foi percebida uma má vontade das instituições, até mesmo menosprezo e expressões do machismo que as estrutura. A percepção foi de que o Poder Judiciário, em sua experiência, não tem rede de proteção e apoio às mulheres vítimas



de violência e, o que é pior, “reitera a violação das mulheres em seus corredores e audiências”.

É muito importante revelar para vocês que nosso movimento de apoiar as manas não foi em vão; há consequências, como: a demanda para a formação da rede de apoio e de serviços de atendimento psicológico e jurídico para outras mulheres que vivenciam as mesmas e variadas violências, o que abre um campo vasto para novas intervenções nos nossos projetos de extensão e também para ampliar a pesquisa no âmbito da nossa Universidade.

Também quero aproveitar esta oportunidade para falar de outras questões que estão, de alguma forma, relacionadas à nossa experiência, porque fazem parte do meu trabalho na Universidade e impactaram minha disposição pessoal para me colocar como apoio ao que estava ocorrendo: manas que sofreram violência e tiveram coragem de denunciar estavam sendo colocadas como agressoras. A primeira delas se refere ao retorno das aulas no formato remoto.

Senti muita dificuldade em lecionar de forma remota, de conversar, orientar, supervisionar via encontros mediados pelo computador. As máscaras me sufocam, tenho alergia, fico toda suada, mas dar uma aula remota é muito desmotivador, irritante, solitário... Até patético.

Perceber todo o desmonte da Educação pública, da Universidade pública, me entristece. Perceber que alguns colegas



não se sentem mobilizados para sua defesa muito me aborrece. Ver que servidores públicos defendem a privatização me deixa perplexa. Continuei firme com minha participação nas atividades de nosso sindicato. A Associação dos e das Docentes da Universidade Federal do Acre (Adufac), vocês devem ter participado em algum momento, nunca se furtou à luta em defesa de nossos direitos enquanto trabalhadoras e trabalhadores e sempre apoiou nossa luta. Para contribuir de forma mais efetiva, coloquei meu nome à disposição para integrar o Andes – Sindicato Nacional na gestão 2021-2022, representação da Regional Norte 1. Foi bem difícil militar de forma remota. Perdemos o contato com nossa categoria e o esforço foi grande para tentar retomar.

Precisei me mostrar forte, para que as jovens estudantes, e até minhas sobrinhas, não se sentissem sem apoio. Também precisava me mostrar forte para vocês, sendo ou não minhas alunas, pois como pedir ajuda a alguém que está fraca?

Por que tentei me mostrar forte, também estando, em alguns momentos, fraca? Não sei ao certo, talvez para não me sentir fraca.

Vocês lembram que eu participei da iniciativa de um projeto de ensino, a partir de um edital publicado pela Ufac, junto com alguns colegas do curso de Psicologia? Comecei a ver que era preciso usar o recurso disponível, a rede mundial de computadores. Foi um momento de conflito e de aprendizagem. Um mundo novo se abria,



ao mesmo tempo em que toda a exploração e exaustão apareciam, de forma implacável. Muito trabalho, muito mais trabalho, mas ouvindo que professoras e professores não estavam trabalhando. Eu nunca trabalhei tanto, e tão triste.

Diante da iniciativa de egressas do nosso curso, propus uma atividade de extensão para oferecer atendimento remoto a mulheres em situação de violência. Algumas mulheres chegaram apresentando seu sofrimento. As alunas da graduação ajudaram, colocando no Instagram um perfil de orientação quanto à violência contra as mulheres. Ficaram animadas por estar colaborando.

Quando, em nossa Universidade, iniciou-se o ensino remoto, eu fiquei pior; já falei isso, mas foi tão ruim que fico me repetindo. Uma das piores experiências que tive na docência. Algo melancólico, distante, vazio. Tentei aprender com as capacitações, planejei, mudei minha forma de avaliar, mas a tristeza persistia.

Contudo, precisava seguir e, para conseguir me fazer presente, marquei alguns encontros virtuais e contatos via aplicativos de mensagens. Neste retorno, percebi o quanto essa tentativa de aproximação foi importante para algumas das manas, algumas alunas, outras ex-alunas. Era um esforço grande, mas eu tinha como objetivo fazer com que tivessem esperança de dias melhores, acolhimento e um mínimo espaço para falarem, expressarem-se.



Esse foi um dos motivos de me integrar ao projeto de Ensino para ações estratégicas de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19) do curso de Psicologia. O projeto se deu entre os meses de junho e novembro de 2020 e contou com ações de cinco eixos. Compuseram essas ações cinco profissionais vinculadas/ os ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre (Ufac) – quatro docentes e a responsável técnica pelo Serviço-Escola de Psicologia (Serpsi) – e 31 estudantes – 15 bolsistas e 16 voluntárias/ os. Cada um dos cinco eixos foi composto por estudantes (bolsistas e voluntárias/os) e orientado por um/a profissional vinculado/a ao curso de Psicologia/Ufac. Os eixos possuíam especificidades alinhadas aos objetivos gerais do projeto.

O eixo em que trabalhei, com algumas das minhas alunas, foi o IV: Saúde mental e cuidados psicológicos de mulheres em situação de violência durante o isolamento social na pandemia da Covid-19. Esse projeto teve como objetivo realizar ações de promoção à saúde mental, através da criação de um perfil nas redes sociais para fomentar a discussão sobre os impactos da pandemia na saúde e na integridade física e mental de mulheres, o Elas com Elas (@elaascomelas_psiufac).

Apresentamos ações de cuidado, acolhimento, orientação e promoção à saúde voltadas para mulheres em situação de violência durante o isolamento social na pandemia de Covid-19. Nosso objetivo



era desenvolver uma rede de apoio e estratégias de enfrentamento, construída através da elaboração coletiva. Oferecemos atividades de psicoeducação: exercícios de relaxamento, arteterapia, trabalhos com conteúdos audiovisuais, leituras e discussões capazes de gerar pensamento crítico, assim como construir estratégias de pedido de ajuda ou fuga. Também atuamos de forma a colaborar na divulgação científica dos estudos sobre mulheres, feminismos e saúde mental. Se vocês tiverem curiosidade de conhecer os detalhes, podem acessar o texto que foi publicado²⁷.

É importante destacar que, concomitantemente, realizamos o projeto de extensão Saúde mental e cuidados psicológicos de mulheres em situação de violência durante o isolamento social na pandemia de Covid-19 – Grupo Mulheres em Foco, com o objetivo de dar suporte técnico e institucional à iniciativa de duas psicólogas recém-formadas, que se organizaram para orientar e acolher mulheres em situação de violência no momento de distanciamento e/ou isolamento social consequente da pandemia da Covid-19.

A partir da minha participação em uma atividade promovida pela equipe multiprofissional de Saúde da Ufac e de outras Ifes da Amazônia Ocidental, cujo tema foi O isolamento social e a



²⁷ FONTES, Andressa P. *et al.* Violência contra as mulheres na pandemia da Covid-19: os impactos na saúde mental e os cuidados psicológicos possíveis. In: MORAIS, Maria de Jesus; VASCONCELOS, Eduardo Alves; GOMES, João Carlos (Orgs.). **Identities, conflitos e práticas culturais**. Rio Branco: Nepan, 2020. p.217-242.

intensificação da violência contra as mulheres: não é culpa do Coronavírus, essas psicólogas tiveram a iniciativa de preparar um material informativo composto por vídeos e artes digitais para divulgação na rede mundial de computadores, como forma de colaborar com o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Feministas em Saúde Mental, Cultura e Psicanálise (LabEFem/CFCH/Ufac) no período de pandemia.

Todavia, identificou-se a necessidade de supervisão e acompanhamento das atividades propostas, e daí surgiu o projeto, que incorporou o material informativo e os atendimentos psicológicos remotos. Ao mesmo tempo, foram realizadas participações em debates e entrevistas, as famosas *lives*, de forma a divulgar conhecimento científico acumulado dos estudos de intersecção sobre o aumento da violência contra as mulheres e a pandemia da Covid-19. Aqui, contamos com a participação de duas alunas da graduação. Esse trabalho também gerou um artigo aceito para publicação²⁸.

Achei que seria importante dar continuidade à pesquisa que estávamos desenvolvendo quando a pandemia começou. Na ocasião, era o projeto Descriminalização do abortamento voluntário: discursos, divergências, direitos e os impactos na saúde mental, iniciado em 2019, que teria vigência até meados de 2020.

28HOLANDA, Lorena; MOURA, Layna S.; PORTO, Madge. Grupo operativo remoto como estratégia de promoção de saúde das mulheres: um relato de experiência. *Revista Feminismos*, v. 9/10, p. 327-341, 2022.



Estávamos trabalhando na análise da audiência pública sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, realizada no ano de 2018, que provocou a discussão sobre o abortamento voluntário de gestação até a 12ª semana. Nosso objetivo era analisar discursos favoráveis e contrários ao abortamento, que envolviam diferentes posições epistemológicas e políticas em relação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Conseguimos perceber que os argumentos originavam-se de diversos embasamentos, desde dados científicos a aspectos morais e religiosos, partindo de diferentes princípios para embasar políticas públicas em Saúde Reprodutiva.

Dessa forma, focamos em identificar a natureza dos argumentos apresentados na audiência, lançando mão da análise de discurso para caracterizá-los, sendo contrários ou favoráveis, de acordo com o tipo de conhecimento que estava embasando-os, assim como suas respectivas fundamentações epistemológicas, identificando a performance dos participantes. Com isso, esperava-se averiguar os componentes ideológicos que permeiam debates acerca da interrupção voluntária da gravidez. Fiquei feliz porque alguns/mas dos/as estudantes envolvidos/as, que iniciaram (11) em 2019, permaneceram.

Eu tinha preocupação porque, vinculado a esse projeto de pesquisa, estava o projeto Pibic desse mesmo período –



Descriminalização do abortamento voluntário e saúde mental das mulheres: uma análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com uma bolsista que muito se esforçou para concluir seus objetivos. Foi um contexto muito difícil, em que pude perceber o quanto os limites, que muitos estudantes tinham quanto à estrutura, para fazer atividades remotas eram uma dura realidade. Conseguimos concluir, mas foi bem difícil. Uma parte desse estudo também foi publicado e, se vocês quiserem, podem acessar²⁹.

Ainda em 2020, a partir do convite para integrar a equipe do projeto de pesquisa concebido pela psicóloga, mestra e pesquisadora Daniele Fontoura da Silva Leal, que foi orientanda da profa. Dra. Valeska Zanello, do Instituto de Psicologia da UnB, ambas integrantes do Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Gênero/UnB, assim como eu, achei importante sondar se havia estudantes interessadas/os em participar. Para minha surpresa, 10 manifestaram-se positivamente, nove estudantes da Psicologia e um da Medicina.

O não desejo de maternidade em mulheres na Região Norte é um subprojeto do projeto “Não quero ser mãe”: desconstruindo o mito do desejo de maternidade (UnB), que ainda está em andamento. A Ufac integra esse projeto a partir do LabEFem, uma oportunidade de trabalho multicêntrico que pretende ampliar a



29 PORTO, Madge. Abortamento voluntário no Supremo Tribunal Federal: as vozes da audiência pública. **Muiraquitã**: Revista de Letras e Humanidades (Eletrônico), v.9, p.318-336, 2021.

oportunidade de pesquisa na Região Norte e conta com uma bolsa Pibic e uma Pivic.

Na pesquisa, não foi diferente: muita dificuldade para realizar o trabalho, mas, ao mesmo tempo, eu percebia que aqueles encontros remotos, por vezes cansativos, ansiogênicos, irritantes, eram o momento de não se sentir sozinha/o, de se ver fazendo algo enquanto tudo sobre o que tínhamos algum controle se tornava um caos.

Aqui, ainda quero dividir com vocês algo que me causou estranhamento: ter um aluno contemplado com a bolsa do Programa de Iniciação Científica que eu não conhecia pessoalmente, pois ele entrou na turma de 2020 e, como não leciono no começo do curso, não o conhecia. Passei a trabalhar com ele de forma remota e só em abril de 2022 tivemos uma reunião presencial e encontrei com ele pela primeira vez pessoalmente. Algo completamente estranho e que estou tentando elaborar. Percebi que desaprendemos a marcar reuniões presenciais, que estamos com dificuldade de realizar os deslocamentos até a Universidade. É tudo tão diferente, que ainda estou me adaptando.

Manas, tenho ainda que registrar que essas experiências vividas em 2020 foram o motor para a proposta de dois projetos de extensão em 2021: um, diretamente consequência do projeto de extensão que era articulado com o projeto de ensino, foi o



Sistematização de técnicas psicoterápicas para intervenção em grupos mediada pela tecnologia de informática em tempos de isolamento social na pandemia de Covid-19. Nele, tínhamos o objetivo de produzir um livro com as técnicas psicoterápicas de grupo mediadas pela tecnologia de informática que foi utilizada nas ações de proteção à saúde mental de mulheres em situação de violência e que estavam em isolamento social devido à pandemia de Covid-19. Era uma forma de organizar o resultado do suporte técnico e institucional à iniciativa de psicólogas recém-formadas, que se organizaram para orientar e acolher mulheres em situação de violência no momento de distanciamento e/ou isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus. Tivemos a participação das duas egressas, de outras/os professoras/es, como também de cinco estudantes da graduação.

O outro projeto de extensão foi A divulgação científica na rede mundial de computadores: promoção e prevenção em saúde mental para mulheres em situação de violência. Nele, tínhamos o objetivo de produzir uma página, na rede mundial de computadores, para divulgação científica como promotora de saúde mental articulada às ações do LabEFem no período de pandemia, de forma a divulgar o conhecimento científico acumulado dos estudos de intersecção sobre o aumento da violência contra as mulheres e a pandemia da Covid-19. Isso porque, ao final do projeto de ensino das ações



do Elas com Elas, percebeu-se a necessidade de continuidade das publicações informativas; no entanto, não mais na rede social Instagram: a ideia não era apresentar o conteúdo ao maior número de pessoas possível integradas a esta rede, e sim estar à disposição para quem procura por informações. Aqui, quatro estudantes participaram.

As iniciativas de 2021 tiveram muito mais dificuldades para ser desenvolvidas que as de 2020. Foi bem mais tenso e difícil contar com a participação das estudantes e das pessoas que se dispuseram a colaborar. Eu também me sentia bem mais cansada e ansiosa. A pandemia se estendia, a situação do país piorava, assim como os ataques à Universidade e à Saúde públicas. Sentia que tentávamos enfrentar todas as adversidades, mas era difícil conseguir concentração, disposição e recursos de todos os tipos. Resultado: ficamos com um esboço do livro das técnicas, que ainda precisa ser trabalhado para tentar uma publicação e uma estrutura da página da divulgação científica com uma parte do conteúdo incluído, mas que não pode ser colocada no ar. Dois trabalhos de muito potencial que precisam ser retomados para a conclusão merecida. Vou precisar da ajuda de todas vocês.

Perdi uma querida cunhada para a Covid-19. Ela não teve o tratamento necessário no devido tempo. Acompanhei o sofrimento de algumas de nossas alunas e alunos pela perda. Observei a tristeza



na expressão dos que eu consegui ver pela tela do computador. Como descrevi anteriormente, tentamos oferecer atividades de extensão e pesquisa que pudessem ser feitas remotamente; era a tentativa de dar sentido à fase inicial da pandemia, mostrar que eu estava confiante de que tudo ia passar, mesmo que, no fundo, me sentisse fraca, pois temia por minha vida e pela das pessoas que amo. Ficava revoltada, perplexa com a forma como o Governo estava lidando com a situação. Sinto pela morte de tantas pessoas que poderiam ter sobrevivido.

Pela primeira vez na vida, tive sintomas de ansiedade. Como integrante de uma família que morre por problemas cardiovasculares, pensei que estava doente do coração... Mas não: era ansiedade.

Sinto-me uma sobrevivente. Percebi meus privilégios e coisas que não fazem mais sentido na minha vida. Era estranho ver roupas, sapatos e tantos outros objetos que passaram a não ter função.

Por fim, quero dividir com vocês algo que muito me impactou enquanto mulher feminista, que estuda sobre mulheres e feminismos há algum tempo. A pandemia me mostrou o quanto somos exploradas dentro de nossas casas, pelas pessoas mais próximas, como eu já havia lido alguns estudos sobre o trabalho não pago das mulheres, que é apropriado pelo capitalismo (FEDERICI, 2017; 2019; 2021).



Pensar sobre a exploração do trabalho pelo capitalismo era óbvio, pelas oportunidades que tive de estudar – pouco, mas suficiente para entender sobre a apropriação do trabalho remunerado. Todavia, ler Federici (2017; 2019; 2021) me impactou antes e durante a pandemia. Suas ideias desnudaram o que eu não conseguia ver na minha vida de feminista e professora universitária que estuda sobre mulheres, saúde mental e feminismos: o tanto de trabalho não remunerado que eu fazia sem perceber, pois entendia que era meu dever, minha responsabilidade ou que eu não conseguiria viver sem arrumar o que não estava no lugar, providenciar o que era necessário, mas ninguém, diga-se, nenhum dos integrantes do grupo que nomeamos homens (cis e hétero), entendia ser necessário assumir fazer. Eu sabia e, ao mesmo tempo, não sabia o quanto eu vivia essa realidade.

Senti, de forma intensa, tudo o que Federici aponta em seus estudos, com destaque para *O Ponto Zero da Revolução* (2019), e, ao mesmo tempo, consegui me desfazer das amarras que me impeliam a assumir algumas tarefas que a vida cotidiana demanda como de minha responsabilidade, mesmo quando outras pessoas adultas vivem no espaço. Foi difícil, mas libertador.

Era estranho perceber que eu não havia me dado conta antes, mas logo entendi, principalmente depois de discutir com a professora Valeska Zanello sobre o que estávamos identificando do impacto da



pandemia na vida das mulheres, em especial as que estavam em relações heterossexuais, mas não restrito a elas³⁰. A demanda por aquela que cuida de forma integral e altruísta, tão normal e esperada, é a exploração de nossa força, de nosso trabalho, sob os nomes “cuidar da família” e “amor”. Foi a intensificação dessas demandas quando ficamos sozinhas, sem nossas diaristas, trabalhadoras domésticas, ou seja, aquelas mulheres cujo trabalho ajuda a não percebermos que também somos exploradas. Fiquei no limite, mas só assim foi possível reparar que eu não me percebia explorada porque outra mulher estava ao meu dispor. Uma experiência que foi propiciada pela pandemia e que me fez não só pensar, como antes, mas sentir e, depois de um desnorteamento inicial, agir, confrontar e estabelecer novas bases para essas relações.

Percebi que preciso de pouco para viver bem; que a arte é, sem dúvida, fundamental para a vida; que ter espaço – para circular minimamente –, plantas, sombra, sol, água; ter em quem confiar e dividir as tarefas diárias, do cotidiano, é o essencial da vida. Senti falta das pessoas que amo, e entre elas estão vocês. Sei que acham que sou eu quem as auxilio, ajudo, mas são vocês que me fazem continuar lutando por um mundo melhor para todas nós.

30 ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. A “lupa” da Covid nas fissuras sociais brasileiras: a hiperexploração do dispositivo materno das mulheres e suas interseccionalidades com classe social e raça. **Psicologia, Ciência e Profissão**: Diálogos, Brasília, p.17,14-19, mai. 2021.



Com muitas saudades e esperando que em breve possamos dizer que a pandemia está superada, que precisaremos cuidar do planeta para que outras pandemias não venham a existir, pois, como diz o grande filósofo Krenak (2019; 2020), a vida não é útil e precisamos adiar o fim de nossa passagem por este mundo. Precisaremos, ainda, cuidar de nossas manas mais do que nunca, pois temos e teremos muitas marcas, cicatrizes e sequelas que precisaremos olhar com afeto e esperança de dias melhores. Precisaremos estar juntas, para nos fortalecer no processo de enfrentamento que necessitamos fazer ao patriarcado, ao machismo e à misoginia, que querem nos aniquilar, mas não combinaram conosco.

Continuemos na luta para transformar este país e contribuir para a mudança da América Latina em um lugar que resgate seus saberes originários e que possa oferecer a todas as pessoas a oportunidade de viver, simplesmente viver bem.

Um abraço de sororidade e saudades. Vamos esperar, como nos ensinou o professor Paulo Freire (1992), e construir o feminismo decolonial, como nos provoca Ochy Curiel (2020).

Madge Porto



Referências

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. v.1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FONTES, Andressa P., COSTA, Kássia G. F., VIEIRA, Lara de F. e PORTO-Cruz, Madge. Violência contra as mulheres na pandemia da Covid-19: os impactos na saúde mental e os cuidados psicológicos possíveis. In: MORAIS, Maria de Jesus; VASCONCELOS, Eduardo Alves; GOMES, João Carlos (Orgs.). **Identidades, conflitos e práticas culturais**. Rio Branco: Nepan, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOLLANDA, Lorena; MOURA, Layna S.; PORTO, Madge. Grupo operativo remoto como estratégia de promoção de saúde das mulheres: um relato de experiência. **Revista Feminismos**. (No prelo).



KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PORTO, Madge. Abortamento voluntário no Supremo Tribunal Federal: as vozes da audiência pública. **Muiraquitã**: Revista de Letras e Humanidades (Eletrônico). v.9, p.318-336, 2021.

PORTO, Madge; CHAVES, Silvane C. Quando a comunidade universitária vai ao Judiciário enfrentar a violência institucional contra as mulheres. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas Universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. A “lupa” da Covid nas fissuras sociais brasileiras: a hiperexploração do dispositivo materno das mulheres e suas interseccionalidades com classe social e raça. **Psicologia, Ciência e Profissão**: Diálogos, Brasília, p.17,14-19, mai. 2021.





Sobre as/es/os autoras/es

Aline Cecilio da Silva. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Núcleo de Estudos em Diversidade e Política (Edis), do Programa de Educação Tutorial em Psicologia e Políticas Públicas e do Centro Acadêmico Carolina Maria de Jesus. *E-mail:* alinececilio.silva@ip.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2663435352211977>.

Beatriz Borges Brambilla. Psicóloga. Mestra em Psicologia da Saúde. Doutora em Psicologia. Professora e supervisora de estágios do curso de Psicologia e membra do Laboratório de Saúde e Sexualidade do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. *E-mail:* comafetividade@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6415720570998957>.

Bruna Moraes Battistelli. Psicóloga, doutora e mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Instituições em Análise (UFRGS). Professora substituta no Departamento de Fundamentos da Educação na Universidade Federal do Paraná. *E-mail:* brunabattistelli@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4409591967533151>.



Cristina Vianna. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Psicologia, Área Clínica, pela UnB. Psicóloga e professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental (Gepsam) da UFT. Terapeuta familiar e de casal, associada titular da Associação de Terapia Familiar de Goiás (Atfago). *E-mail:* cristina.vianna@mail.uft.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3082856582373156>.

Érika Cecília Soares Oliveira. Professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Encantada por políticas de escritas feministas e epistemologias subalternas e contracoloniais espalhadas em teorias, livros infantis, poemas, literatura. Acredita em uma poética feminista que se ancora e desliza por nossas corpas e recria mundos dentro e fora da Universidade. *E-mail:* erikaoliveira@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0137977569349136>.

Flavia Fernandes de Carvalhaes. Psicóloga, professora, escritora de cartas. Docente no Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Entretons e do Grupo de Pesquisa Grietas. Respira e tece conhecimentos entre bandos de passarinhos. *E-mail:* fcarvalhaes@uel.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1349410288230830>.



Herbert de Proença Lopes. Psicólogo, professor, artista e produtor cultural. Docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) – Campus Londrina e doutorando em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Assis). Membro dos Grupos de Pesquisa Grieta e Psicuqueer. Integrante da Cia. Teatro de Garagem e do Movimento de Artistas de Rua de Londrina (Marl). *E-mail:* herbert.proenca@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9194190900580700>.

Jaileila de Araújo Menezes. Professora associada IV da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação (Dpsie) do Centro de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (Gepcol). Membro da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira (Redejubra), do GT Juventude e Pesquisas Participativas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) e do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado. Integrante da Equipe de Editores Associados da *Desidades: Revista de Divulgação Científica da Infância, Adolescência e Juventude*. *E-mail:* jaileila.araujo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5042948325884329>.

Jeanyce Gabriela Araújo. Quilombola, nascida em Itabira-MG, educada pelos conhecimentos ancestrais da Comunidade São Pedro e atualmente morando em Maceió-AL. Terra de Aqualtune, fundadora do Quilombo dos Palmares. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Psicóloga Clínica pela Abordagem Sócio-Histórica e Práticas de Cuidado Quilombola. *E-mail:* jeanycearaujo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7131395064749728>.



Késia dos Anjos Rocha. Feminista, anticolonial, aprendiz na arte de tocar tambor, depois de um encontro afetuoso com o maracatu alagoano. Atualmente, está doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Vive, aprende e (des)aprende no campo dos estudos de gênero, sexualidades e raça, em diálogo com os pensamentos feministas, *queer* e contracoloniais. *E-mail:* kesiaanjos@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1436867416280888>.

Lisandra Espíndula Moreira. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Está vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, professora dos cursos de Psicologia e Direito e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. É coordenadora do GT Territorialidades, Violências, Políticas e Subjetividades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). Atua principalmente nos seguintes temas: Psicologia Social, relações de gênero, relações raciais, políticas públicas e Psicologia Jurídica. *E-mail:* lisandra.ufmg@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9536102634454549>.

Luciana Rodrigues. Professora doutora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do PPGPSI/UFRGS; coordena o Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado e o grupo Tessituras (UFRGS). *E-mail:* lurodrigues.psico@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8509719364457130>.



Madge Porto. Professora na Universidade Federal do Acre (Ufac). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB) (2013). Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2002). Psicóloga especialista em Psicologia Clínica. Graduada em Psicologia pela UFPE (1992). Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas Feministas em Saúde Mental, Cultura e Psicanálise (LabEFem/Cfch/Ufac). Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa Saúde Mental e Gênero (UnB). *E-mail:* madge.cruz@ufac.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0182643222062017>.

Marcos Ribeiro Mesquita. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1997). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coordenador do Núcleo de Estudos em Diversidades e Política (Edis). *E-mail:* marcos.mesquita@ip.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9059784963404615>.

Marília Silveira. Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufal. *E-mail:* mariliasilveira.rs@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3589257933308427>.

Milena da Silva Medeiros. Graduanda em Psicologia no Instituto de Psicologia (UFAL/Campus A.C. Simões). Integrante do Núcleo de Estudos em Diversidade e Política e colaboradora no Programa de Educação Tutorial. *E-mail:* milena.medeiros@ip.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8636161311308027>.



Rafael Siqueira de Guimarães. Psicólogo, moquequeiro, artista e professor. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, doutor em Sociologia pela Unesp, líder do Grupo de Pesquisa Grieta. Acredita na potência dos encontros afetivos e busca pesquisar-criar em bando, compondo guerrilhas desde as perspectivas de fronteira, da diferença e das dissidências à colonialidade. *E-mail:* rafaorando@ufsj.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2789271398653060>.

Ruth Tainá Aparecida Piveta. Psicóloga, poeta, artista. Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis-SP. Mestra em Psicologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Assis-SP. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Grupo de Pesquisa Psicuqueer. Psicóloga atuante na Política de Assistência Social na cidade de Londrina-PR. *E-mail:* ruthpiveta@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0188077527311770>.

Simone Maria Hüning. Docente e pesquisadora no Instituto de Psicologia da Ufal. Bolsista Produtividade do CNPq e coordenadora do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação. *E-mail:* simone.huning@ip.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8164811113430157>.



Tatiana Machiavelli Carmo Souza. Professora no curso de Psicologia da Universidade Federal Catalão (Ufcát) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em Serviço Social pela Unesp/Franca. Membro do Grupo de Trabalho A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social, da Anpepp. Mãe do Guilherme e do Fernando. E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3120018580121934>.

Wagner Leite de Souza. Graduado em Psicologia pela Universidade Tiradentes (2017) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (2020). Atualmente, faz doutorado em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. É membro do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (Nupra/UFSC), da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). E-mail: wagnersouza.psi@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6383628918298597>.





Obra financiada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– Brasil (CAPES), conforme portaria nº 206 de 04 de setembro de 2018 e orientação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



ISBN 978-65-5624-181-4



9 786556 241814